



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 013, DE 28 DE MARÇO DE 2019

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Presidencial de 11/04/2017, publicado no DOU nº 71, 12/04/2017, considerando o Processo nº 23188.005310.2018-11;

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, conforme anexo.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cuiabá–MT, 28 de março de 2019.

Prof. Willian Silva de Paula
Presidente do Conselho Superior do IFMT

Edna P. Santos Ferreira



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

IFMT

2019 | 2023



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE MATO GROSSO - IFMT**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2019-2023**

Aprovado pelo CONSUP por meio da Resolução Nº 013, de 28 de Março de 2019.



FICHA CATALOGRÁFICA

P _____

Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023./

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
Cuiabá-MT: IFMT, 2018.

1.Ensino Superior. 2.PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional.
3.Pesquisa. 4.Ensino. I. Título

CDU ____

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Willian Silva de Paula

Reitor

Túlio Marcel Rufino Vasconcelos de Figueiredo

Pró-Reitor de Administração

João Germano Rosinke

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Carlos André de Oliveira Câmara

Pró-Reitor de Ensino

Marcus Vinicius Taques Arruda

Pró-Reitor de Extensão

Wander Miguel de Barros

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Rodolfo Rossmann Gonçalves

Diretor Sistêmico de Tecnologia da Informação

Fernanda Christina Garcia da Costa

Diretora Sistêmica de Gestão de Pessoas

Sônia Regina Guimarães da Fonseca

Diretora Sistêmica de Relações Internacionais

DIRETORES DOS CAMPI

Júlio César dos Santos

Diretor-Geral do *Campus* Alta Floresta

Leandro Miranda

Diretor-Geral do *Campus* Barra do Garças

Salmo César da Silva

Diretor-Geral do *Campus* Cáceres – Prof. Olegário Baldo

Fábio Luís Bezerra

Diretor-Geral do *Campus* Campo Novo do Parecis

Giliard Brito de Freitas

Diretor-Geral do *Campus* Confresa

Deiver Alessandro Teixeira

Diretor-Geral do *Campus* Cuiabá – Bela Vista

Cristovam Albano da Silva Júnior

Diretor-Geral do *Campus* Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva

João Aparecido Ortiz de França

Diretor-Geral do *Campus* Juína

Stéfano Teixeira Silva

Diretor-Geral do *Campus* Pontes e Lacerda – Fronteira Oeste

Dimorvan Alencar Brescancim

Diretor-Geral do *Campus* Primavera do Leste

Laura Caroline Aoyama Barbosa

Diretora-Geral do *Campus* Rondonópolis

Lívio dos Santos Wogel

Diretor-Geral do *Campus* São Vicente

Claudir Von Dentz



Diretor-Geral do *Campus* Sorriso

Sandra Maria de Lima

Diretora-Geral do *Campus* Várzea Grande

Ubiranei de Freitas Marinho

Diretor-Geral *Pro Tempore* do *Campus* Avançado Diamantino

Luciano Endler

Diretor-Geral *Pro Tempore* do *Campus* Avançado Guarantã do Norte

João Vicente Neto

Diretor-Geral *Pro Tempore* do *Campus* Avançado Lucas do Rio Verde

Gilma Silva Chitarra

Diretora-Geral do *Campus* Avançado Sinop

Gilcélcio Luiz Peres

Diretor-Geral do *Campus* Avançado Tangará da Serra

Comissão Central de Elaboração do PDI

João Germano Rosinke (presidente)	Marcos Almeida de Faria
Adriano Breunig	Marcus Vinícius Taques Arruda
Ariele Silvestre dos Santos	Maria Anunciata Fernandes
Carlos André de Oliveira Câmara	Marilane Alves Costa
Constantino Dias da Cruz Neto	Michelle Eiko Hayakawa
Edilene Sakuno Maeda	Mychel Wheverardo Araújo Pessoa
Edson Jerônimo Nobre	Rafael de Araújo Lira
Elson Santana de Almeida	Renata Raizel Policarpo
Fátima Elizabete dos Reis Matias	Rodolfo Rossmann Gonçalves
Fernanda Christina Garcia da Costa	Rodrigo Pacheco Guedes
Glaucia Mara de Barros	Sônia Regina Guimarães da Fonseca
Glaucilene Silva Gonçalves	Terezinha Hota da Silva
Helena Honorato Snowareski	Tulio Marcel Rufino de Vasconcelos Figueiredo
Jessica Fernanda de Lima Monge	Vandervânio Osni Pacheco dos Santos
José Bispo Barbosa	Vinícius de Moraes Arantes
Luciana Gonçalves de Lima	Wander Miguel de Barros
Luciana Maria Klamt	

Comissões Locais de Elaboração do PDI

Campus Primavera do Leste

Alcindo José Dal Piva
Cristian Hansen
Daniel de Rezende
Dimorvan Alencar Brescancim
Luiz Carlos Alves Filho
Vanderlei da Silva

Campus Avançado Diamantino

Reinaldo Gomes de Arruda
Daniel da Costa e Faria
Giselda Correa Dorileo
Givaldo Dantas Sampaio Neto
Fernando João Bispo Brandão
Ubiranei de Freitas Marinho
Jussara Edna Meira da Silva
Jandilson Vitor

Campus Várzea Grande

Sandra Maria de Lima
João Bosco Lima Beraldo
Renan Polizei
João Vitor Gobis Verges
Larissa Mendes Medeiros Taques
Fernanda Marques Caldeira

Campus Cuiabá – Bela Vista

Deiver Alessandro Teixeira
Giovani Valar Koch
Daryne Lu Maldonado Gomes da Costa
Reinaldo de Souza Bilio
Veralucia Guimarães de Souza
Francismeiry Cristina de Queiroz
Rodolfo de Oliveira Sarat

Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva

Cristovam Albano da Silva Junior
Marcos Vinicius Santiago Silva
Alceu Aparecido Cardoso
Simone Raquel Caldeira Moreira da Silva
Saulo Augusto Ribeiro Piereti
Olgda Laria Borges de Paula
Douglas Neves da Silva

Campus Rondonópolis

Marcelo Pereira Dantas da Silva
Eliezer Polinati Silva
Ademilso Lira de Matos
Nelson Luiz Graf Odi
Magda Cabral Costa Santos
Maria Aparecida de Almeida
Laura Caroline Aoyama Barbosa
Diogo Italo Segalen da Silva

Campus Avançado Sinop

Gilma Silva Chitarra
Renan Vitek
Marcos Vinícius Alves de Oliveira
Murilo Araújo Santos
Fernanda Assis de Oliveira Nascimento
Chalani Kinthia de Freitas
Carlos Eduardo Gomes da Costa
Marco Antonio Garcia Monteiro

Campus Juína

João aparecido Ortiz de França
Indianara Cristiny Franco Rodrigues
Wagner Mendes da Silva
Messias Aparecido Gama Silva
Ademaria Moreira Novais
Jones Willian Soares de Queiroz
Leonir Cleomar Janke

Campus Avançado Guarantã do Norte

Valdenor Santos Oliveira
Fernando Viana Costa
Luciano Endler
Sandro Marcelo Caravina
Thiago Santana Cotrim
Guilherme José Santini da Silva
Rosângela Maria Pinheiro dos Santos
Fernandes
Lourenço José Cavalcante Neto

Campus São Vicente

Livio dos Santos Wogel
Fábio Henrique de Oliveira Silva
Alex Caetano Pimenta
Oswaldo Martins Capelani
Ronaldo José Perin
Silvana Alves Pedrozo
Daniela Fernandes da Silva

Campus Confresa

Aldemira Ferreira da Silva
Dhanny Fernanda Ferreira de Freitas
Edna Lucia Sousa Cruz
José Antônio do Vale Santana
Leandro Batista Urzedá Caetano
Lucimar Aparecida Soares da Silva
Giliard Brito de Freitas

Campus Alta Floresta

Julio Cesar dos Santos
Tatiane do Nascimento
Leandro Souza Messias
Manoel Silva e Souza
Fernanda Oliveira Silva
Adriano Campos
Welismar Almeida da Silva

Campus Pontes e Lacerda – Fronteira Oeste

Stefano Teixeira Silva
Adriel Martins Lima
Leomir Batista Neres
Liliane Silva Pena
Manuela Arruda dos Santos Nunes da Silva
Vanderluce Moreira Machado
Carlos Rafael Dias
Naiara Cassia dos Santos
Jullian Cezar Zan
Maurício Arantes Vargas

Miguel Eugênio Minuzzi Vilanova

Campus Avançado Lucas do Rio Verde

Celso José Ferst Júnior
Evandro Silva Alves
Marcos Vinicius Rodrigues Davino
João Vicente Neto
Danillo Mattos Gregório

Campus Barra do Garças

Angelo Florentino Fernandes
Flávia Lorena Brito
Gleiner Rogerys Marques de Queiroz
Rafael José Triches Nunes
Rui Ogawa
Saulo Pereira Cardoso

Campus Sorriso

Claudir Von Dentz
Marcionei Rech
Elisangela Maria da Silva
Dácio Olibone
Liandra Cristine Belló Grosz
Lindomar Kinzler

Campus Campo Novo do Parecis

William Benedito da Silva
Eunice Claudia Schlick Souza
Marco Tulio Melo Morais
Marcia Cristina Becker
Marcos Aurelio Vargas
Tania Maria Alves de Abreu Gimenes
Dayana Luiza Schwerz
Jeferson de Jesus Novaes
Fabio Luis Bezerra

João Luis Binde

Lirian Keli dos Santos
Polyana Monção de Oliveira
Leandro Miranda
Alexis Vinícius de Aquino Leal

Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo

Cristian Jacques Bolner de Lima
Eliel Regis de Lima
Juberto Babilônia de Sousa
Juçara Tinasi de Oliveira
Lucas Nunes Jorge
Marcelo de Oliveira Galvão
Marcos Aparecido Pereira
Matheus de Mesquita Pontes
Priscilla da Silva Rodrigues
Reginaldo Antônio de Medeiros
Suely Nobre de Sousa
Salmo César da Silva

Campus Avançado Tangará da Serra

Wilian Geovani Fiirst (presidente)
Camila Beatriz Bennemann
Débora Neves de Melo
Débora Borges dos Santos
Fausto Jacomin
Leonardo Santana de Lima
Rodrigo Augusto Leão Camilo
Gilcelio Luiz Peres

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ASCOM	Assessoria de Comunicação
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
Avalies	Avaliação das Instituições de Educação Superior
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CAFe	Comunidade Acadêmica Federada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CF	Constituição Federal
CGP	Coordenação de Gestão de Pessoas
CIS	Comissão Interna de Supervisão
CNE	Conselho Nacional de Educação
CnPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODIR	Colégio de Dirigentes
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONEB	Conselho Nacional de Entidades de Base
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUP	Conselho Superior
COPLAN	Conselho de Planejamento e Administração

CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CST	Curso Superior de Tecnologia
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DAES	Diretoria de Avaliação da Educação Superior do INEP / MEC
DEaD	Departamento de Educação a Distância
DINTER	Doutorado Interinstitucional
DSGP	Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas
DSRI	Diretoria Sistêmica de Relações Internacionais
DSTI	Diretoria Sistêmica de Tecnologia da Informação
e-MEC	Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior
e-Sic	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
e-Ouv	Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
EaD	Educação a Distância
EBSCO	Base de Dados de Periódicos Internacionais Multidisciplinar
EBTT	Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FIC	Formação Inicial e Continuada
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOFA	Forças, oportunidades, fraquezas e ameaças
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
GED	Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos
GLPI	Sistema gratuito de Gerenciamento de Ativos de TI

IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IFMT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
IGC	Índice Geral de Cursos do INEP/MEC
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IP	Internet Protocol
IQCD	Índice de Qualificação do Corpo Docente
ISO	International Organization for Standardization
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MBA	<i>Master in Business Administration</i>
MEC	Ministério da Educação
MIDI	<i>Musical Instrument Digital Interface</i>
MINTER	Mestrado Interinstitucional
MT	Mato Grosso
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
NBR	Normas Brasileiras da ABNT
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NPPD	Núcleo Permanente de Pessoal Docente
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PCD	Pessoa com Deficiência
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

PDCA	<i>Plan, Do, Check, Act</i>
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEIAPEE	Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes
PIT	Plano Individual de Trabalho
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PRODIN	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROPES	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
PIT	Plano Individual de Trabalho
RAE	Reunião de Avaliação da Estratégia
Rasac	Regulamento para Afastamento de Servidores em Atividades de Capacitação
Reuni	Programa de Reestruturação Universitária
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso
SENSE	Secretaria Nacional de Casas Estudantis
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento
SESu	Secretaria de Educação Superior
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termos de Execução Descentralizados
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNE	União Nacional dos Estudantes
Uned	Unidade de Ensino Descentralizada
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VOIP	Voz por Internet Protocol
VPN	Rede privada virtual

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Indicador de desempenho 1
QUADRO 2	Indicador de desempenho 2
QUADRO 3	Indicador de desempenho 3
QUADRO 4	Indicador de desempenho 4
QUADRO 5	Indicador de desempenho 5
QUADRO 6	Indicador de desempenho 6
QUADRO 7	Indicador de desempenho 7
QUADRO 8	Indicador de desempenho 8
QUADRO 9	Indicador de desempenho 9
QUADRO 10	Indicador de desempenho 10
QUADRO 11	Indicador de desempenho 11
QUADRO 12	Indicador de desempenho 12
QUADRO 13	Indicador de desempenho 13
QUADRO 14	Indicador de desempenho 14
QUADRO 15	Indicador de desempenho 15
QUADRO 16	Indicador de desempenho 16
QUADRO 17	Indicador de desempenho 17
QUADRO 18	Indicador de desempenho 18
QUADRO 19	Indicador de desempenho 19
QUADRO 20	Indicador de desempenho 20
QUADRO 21	Indicador de desempenho 21
QUADRO 22	Indicador de desempenho 22
QUADRO 23	Indicador de desempenho 23
QUADRO 24	Indicador de desempenho 24
QUADRO 25	Indicador de desempenho 25
QUADRO 26	Indicador de desempenho 26
QUADRO 27	Indicador de desempenho 27
QUADRO 28	Indicador de desempenho 28
QUADRO 29	Indicador de desempenho 29
QUADRO 30	Áreas de convivência para os discentes
QUADRO 31	Cronograma da oferta de cursos FIC
QUADRO 32	Cronograma da oferta de cursos técnicos
QUADRO 33	Cronograma da oferta de cursos de graduação
QUADRO 34	Cronograma da oferta de cursos pós-graduação <i>lato sensu</i>
QUADRO 35	Cronograma da oferta de cursos pós-graduação <i>stricto sensu</i>
QUADRO 36	Dimensões da avaliação superior – SINAES
QUADRO 37	Instrumento de avaliação
QUADRO 38	Estrutura da gestão de riscos no IFMT
QUADRO 39	Polos de Educação a Distância
QUADRO 40	Marcos legais sobre acessibilidade

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Composição do CONSUP
FIGURA 2	Composição do CODIR
FIGURA 3	Composição do CONSEPE
FIGURA 4	Composição do COPLAN
FIGURA 5	Matriz SWOT do IFMT
FIGURA 6	Mapa estratégico do IFMT
FIGURA 7	PDCA
FIGURA 8	Composição da força de trabalho

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Delimitação territorial
TABELA 2	Indicador de qualificação do corpo docente
TABELA 3	Experiência profissional no magistério superior
TABELA 4	Experiência profissional de docência na educação básica
TABELA 5	Experiência profissional não acadêmica
TABELA 6	Infraestrutura atual

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	28
1. PERFIL INSTITUCIONAL	32
1.1. Introdução	32
1.2. Delimitação Territorial	33
1.3. Áreas de Atuação Acadêmica	36
1.4. Organização Administrativa	36
1.5. Órgãos Colegiados	38
1.6. Composição dos Órgãos Colegiados	38
Figura 1 – Composição do Conselho Superior	38
2.0. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PDI 2019-2023	41
2.1. Análise SWOT	42
2.2. Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas Institucionais	44
2.2.1. Monitoramento, Controle e Revisão do PDI	61
3.0. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	63
3.1. Apresentação	63
3.1.1. Concepção de Ser Humano, Sociedade, Cultura, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Educação	65
3.1.2. Concepção de Currículo	69
3.1.3. Fundamentos do Currículo Integrado	69
3.1.4. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica	71
3.1.5. A Pesquisa como Princípio Educativo	72
3.1.6. O Trabalho como Princípio Educativo	73
3.1.7. O Respeito à Diversidade	74
	19

3.1.8. Interdisciplinaridade	77
3.1.9. Concepção de Gestão Educacional	78
3.2. Diretrizes para a Prática Pedagógica	81
3.2.1. O Planejamento Pedagógico	81
3.2.2. A Avaliação da Aprendizagem e do Ensino	83
3.3. Concepções de Ensino, Pesquisa e Extensão	85
3.3.1. Ensino	85
3.3.2. Formação Inicial e Continuada ou de Qualificação Profissional	86
3.3.3. Educação Profissional Técnica de Nível Médio	86
3.3.4. Educação Superior de Graduação	90
3.3.5. Certificação Profissional	91
3.3.6. Educação a Distância	92
3.3.7. Direitos Humanos	94
3.3.8. Assistência Estudantil	95
3.4. Extensão, Pesquisa e Inovação	97
3.4.1. Pós-Graduação	98
3.4.2. Extensão e Interação com a Sociedade	99
3.4.3. Acompanhamento e Avaliação do PPI	100
4.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL, E AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL	102
4.1. Políticas Institucionais Voltadas à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural	102

4.2. Políticas Institucionais Voltadas à Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, da Igualdade Étnico-racial, Indígenas e Quilombolas	103
4.2.1. Políticas Institucionais Voltadas a Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos	104
4.2.2. Políticas Institucionais Voltadas a Ações Afirmativas para Promoção da Igualdade Étnico-Racial	105
5.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À RESPONSABILIDADE SOCIAL	107
6.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD)	109
6.1. Tecnologias de Informação e Comunicação nos Processos Formativos do IFMT	113
6.2 Formação Inicial e Continuada de Professores, Tutores e Mediadores	114
6.3 Formação Inicial e Continuada dos Servidores Não Docentes no Exercício de sua Função	114
6.4 Contribuir para o Desenvolvimento Profissional dos Cidadãos em seu Contexto Social	115
7.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA PRODUÇÃO DOCENTE E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	117
8.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	119
9.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	122
9.1. Da Internacionalização no IFMT	123
10.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	125
10.1. Política de Assistência Estudantil do IFMT	125
10.2. Organização Estudantil	127
10.3. Permanência e Êxito dos Estudantes do IFMT	127

10.3.1. Nivelamento	129
10.3.2. Do Apoio Pedagógico e Psicopedagógico	129
10.4. Condições de Acesso para PcDs	130
10.5. Política de Ingresso	130
11.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA PRODUÇÃO DISCENTE E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	131
12.0. POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	132
12.1. Programa de Formação Continuada	134
12.2. Incentivo à Qualificação Docente	135
12.3. Incentivo à Qualificação do Técnico Administrativo	136
12.4. Apoio Financeiro	136
13.0. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO IFMT	137
13.1. Planejamento da Expansão Física	137
13.2. Planejamento de Abertura de Polos EaD e/ou Ambientes Profissionais como Forma de Expansão Física	138
13.2.1. Estudo para Implementação de Polos de Apoio Presencial	139
13.3. Cronograma de Oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada	141
13.4 Cronograma de Oferta de Cursos Técnicos	145
13.5 Cronograma de Oferta de Cursos de Graduação	151
13.6 Cronograma de Oferta de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu	156
13.7 Cronograma de Oferta de Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu	159
14.0. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO IFMT	160
14.1. Perfil dos Cursos	161

14.2. Unidades para Oferta de Cursos Presenciais e EaD	163
14.3. Incorporação de Recursos Tecnológicos	163
15.0 PERFIL DO CORPO DOCENTE E DE TUTORES EaD	166
15.1. Titulação do Corpo Docente e de Tutores EaD	166
15.2. Experiência Acadêmica no Magistério Superior	168
15.3. Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica	169
15.4. Experiência Profissional Não Acadêmica	170
15.5. Expansão do Corpo Docente e Tutorial	171
15.6. Critérios de Seleção e Contratação	171
15.7. Plano de Carreira Docente e de Tutores EaD	172
15.8. Regime de Trabalho	172
15.9. Procedimentos para Substituição (Definitiva e Eventual) dos Docentes e Tutores EaD do Quadro do IFMT	172
16.0. POLÍTICAS DE GESTÃO	174
16.1. Procedimentos de Autoavaliação Institucional	175
16.1.1. Ampliação da Avaliação Institucional para Atendimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio	176
16.1.2. Princípios da Avaliação Institucional	176
16.1.3. Objetivos da Autoavaliação	178
16.1.4. Metodologia da Autoavaliação	179
16.1.5. Dimensões e Indicadores	181
16.1.6. Instrumentos de Autoavaliação	185
16.2. Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações	185
16.3. Procedimentos de Atendimento aos Estudantes	186

16.3.1. Admissão de Novos Estudantes	186
16.3.2. Apoio Psicopedagógico	187
16.3.3. Atendimento para a Carreira e Acompanhamento de Egressos	188
16.4. Corregedoria	189
16.5. Política Institucional de Comunicação	189
16.5.1. Ouvidoria/E-SIC	191
16.5.2. Pesquisa de Satisfação dos Serviços da Reitoria	192
16.6. Gestão de Riscos	193
16.7. Projeto de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico em Meio Físico e Digital	194
16.7.1. Objetivo	195
16.7.2. Justificativa	195
16.7.3. Formas de Gestão dos Documentos	196
16.7.4. Acervo Acadêmico em Meio Digital – Sistema Informatizado	197
16.7.5. Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED	197
16.7.6. Avaliação de Documentos	198
16.7.7. Responsáveis pela Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico	198
16.7.8. Procedimentos para a Implementação do Acervo Acadêmico em Meio Digital	198
16.8. Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira	198
16.8.1. Demonstração da Sustentabilidade Financeira	198
16.8.2. Estratégias da Sustentabilidade Financeira	200
16.8.3. Sustentabilidade Financeira: Participação da Comunidade Interna	200
17.0. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	202
	24

17.1. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação	207
17.2. Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas	209
17.3. Plano de Manutenção dos Laboratórios	209
17.3.1. Pessoal Técnico de Apoio	210
17.4. Oferta de Educação a Distância	210
17.4.1. Abrangência Geográfica	211
17.4.2. Infraestrutura Física, Tecnológica e de Pessoal para os Polos EaD	212
17.4.3. Relação de Polos de Educação a Distância Previstos para a Vigência do PDI	213
17.4.4. Previsão da Capacidade de Atendimento ao Público-Alvo	214
17.4.5. Descrição das Inovações Tecnológicas Significativas Adotadas para Execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Previstos	215
17.4.6. Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático	216
17.4.7. Polos de Educação a Distância e Ambientes Profissionais	216
17.5. Plano de Promoção e Garantia de Acessibilidade	217
18.0. POLÍTICA DE AQUISIÇÃO E EXPANSÃO DE ACERVO ACADÊMICO – BIBLIOTECA	229
18.1. Sistema Integrado de Bibliotecas IFMT	229
18.2. Políticas de Biblioteca com Acervo Digital	229
18.3. Critérios para a Formação do Acervo	230
18.4. Recurso Financeiro	230
18.4.1. Níveis de Responsabilidades pela Aquisição do Acervo	231
18.4.1.1. Coordenador de Cada Curso	231
18.4.1.2. Docente, Tutor EaD e/ou Coordenador	231

18.4.1.3. Bibliotecário(a)	231
18.4.1.4. Coleção de Referência	231
18.5. Revisão da Política de Seleção do Acervo	231
19. POLÍTICAS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	233
TIC	233
19.1. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO ACEITÁVEL DE TECNOLOGIA	233
19.1.1. Uso de Equipamentos Particulares	233
19.1.2. Equipamentos de Terceiros	233
19.1.3. Mídias Removíveis – Controles de Uso	233
19.1.4. Uso de Mídia Removível Particular	234
19.1.5. Mídias em Trânsito	234
19.1.6. Servidor de Arquivos	234
19.1.7. Arquivos Gravados em Sistemas de <i>Cloud Computing</i> (nuvem)	234
19.1.8. Acesso à Internet	235
19.1.9. Uso de Correio Eletrônico	235
19.1.10. Uso Autorizado	235
19.1.11. Acesso ao E-mail Pessoal	236
19.1.12. Computação Móvel e Trabalho Remoto	236
19.1.13. Elegibilidade dos Acessos Remotos para Colaboradores	236
19.1.14. Uso de Telefone (Fixo e Celular)	236
19.1.15. Segurança	237
19.2. Disaster Recovery	239
19.3. Infraestrutura Tecnológica – IFMT	242

19.4. Redundância – Plano Contingência	243
19.4.1. Infraestrutura de Execução e Suporte	243
19.4.2. Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos	243
19.4.3. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação	244
19.5. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).	245
19.6. Política de Uso de Laboratório de Informática	248
19.6.1. Políticas de Funcionamento	249
19.6.1.1. Usuário	249
19.6.1.4 Das Normas	250
19.6.1.5. Dos Recursos Computacionais	250
19.6.2. Competências	251
19.6.2.3. Docentes e Tutores	252
19.6.2.4. Estudantes	253
19.7. Política de Uso de Tecnologia da Informação no IFMT	253
19.7.1. Políticas Administrativas	253
19.7.2. Sanções	257
19.7.3. Apoio Técnico	257
REFERÊNCIAS	258

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), concebido para vigor durante o período 2019-2023, é um instrumento de política que reflete em seu conteúdo e em sua forma as muitas mudanças ocorridas nos últimos anos, tanto na educação superior brasileira em geral, quanto na realidade do IFMT e da região em que está inserido.

Na última década, mais que em qualquer outro momento histórico, novas tecnologias surgiram e foram incorporadas à sociedade contemporânea, trazendo benefícios, por um lado, e toda uma gama de novos desafios, por outro – em especial se consideradas as grandes disparidades sociais que ainda afligem grande parte do povo brasileiro, dependente de ações inclusivas que resgatem a sua cidadania e o seu acesso a esses novos conhecimentos e possibilidades.

Neste contexto, estabelecer metas para a educação superior de qualidade para a região de atuação do IFMT foi um desafio, pois a instituição está comprometida, ética e socialmente, com o ser humano e com os recursos materiais e naturais dessa região.

Assim, este PDI objetiva projetar as disposições do IFMT em relação ao futuro, coletivamente almejado. A missão, a visão, os princípios, os objetivos, as metas e as ações aqui delineadas guiarão as decisões da gestão, de modo a regular o planejamento e as ações de cada dimensão institucional, considerando a dinamicidade da vida acadêmica e a flexibilidade diante de necessidades emergentes.

Portanto, este PDI orientará o acompanhamento e a avaliação contínuos do desenvolvimento institucional.

Tendo em vista o Decreto 9.235/2017 e com foco nas diretrizes do Ministério da Educação (MEC) para a formalização deste PDI, o documento está organizado em capítulos, que descrevem, entre outros:

- a) missão, objetivos e metas do IFMT em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;
- b) projeto pedagógico do IFMT, que conterà, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;

- c) cronograma de implantação e desenvolvimento do IFMT e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de *campus* fora de sede e de polos de educação a distância;
- d) organização didático-pedagógica do IFMT, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e *campus* para oferta de cursos presenciais, polos de educação a distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;
- e) oferta de cursos e programas de pós-graduação lato e stricto sensu, quando for o caso;
- f) perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância, com indicação dos requisitos de titulação, da experiência no magistério superior e da experiência profissional não acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho, dos procedimentos para substituição eventual dos docentes do quadro e da incorporação de docentes com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho;
- g) organização administrativa do IFMT e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos docentes, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações do IFMT e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;
- h) projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;
- i) infraestrutura física e instalações acadêmicas, especificando:
1. com relação à biblioteca:
 - acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia;

- formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e
 - espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; e
2. com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;
- j) demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras;
- k) oferta de educação a distância, especificadas:
- sua abrangência geográfica;
 - relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI;
 - infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados;
 - descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e
 - previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.

Nesse sentido, o documento converge para as políticas nacionais de educação e relata as expectativas da comunidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso para os próximos cinco anos. Buscou-se definir os objetivos estratégicos institucionais atrelados a indicadores de desempenho e a metas em diferentes áreas, fazendo do PDI uma ferramenta de gestão educacional.

Missão do IFMT

Educar para a vida e para o trabalho.

Visão do IFMT

Ser uma instituição de excelência na educação profissional e tecnológica, qualificando pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão.

Valores do IFMT

Ética

Inovação

Legalidade

Transparência

Sustentabilidade

Profissionalismo

Comprometimento

Respeito ao cidadão

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), criado nos termos da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, é uma Instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFMT tem no estado de Mato Grosso a sua área de atuação geográfica, conta com 14 *campi* em funcionamento (Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Rondonópolis, São Vicente, Sorriso e Várzea Grande) e possui ainda 5 *campi* avançados, nos municípios de Diamantino, Lucas do Rio verde, Tangará da Serra, Sinop e Guarantã do Norte.

Atualmente, o IFMT possui aproximadamente 25 mil alunos, nos mais de 100 cursos distribuídos nos seguintes níveis, modalidades e formas de oferta: superior (bacharelado, licenciatura e tecnologias), pós-graduação (especializações e mestrados), técnico (com ensino médio integrado, subsequente, concomitante e Proeja), educação a distância (UAB e Profucionário), além dos cursos de curta duração, como o FIC (Formação Inicial e Continuada).

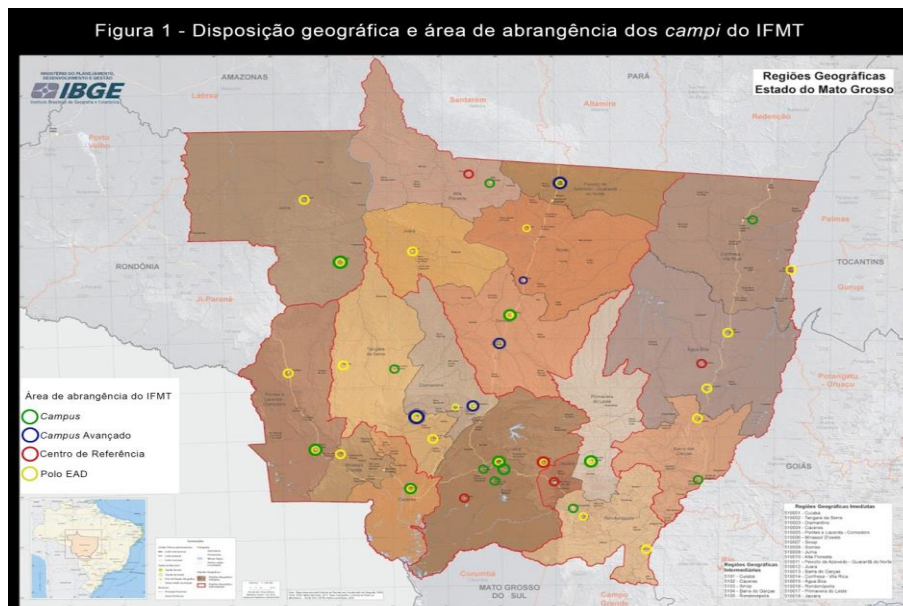
A história do Instituto Federal de Mato Grosso começou no ano de 1909, quando se iniciaram as primeiras experiências em educação profissional e tecnológica no País. Neste ano, foi criada a Escola de Aprendizes e Artífices de Mato Grosso, onde atualmente funciona o *Campus* Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva deste IFMT. Depois disso, no ano de 1943, foi concebido o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso, em Santo Antonio do Leverger, onde atualmente funciona o *Campus* São Vicente. Já no ano de 1980, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, atualmente *Campus* Cáceres. Após algumas mudanças de

nomenclatura, chegamos ao ano de 2008, com três centros de referência em educação profissional no estado: o Cefet Mato Grosso (em Cuiabá), o Cefet Cuiabá (em São Vicente) e a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres. Neste período, já estavam em funcionamento ou em fase de implantação as unidades de ensino descentralizadas (Uned), no bairro Bela Vista (Cuiabá) e nos municípios de Pontes e Lacerda, Campo Novo do Parecis, Juína, Confresa, Barra do Garças e Rondonópolis.

Até que, na data de 29 de dezembro de 2008, a Lei 11.892 cria os Institutos Federais em todo o País. Em Mato Grosso, a junção das três autarquias – Cefet Mato Grosso (em Cuiabá), o Cefet Cuiabá (em São Vicente) e Escola Agrotécnica Federal de Cáceres – cria o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), que, desde então, em um processo de expansão e interiorização, alcançou diversas outras localidades, tais como Primavera do Leste, Várzea Grande, Alta Floresta, Diamantino, Lucas do Rio Verde e Tangará da Serra, Sorriso, Sinop, Guarantã do Norte.

1.2. Delimitação Territorial

A delimitação territorial do IFMT é o estado de Mato Grosso, a partir das atuais estruturas dos *Campi* Alta Floresta, Barra do Garças, Cuiabá – Coronel Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sorriso, Várzea Grande e São Vicente; e dos *Campi* Avançados em funcionamento e em implantação de Tangará da Serra, Diamantino, Lucas do Rio Verde, Sinop e Guarantã do Norte.



Através de suas unidades, é possível atender a 15 (quinze) microrregiões e uma população de aproximadamente 2.706.921 habitantes, conforme demonstra o quadro a seguir:

Tabela 01: Abrangência Territorial do IFMT

MUNICÍPIO	UNIDADE DE ENSINO	MICRORREGIÃO	POPULAÇÃO ABRANGIDA
Alta Floresta	<i>Campus Alta Floresta</i>	Alta Floresta (6 municípios)	100.528
	<i>Campus Alta Floresta – Centro de Referência de Paranaíta</i>		
Cuiabá	<i>Campus Cuiabá - Bela Vista</i>	Cuiabá (5 municípios)	881.902
	<i>Campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva</i>		
	<i>Campus São Vicente</i>		
Várzea Grande	<i>Campus Várzea Grande</i>		
Campo Verde	<i>Campus São Vicente - Campo Verde</i>	Primavera do Leste (2 municípios)	87.669
Primavera do Leste	<i>Campus Primavera do Leste</i>		

Cáceres	<i>Campus Cáceres</i>	Alto Pantanal (4 municípios)	134.268
Poconé	<i>Campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva - Núcleo Avançado de Poconé</i>		
Barra do Garças	<i>Campus Barra do Garças</i>	Médio Araguaia (3 municípios)	86.222
Canarana	<i>Campus Barra do Garças – Centro de Referência de Canarana</i>	Canarana (8 municípios)	110.335
Campo Novo do Parecis	<i>Campus Campo Novo do Parecis</i>	Parecis (5 municípios)	82.705
Sapezal	<i>Campus Campo Novo do Parecis - Núcleo Avançado de Sapezal</i>		
Diamantino	<i>Campus Avançado de Diamantino</i>		
Confresa	<i>Campus Confresa</i>	Norte Araguaia (14 municípios)	112.106
Guarantã do Norte	<i>Campus Avançado de Guarantã do Norte</i>	Guarantã do Norte (5 municípios)	104.038
Juína	<i>Campus Juína</i>	Aripuanã (8 municípios)	148.922
Lucas do Rio Verde	<i>Campus Avançado de Lucas do Rio Verde</i>	Alto do Teles Pires (9 municípios)	216.084
Sorriso	<i>Campus Sorriso</i>		
Pontes e Lacerda	<i>Campus Pontes e Lacerda</i>	Alto Guaporé (5 municípios)	68.364
Rondonópolis	<i>Campus Rondonópolis</i>	Rondonópolis (8 municípios)	283.538
Jaciara	<i>Campus São Vicente – Centro de Referência de Jaciara</i>		

Sinop	<i>Campus Avançado de Sinop</i>	Sinop (9 municípios)	176.041
Tangará da Serra	<i>Campus Avançado de Tangará da Serra</i>	Tangará da Serra (5 municípios)	138.202
Total			2.728.254

Fonte: Dados estimativos do IBGE para o ano de 2013.

1.3. Áreas de Atuação Acadêmica

O IFMT oferece à sociedade serviços em praticamente todos os ramos do conhecimento humano, especialmente, segundo Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq, nas áreas Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas e Outros.

Por meio de metodologias consagradas, os desafios e gargalos são mapeados, analisados sob várias perspectivas de atendimento da coletividade, e apresentadas soluções diferenciadas, sempre com foco sustentável na inovação e na visão humanística e empreendedora.

Esta estrutura contribui para a consolidação da cultura científica, estimulando e induzindo a pesquisa aplicada e o ensino experimental prático das ciências, facilitando o acesso dos estudantes a equipamentos e materiais auxiliares de ensino e pesquisa, promovendo o desenvolvimento do espírito científico e criando condições para a extensão e a dinamização de projetos e atividades científico-experimentais. As aulas nos laboratórios e demais ambientes de pesquisa são programadas obedecendo à infraestrutura e à logística necessária para a oferta de ensino, pesquisa e extensão de qualidade.

1.4. Organização Administrativa

De acordo com os arts. 4º e 5º do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, a administração far-se-á pela articulação entre a Reitoria, as direções-gerais dos *campi*, os conselhos, os órgãos colegiados e os demais órgãos

de apoio do IFMT, sob a coordenação, a supervisão e o controle da Reitoria, tendo como órgãos da administração:

I - órgão máximo, consultivo, normativo e deliberativo:

a) Conselho Superior;

II - consultivo e deliberativo, no limite de suas especificidades explicitadas no Estatuto do IFMT:

a) Colégio de Dirigentes (CODIR);

III - consultivos especializados:

a) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);

b) Conselho de Planejamento e Administração (COPLAN);

IV - planejamento e executivo:

a) Reitoria;

b) Diretorias-gerais dos *campi*;

V - assessoramento:

a) Diretoria Executiva;

b) Auditoria Interna;

c) Procuradoria Federal Especializada junto ao IFMT;

d) Ouvidoria;

e) Serviço de Informação ao Cidadão (SIC);

f) Corregedoria;

g) Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);

h) Núcleo Permanente de Pessoal Docente (NPPD); e

i) Comissão Interna de Supervisão (CIS).

De forma a garantir a administração colegiada e democrática, os conselhos deliberativos e consultivos, bem como outros conselhos/colegiados, foram criados para apoiar as atividades administrativas e acadêmicas, tendo seus regimentos internos elaborados em suas próprias instâncias e aprovados pelo Conselho Superior, respeitadas as disposições da legislação federal aplicável, do Estatuto e do Regimento Geral.

1.5. Órgãos Colegiados

O IFMT, no uso da sua autonomia organizacional, definiu em seu Regimento Geral e na Organização Acadêmica as seguintes instâncias colegiadas acadêmicas: Conselho Superior; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; Conselho de Planejamento e Administração e os colegiados de cursos. Assim, são estabelecidos canais de representatividade entre as várias instâncias internas dos cursos, garantindo uma gestão acadêmica democrática e participativa, além da indispensável interação com o corpo diretivo do IFMT.

1.6. Composição dos Órgãos Colegiados

Figura 1 – Composição do Conselho Superior

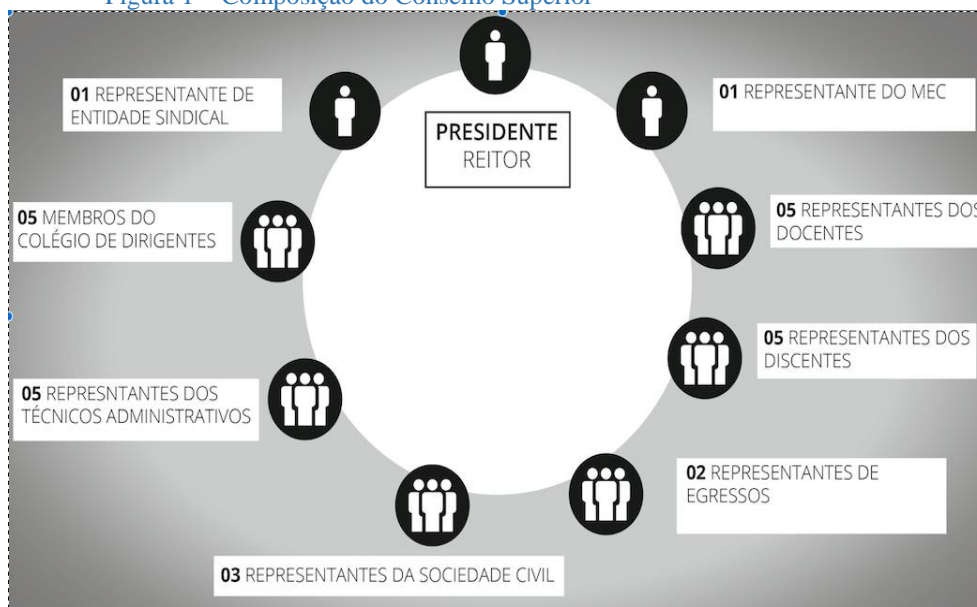


Figura 2 – Composição do Colégio de Dirigentes

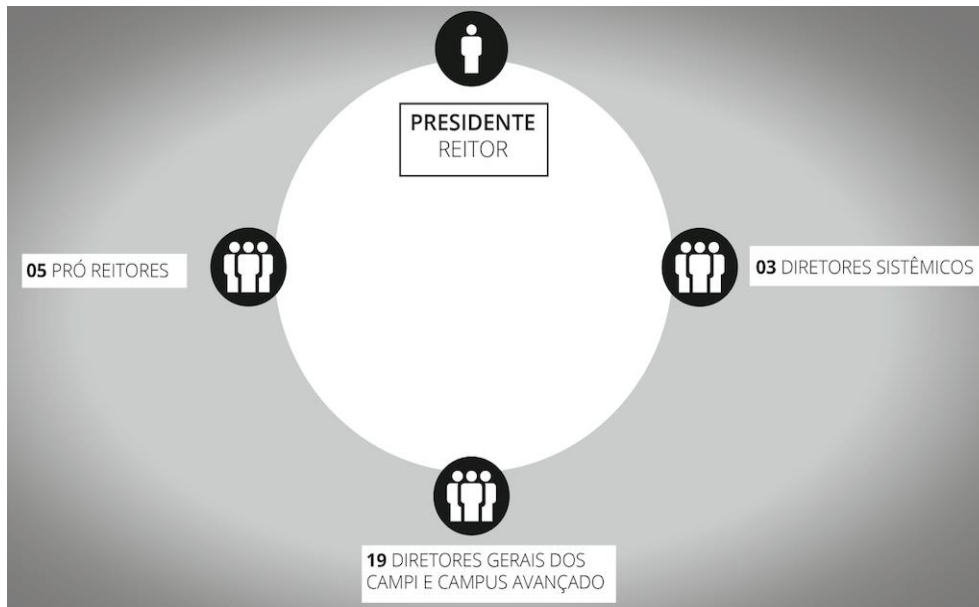


Figura 3 – Composição do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

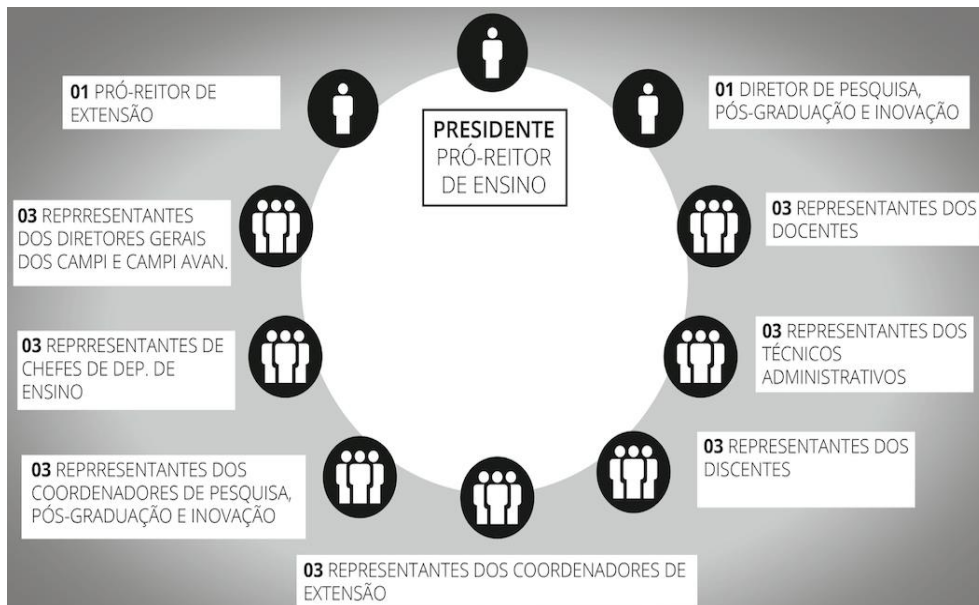
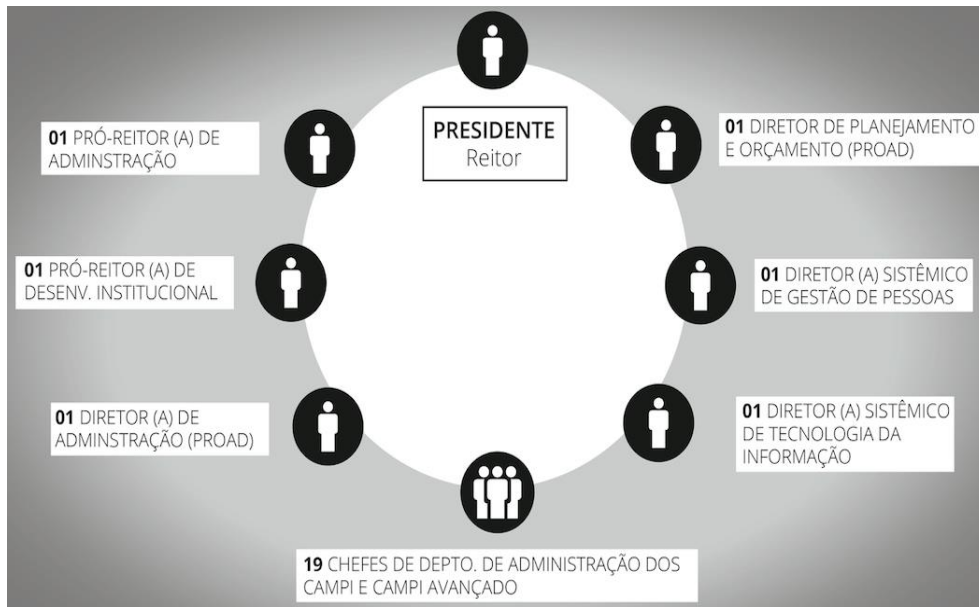


Figura 4 – Composição do Conselho de Planejamento e Administração



2.0. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PDI 2019-2023

A coordenação, o monitoramento e a avaliação do plano de desenvolvimento institucional (PDI) compete à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), de acordo com o Regimento Geral do IFMT, aprovado em 2018. Ao iniciar os trabalhos de construção do plano, foram criadas uma comissão central com servidores da Reitoria e 19 (dezenove) comissões locais, uma em cada *campus* do IFMT, para a condução dos trabalhos. A comissão central subdividiu-se em comissões temáticas para trabalhar os assuntos relacionados a cada eixo do PDI.

No mês de junho de 2018, foi realizado um seminário com a participação de membros de todas as comissões. O evento foi realizado em dois dias e os objetivos eram: apresentar a metodologia que seria adotada para a construção do documento; fazer uma análise do contexto nacional em que o IFMT está inserido; apresentar as metas alcançadas em cada área; e realizar oficinas de planejamento estratégico com as ferramentas que seriam utilizadas, preparando as comissões locais para que pudessem replicar o trabalho nos *campi*.

A construção do documento foi dividida em fases, sendo: Fase I – Diagnóstica; e Fase II - Elaboração do Mapa Estratégico, SWOT, indicadores e metas, escrita da versão final, consulta pública e envio para análise do Conselho Superior do IFMT.

Para a análise do cenário interno e externo, dos *campi* e da Reitoria, foi utilizada a matriz SWOT, técnica desenvolvida por dois professores da Harvard Business School para auxiliar na elaboração de planejamentos estratégicos, conhecida também no Brasil como análise FOFA, que significa, respectivamente: forças (strengths), fraquezas (weaknesses), para a análise interna ao IFMT, e oportunidades (opportunities) e ameaças (threats), para a análise externa ao IFMT. A matriz SWOT possibilita identificar as competências e a forma de atuação institucional, o que favorece o estabelecimento de estratégias organizacionais e planos de ação que foquem no alcance de um ou mais objetivos organizacionais. (Sant’Ana et al., 2017).

A PRODIN elaborou uma proposta mínima de trabalho para os *campi*; esta proposta sugeriu a aplicação de questionários internos e externos e/ou análise dos relatórios da pesquisa da Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA), realização de oficinas de

planejamento para a demonstração dos dados coletados nas pesquisas e análise de cenário com a elaboração da matriz SWOT e definição de ações em âmbito local. Foi sugerida também a realização de audiência pública com a participação da comunidade e finalização dos trabalhos em âmbito local.

A participação dos servidores da Reitoria na fase diagnóstica ocorreu através de uma pesquisa com questões referentes ao plano de desenvolvimento institucional, elaborada com a ferramenta *google forms* e enviada por e-mail aos servidores. As subcomissões temáticas desenvolveram seu trabalho com o objetivo de traçar diretrizes e orientações para atender aos elementos mínimos do PDI, descritos no Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017, art. 21.

A Fase II, etapa que define o planejamento estratégico do IFMT, ficou sob a responsabilidade dos diretores-gerais dos *campi*, pró-reitores, diretores sistêmicos e do reitor, em reuniões do Colégio de Dirigentes. Nesta etapa, foi utilizado o método *Balanced Scorecard* (BSC), uma ferramenta de gestão elaborada por Kaplan e Norton, no início da década de 1990 (SILVA apud Sant’Ana et al., 2017). Este método traduz a estratégia institucional em medidas orientadas para o desempenho futuro, e estas medidas são os objetivos estratégicos balanceados em perspectivas segundo a visão da sociedade, processos internos, pessoas, infraestrutura e orçamento, alinhando a linguagem e facilitando o seu entendimento.

Os objetivos estratégicos são definidos com intuito de fazer com que o IFMT continue a cumprir a sua missão e alcance a visão de futuro, respeitando os valores institucionais. Esta ferramenta possibilita também a criação de um sistema de medição, os indicadores de desempenho que definem metas e responsáveis pela aferição. A missão, a visão, os valores e objetivos estratégicos são apresentados em um quadro chamado mapa estratégico, uma ferramenta simples e eficaz que apresenta, de forma visual, a estratégia que foi adotada pela organização para transformar a visão de futuro em realidade.

2.1. Análise SWOT

Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2019-2023													
Matriz de Avaliação Estratégica - IFMT (definida em 08/10/2018 no colégio de dirigentes)													
Preencher com 0(nenhum), 1(pouco), 3(moderado) e 5(forte).	Aspectos Considerados	Ambiente Externo (Político, Legal, Econômico, Social, Tecnológico, Ambiental)											
		Oportunidades					Ameaças					ST	TOTAL
		Parcerias	Captação de recursos	Demandas EAD	Arranjos produtivos e expansão econômica e social	ST	Recursos orçamentários insuficientes e Restritos	Instabilidade política	Quadro incompleto de servidores	Serviços públicos complementares insuficientes	ST		
Ambiente Interno (Infraestrutura institucional, Sistemas de gestão, Sistemas de planejamento, Sistemas de RH, Sistemas Orçamentários, Sistemas de informação, Cultura Organizacional, Qualidade dos produtos e serviços)	Forças	Servidores qualificados	5	5	3	3	16	3	0	1	0	4	20
		Política de Assistência estudantil	3	3	0	3	9	1	0	0	3	4	13
		Autonomia de gestão administrativa, pedagógica e financeira	5	5	5	5	20	3	3	3	1	10	30
		Qualidade do ensino baseado na integração do ensino, pesquisa e extensão	5	5	5	5	20	3	3	3	1	10	30
		ST	18	18	13	16	65	10	6	7	5	28	93
	Fraquezas	Infraestrutura física e equipamentos deficitários	3	3	5	5	16	5	5	3	3	16	32
		Alta rotatividade dos servidores	5	5	3	5	18	5	5	5	3	18	36
		Índice de reprovação, retenção e evasão	1	3	1	3	8	5	5	5	5	20	28
		Comunicação interna e externa deficitária	5	5	5	5	20	3	1	1	3	8	28
		TOTAL	14	16	14	18	62	18	16	14	14	62	124
TOTAL		4	2	-1	-2	3	-8	-10	-7	-9	-34	-31	
Ambiente Interno	Quais as forças mais relevantes? <i>Autonomia de gestão administrativa, pedagógica e financeira / Qualidade do ensino baseado na integração do ensino, pesquisa e extensão</i>												
	Quais as fraquezas mais prejudiciais? <i>Alta rotatividade dos servidores / Infraestrutura física e equipamentos deficitários</i>												
Ambiente Externo	Quais as oportunidades mais relevantes? <i>Parcerias / Captação de recursos</i>												
	Quais as ameaças mais impactantes? <i>Instabilidade política/ Serviços públicos complementares insuficientes</i>												

Figura 5 – Matriz SWOT do Instituto Federal de Mato Grosso

Fonte: Colégio de Dirigentes do IFMT.

2.2. Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas Institucionais

Figura 6 – Mapa estratégico do IFMT



MAPA ESTRATÉGICO (2019-2023)



Quadro 1 – Indicador de desempenho 1	
OE 01 Institucionalizar, de forma participativa, boas práticas de gestão orçamentária	
Detalhamento	Descrição
Indicador 1	<ul style="list-style-type: none"> • Número de ações de boas práticas de gestão orçamentária implementadas de forma participativa
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROAD
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e extração de dados das planilhas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • Número absoluto
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 20

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 2 – Indicador de desempenho 2	
Detalhamento	Descrição
Indicador 2	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual do orçamento dos <i>campi</i> e Reitoria, (exceto folha de pagamento), gerido de forma participativa
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROAD
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas específicos ou planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e extração de dados dos sistemas e/ou planilhas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • $OrçGerPar = \frac{\text{Valor do orçamento dos } \textit{campi} \text{ e Reitoria (exceto folha de pagamento), gerido de forma participativa}}{\text{Valor total do orçamento}} \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 60%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 3 – Indicador de desempenho 3

OE 02 Promover a qualidade de vida dos servidores no trabalho, nas relações interpessoais e nas ações institucionais

Detalhamento	Descrição
Indicador 1	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de servidores capacitados em educação regular
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROPES
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema SUAP ou planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e extração de dados no sistema e/ou planilhas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • $SerCap = (\text{Número de servidores capacitados}) / (\text{Número total de servidores}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 10%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 4 – Indicador de desempenho 4

Detalhamento	Descrição
Indicador 2	<ul style="list-style-type: none"> • Número de servidores capacitados em cursos/eventos de curta duração
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • DSGP
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Plano anual de capacitação e a pasta funcional
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e extração de dados dos documentos
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • $SerCapCD = (\text{número de servidores capacitados}) / (\text{número total de servidores}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 30%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 5 – Indicador de desempenho 5

Detalhamento	Descrição
Indicador 3	<ul style="list-style-type: none"> • Número de ações implementadas, relacionadas à qualidade de vida do servidor
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • DSGP
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e extração de dados das planilhas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • Número absoluto
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 200

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 6 – Indicador de desempenho 6

OE 03 Desenvolver e implementar tecnologia da informação e comunicação (TICs) aplicável à educação	
Detalhamento	Descrição
Indicador 1	<ul style="list-style-type: none"> • Número de projetos desenvolvidos
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • DSTI
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Redmine</i>
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e extração de dados do sistema
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • Número absoluto
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 5

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 7 – Indicador de desempenho 7

OE 04 Internalizar a Gestão Estratégica	
Detalhamento	Descrição
Indicador 1	• Percentual de servidores capacitados em cursos de planejamento;
Polaridade	• Quanto maior, melhor
Periodicidade	• Anual
Prazo máximo de mensuração	• Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	• PRODIN
Fonte de dados	• Planilhas de inscrição nos cursos
Metodologia da coleta de dados	• Análise e extração de dados das planilhas
Fórmula de cálculo	• <i>SerCapPlan</i> = (Número de servidores capacitados / Total de servidores) X 100
Meta	• 30%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 8 – Indicador de desempenho 8

Detalhamento	Descrição
Indicador 2	• Percentual de execução das ações planejadas dos planos de ações anuais por unidades;
Polaridade	• Quanto maior, melhor
Periodicidade	• Anual
Prazo máximo de mensuração	• Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	• PRODIN
Fonte de dados	• Planilhas de planos de ações anuais
Metodologia da coleta de dados	• Análise das planilhas e contagem das ações executadas
Fórmula de cálculo	• <i>PerPlan</i> = (Número de ações executadas / Número total de ações) X 100
Meta	• 70%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 9 – Indicador de desempenho 9

OE 05 Melhorar a qualidade do ensino nos diferentes níveis e modalidades	
Detalhamento	Descrição
Indicador 1	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de docentes com titulação de doutorado
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROPEs
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema específico ou planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e extração de dados do sistema
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • $DocDot = (\text{Número de docentes com doutorado}) / (\text{Número total de docentes}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 30%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 10 – Indicador de desempenho 10

Detalhamento	Descrição
Indicador 2	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de verticalização
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Q. Acadêmico
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e coleta de dados no sistema
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • $TxVert = (\text{Número de alunos que sobem de nível}) / (\text{Número de alunos matriculados}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 30%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 11 – Indicador de desempenho 11

Detalhamento	Descrição
Indicador 3	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de alunos inseridos no mercado de trabalho
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEX
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa de egressos
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de dados do relatório
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • $\text{InserMunTrab} = (\text{Número de egressos inseridos no mercado de trabalho}) / (\text{Número total de egressos que responderam à pesquisa de egressos}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 40%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 12 – Indicador de desempenho 12

OE 06 Consolidar a oferta de educação a distância – EaD	
Detalhamento	Descrição
Indicador 1	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de cursos presenciais que ofertam parte do currículo a distância – EaD.
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela Apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos pedagógicos dos cursos – PPCs
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e extração de dados dos – PPCs
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • $\text{CurCurrEad} = (\text{Número de cursos presenciais que ofertam EaD}) / (\text{Número total de cursos}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 50%

Quadro 13 – Indicador de desempenho 13

Detalhamento	Descrição
Indicador 2	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de ações do projeto de criação de um programa de EaD próprio executadas.
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela Apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e coleta de dados das planilhas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • $ProjEad = (\text{Número de ações executadas}) / (\text{Número total de ações planejadas}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 80%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 14 – Indicador de desempenho 14

OE 07 Consolidar a política do ensino nos diferentes níveis e modalidades	
Detalhamento	Descrição
Indicador 1	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de alunos dentro dos requisitos legais que recebem assistência estudantil
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Q. Acadêmico ou planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise do sistema e planilhas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • $AlunoAtAe = (\text{Número de alunos que estejam dentro dos requisitos legais que recebem bolsas}) / (\text{Total de alunos que estejam dentro dos requisitos legais}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 70%

Quadro 15 – Indicador de desempenho 15

Detalhamento	Descrição
Indicador 2	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de evasão dos cursos superiores
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto menor, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Março
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas Q.Acadêmico e SISTEC
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Extração de dados nos sistemas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • $TxEvasaoES = (\text{Número de alunos evadidos dos cursos superiores}) / (\text{Número total de alunos}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 30%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 16 – Indicador de desempenho 16

Detalhamento	Descrição
Indicador 3	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de ações dos planos de permanência e êxito executadas
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Planilhas de controle das ações
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise das planilhas e contagem das ações executadas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • $PlanoPerES = (\text{Número de ações do plano executadas}) / (\text{Número total de ações}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 70%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 17 – Indicador de desempenho 17

OE 08 Fomentar a pesquisa e a inovação tecnológica articuladas com o ensino e a extensão	
Detalhamento	Descrição
Indicador 1	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de servidores com projetos de pesquisa e extensão registrados nas Coordenações de Pesquisa e Extensão
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROPES
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema SUAP Módulo Pesquisa ou Planilhas de Controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e coleta de dados no sistema
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • $\text{ServProjPE} = (\text{Número de servidores que apresentaram projetos de pesquisa e extensão}) / (\text{Número total de servidores}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 25%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 18 – Indicador de desempenho 18

OE 09 Promover a extensão por meio do empreendedorismo e da inovação tecnológica	
Detalhamento	Descrição
Indicador 1	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de projetos vinculados à temática do empreendedorismo
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Março
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEX
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • SUAP Módulo Extensão
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e levantamento de dados no sistema
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • $TPE = (\text{Número de projetos vinculados à temática do empreendedorismo}) / (\text{Número total de projetos de extensão}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 40%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018.



Quadro 19 – Indicador de desempenho 19	
Detalhamento	Descrição
Indicador 2	<ul style="list-style-type: none">• Percentual do orçamento de extensão destinado a editais e ações de empreendedorismo e inovação tecnológica
Polaridade	<ul style="list-style-type: none">• Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none">• Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none">• Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none">• PROEX
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none">• SUAP Módulo Extensão
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none">• Análise e levantamento de dados no sistema
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none">• $OrçExtEmp = (\text{Valor do orçamento destinado a editais e ações de empreendedorismo e inovação}) / (\text{Total do orçamento da extensão}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none">• 40%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 20 – Indicador de desempenho 20	
OE 10 Instituir e executar a política de comunicação e marketing para a Instituição	
Detalhamento	Descrição
Indicador 1	<ul style="list-style-type: none">• Percentual de ações do projeto de criação da política executadas
Polaridade	<ul style="list-style-type: none">• Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none">• Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none">• Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none">• Assessoria de Comunicação Social
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none">• Planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none">• Análise e coleta de dados das planilhas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none">• $ProjCom = (\text{Número de ações executadas}) / (\text{Número total de ações planejadas}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none">• 80%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 21 – Indicador de desempenho 21	
OE 11 Ampliar parcerias com instituições públicas e privadas	
Detalhamento	Descrição
Indicador 1	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de parcerias realizadas com recurso aplicado no IFMT
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEX
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Termos de Parcerias/Cooperações
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e coleta de dados dos termos de parcerias
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • $ParReaRec = (\text{Número de parcerias realizadas com recursos}) / (\text{Número total de parcerias}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 20%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 22 – Indicador de desempenho 22	
Detalhamento	Descrição
Indicador 2	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de parcerias realizadas sem recurso
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEX
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Termos de Parcerias/Cooperações
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e coleta de dados dos termos de parcerias
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • $ParcReal = (\text{Número de parcerias sem recursos realizadas}) / (\text{Número total de parcerias}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 50%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

**Quadro 23 – Indicador de desempenho 23****OE 12 Aprimorar as relações internacionais, fortalecendo o ensino das línguas estrangeiras com vistas a oportunizar parcerias de ensino, pesquisa e extensão**

Detalhamento	Descrição
Indicador 1	<ul style="list-style-type: none">• Número de turmas de cursos em segunda língua ofertados
Polaridade	<ul style="list-style-type: none">• Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none">• Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none">• Março
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none">• DSRI
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none">• Sistema Q. Acadêmico ou SUAP Módulo Extensão
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none">• Análise do sistema, verificação de turmas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none">• Número absoluto
Meta	<ul style="list-style-type: none">• 40

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 24 – Indicador de desempenho 24

Detalhamento	Descrição
Indicador 2	<ul style="list-style-type: none">• Percentual de alunos capacitados
Polaridade	<ul style="list-style-type: none">• Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none">• Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none">• Março
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none">• DSRI
Fonte de Dados	<ul style="list-style-type: none">• Sistema Q. Acadêmico ou SUAP Módulo Extensão
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none">• Identificar através de planilhas de controle de matriculados nos cursos ou sistema Q. Acadêmico
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none">• $AlunoCap = (\text{Número de alunos capacitados em idioma}) / (\text{Número total de alunos}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none">• 5%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018



Quadro 25 – Indicador de desempenho 25	
Detalhamento	Descrição
Indicador 3	<ul style="list-style-type: none">• Número de parcerias realizadas
Polaridade	<ul style="list-style-type: none">• Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none">• Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none">• Março
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none">• DSRI
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none">• Termos de parcerias elaborados
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none">• Análise dos termos de parcerias
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none">• Número absoluto
Meta	<ul style="list-style-type: none">• 6

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 26 – Indicador de desempenho 26	
OE 13	Melhorar a qualificação profissional da população, possibilitando o exercício da cidadania
Detalhamento	Descrição
Indicador 1	<ul style="list-style-type: none">• Índice de eficácia - turma concluinte
Polaridade	<ul style="list-style-type: none">• Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none">• Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none">• Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none">• PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none">• Sistema Q. Acadêmico
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none">• Identificar, dentre os concluintes do curso em análise, a quantidade de alunos que ingressaram no curso no ciclo previsto, considerando o tempo previsto para conclusão, de acordo com a matriz existente no Projeto Pedagógico do Curso
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none">• $IETC = (\text{Número de concluintes que ingressaram no ciclo previsto}) / (\text{Número total de alunos ingressantes no ciclo previsto}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none">• 50%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 27 – Indicador de desempenho 27

Detalhamento	Descrição
Indicador 2	<ul style="list-style-type: none"> • Índice de eficácia do IFMT
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Q. Acadêmico
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Soma os índices de eficácia por <i>campus</i> e a quantidade de <i>campus</i> da Instituição que tiveram seu cálculo de índice de eficácia calculado por possuírem alunos concluintes no período de análise
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • <i>IEIFMT</i> = Média dos índices de eficácia dos <i>campi</i>
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 60%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

Quadro 28 – Indicador de desempenho 28

Detalhamento	Descrição
Indicador 3	<ul style="list-style-type: none"> • Índice de eficiência de conclusão
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Q. Acadêmico
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar a quantidade de alunos concluintes em relação ao número de matriculados no início do ciclo
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • <i>IECTC</i> = (Total de concluintes) / (Número de alunos matriculados no início do ciclo) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 70%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018



Quadro 29 – Indicador de desempenho 29

OE 14 Colaborar com o desenvolvimento tecnológico regional e sustentável	
Detalhamento	Descrição
Indicador 1	<ul style="list-style-type: none">• Percentual de projetos de pesquisa aplicada desenvolvidos
Polaridade	<ul style="list-style-type: none">• Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none">• Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none">• Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none">• PROPES
Fonte de Dados	<ul style="list-style-type: none">• Sistema próprio ou planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none">• Análise e coleta de dados dos sistemas e/ou planilhas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none">• $ProjPesqAplic = (\text{Número de projetos de pesquisa aplicada}) / (\text{Número total de projetos de pesquisa}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none">• 40%

Fonte: Colégio de Dirigentes, 08/11/2018

2.2.1. Monitoramento, Controle e Revisão do PDI

Para que a estratégia institucional tenha efetividade, é necessário estabelecer uma forma de monitoramento e controle, e este processo deve ser cíclico e repetitivo, realizando-se mais de uma vez ao longo do período de vigência do PDI, o que nos remete ao modelo PDCA (PLAN, DO, CHECK e ACT), também conhecido como Ciclo de Deming (referência: <http://www.portal-administracao.com/2014/08/ciclo-pdca-conceito-e-aplicacao.html>. Acesso em 24/10/2018)

Esta ferramenta é muito conhecida na administração, e sua principal característica é a representação de um processo sem intervalos, em que as palavras em inglês significam: PLAN - Planejamento, DO - Executar, CHECK - Checagem e ACT - Ação. O planejamento é a primeira etapa do ciclo, estabelece-se um plano com objetivos, caminhos a serem seguidos e planos de ações; a segunda fase é a de execução do plano elaborado previamente na primeira fase; na terceira etapa do ciclo, “check”, deve-se avaliar o que foi feito na segunda etapa, estabelecendo comparações e identificando diferenças entre o planejado e o executado; e “act” é a realização das ações corretivas.

Figura 7 - PDCA



Fonte: Portal Administração, em 24/10/2018. Link:<http://www.portal-administracao.com/2014/08/ciclo-pdca-conceito-e-aplicacao.html>

O monitoramento e o controle do PDI serão realizados através dos indicadores de desempenho e iniciativas estratégicas – projetos e planos de ações anuais elaborados para cada unidade do IFMT (pró-reitorias, diretorias sistêmicas e *campi*). A definição destes mecanismos é indispensável para o alcance dos objetivos estratégicos definidos no mapa. O monitoramento e o controle dos indicadores, projetos e planos de ações acontecerão em Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE), no Colégio de Dirigentes (CODIR), a cada trimestre durante a vigência do PDI.

Revisão do PDI: as alterações e os ajustes que se fizerem necessários serão realizados anualmente.

3.0. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

3.1. Apresentação

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI), previsto no art. 16, inciso II, do Decreto 5.773/2006, constitui-se num importante instrumento orientativo e de mediação do trabalho pedagógico e institucional, pois traz em seu cerne os princípios e as diretrizes do processo educacional que se desenvolve no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior.

São fundamentados na Constituição Federal/CF de 1988, em seus arts. 206 e 214, dois pilares essenciais: a gestão democrática, como um princípio, e o planejamento, como uma necessidade para a superação das defasagens educacionais existentes no país.

Segundo Cury (2008), a inclusão desses pilares na CF representou um grande avanço, uma vez que, a partir de então, os mesmos passaram a ser reproduzidos em constituições estaduais e em leis orgânicas municipais. Dalila Oliveira (1997) também entende que, a partir da CF de 1988, começam a ocorrer tentativas de interpretação do conteúdo deste dispositivo, o que implica diferentes políticas se efetivando sob o manto do planejamento e da gestão democrática, principalmente na perspectiva participativa.

Ainda nos marcos legais, a Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao tratar da Organização da Educação Nacional, traz incumbências importantes para a União, os Estados e Municípios, no sentido de elaborar seus Planos de Educação, de forma colaborativa. Vai além, quando compromete estabelecimentos de ensino e docentes no processo de construção de suas Propostas Pedagógicas.

O planejamento, segundo Libâneo et al. (2009), consiste em ações e procedimentos para a tomada de decisões a respeito de objetivos e de atividades a serem realizadas em razão desses objetivos. De forma geral, um dos grandes benefícios do planejamento é a antecipação de decisões para orientar a Instituição, prevendo o que se deve fazer para atingir aos objetivos; o processo de conhecimento e de análise da realidade escolar em suas condições concretas; a possibilidade de previsão e distribuição de responsabilidades e o envolvimento de direção política, pedagógica e administrativa, trabalho escolar, metas, ações, procedimentos, investimentos e financiamento.

Historicamente, o planejamento e os planejadores vivenciam situações de horizontes nebulosos, com ansiedade e falta de perspectivas de curto e médio prazo. As propostas de ontem já não servem para hoje. A ideologia de que o planejamento é uma técnica neutra já foi

esclarecida à exaustão (Garcia, 2003). A essa ideia, soma-se a contribuição de Gadotti (2010), quando afirma não crer em planos elaborados apenas por técnicos, mas sim a partir de uma mobilização da sociedade, priorizando a educação.

Essa nova lógica de planejamento, na perspectiva de Kuenzer (2003), pretende ultrapassar o planejamento autoritário, centralizado, tecnocrático, sendo possível a partir da instauração de um amplo processo de discussão a nível nacional, do qual participem Estado e sociedade civil, através de suas formas de organização. Essa nova concepção de planejamento denomina-se *Participativo*, que, segundo Dalmás (2004), pode ser compreendido como uma ação coletiva de pessoas interagindo politicamente em função de necessidades, interesses e objetivos comuns.

Suas fases são indissociadas, pois elaboração, execução e avaliação ocorrem simultaneamente. É considerado rico em possibilidades: permite a postura crítica, não se pretende neutro, democratização é a sua senha, a escola é o cenário e a educação é um ato político. Para que ele se efetive, de fato, é preciso criar um clima favorável, em que a integração grupal, a socialização do poder, o conhecimento teórico, a disposição de se correr riscos e a infraestrutura adequada estejam favoráveis.

Seus passos, segundo Gandin (1984), envolvem a utopia, ou o que se quer alcançar. Isso requer uma opção clara de ser humano, de educação e sociedade, com a fixação de diretrizes: identidade, concepção de escola e de escola pública, definir qual a qualidade desejada, ensino-aprendizagem, avaliação, currículo, trabalho e conhecimento. Trata-se do Marco Teórico ou Marco Referencial.

Nesse sentido, valorizando a riqueza do momento pelo qual passa o IFMT, coletivamente, a Subcomissão Central do PPI/PDI reafirma o documento inicial de referência, que pretende orientar e contribuir com os debates nos *campi*, para os anos vindouros.

O documento descreve as realidades regionais do estado de Mato Grosso e dos *campi*; indica concepções teóricas pelas quais o IFMT deverá continuar se pautando nos próximos 5 (cinco) anos, a partir de uma visão de homem, de sociedade e de educação – até então consensuada através dos diversos fóruns ocorridos no processo de construção do PDI/PPI; propõe objetivos, políticas e estratégias e, por fim, como se dará o processo de avaliação deste importante instrumento denominado Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

3.1.1. Concepção de Ser Humano, Sociedade, Cultura, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Educação

As instituições sociais que formam a sociedade devem servir ao homem. (KRUPPA, 1994, p. 17)

A epígrafe acima é ponto central para que se entenda a função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Pautado pela **educação para a vida e para o trabalho**, parte da concepção de que as instituições sociais, e mais especificamente as instituições de ensino, devem cumprir papel para além de meros aparelhos ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 2007), pois elas existem a partir das relações entre os homens. Logo, sua existência é também histórica e conflituosa, pois as instituições de educação profissional expressam as tensões conservadoras ou inovadoras presentes em seu interior:

Indivíduo nenhum e nenhuma forma concebível de sociedade hoje ou no futuro podem evitar as determinações objetivas e o correspondente fardo do tempo histórico, bem como a responsabilidade que necessariamente emerge de ambos. (MÉSZÁROS, 2007, p. 33)

Nesse sentido, é pertinente a reflexão proposta por Gadotti (2010) acerca do “significado pedagógico da dúvida”. Ele afirma que por meio da dúvida chega-se a uma decisão transformadora, independentemente da perspectiva, sendo este o momento em que o *existir* torna-se uma tarefa intransferível, momento de situar-se, posicionar-se em relação ao outro e ao mundo. A esse fenômeno dá-se o nome de autonomia, que, para Freire (2011), está relacionada à dignidade, ao respeito e deve ser conquistada a partir da práxis, da intervenção de homens e mulheres comprometidos com a ruptura das opressões da sociedade.

Em consonância com esse cenário de importância da dúvida, Manacorda (2000) questiona que “o homem não nasce homem”, mas vai se formando ao longo da vida ou “talvez o homem nasça homem, mas apenas enquanto perspectiva”. Em ambos os casos, ele aponta que a aprendizagem, a educação, num contexto social adequado, é que permite ao autor as experiências, noções e habilidades que o permitirão executar atos “tanto humanos

quanto não naturais, como o falar e o trabalhar segundo um plano e um objetivo” Manacorda (2000).

O entendimento de ser humano que o IFMT concebe é, portanto, basicamente o do “ser-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 1997) ou, ainda, conforme Ianni (1884): “Em essência, o homem é trabalho”. Tanto que, segundo Ianni (1884), para viver o homem tem que trabalhar e, ao mesmo tempo, apropriar-se do trabalho do outro. Suas necessidades são cotidianas e históricas: comer, beber, dormir, vestir-se, abrigar-se, reproduzir-se biológica e socialmente.

Mas é em Marx (2002, p. 10) que se busca a compreensão histórica do homem enquanto ser social, uma vez que, segundo Marx (2002), os homens se distinguem dos animais pela consciência e por tudo que queira:

Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos.

A essa produção humana da vida material dá-se o nome de trabalho, que para Saviani (2005) tanto pode ser “trabalho material” – que trata da produção de bens materiais em escalas cada vez mais amplas – ou “trabalho não material” – que trata da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, atitudes, hábitos – no qual se situa a educação.

A divisão social do trabalho, aprofundada na sociedade capitalista, separa o pensar e o agir de tal forma, que se cria uma dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual – concepção essa que contradita frontalmente com a função social assumida pelo IFMT, que tem o compromisso com a educação transformadora. Essa educação transformadora assenta-se na unidade entre teoria e prática intencionada, dialética, ou como defende Gadotti (2010), numa práxis transformadora, criadora, ousada, crítica reflexiva.

A práxis, na perspectiva de uma instituição de formação profissional e tecnológica, assume uma dimensão central, pois, como questiona Manacorda (2010), “quem ainda ousa separar ensino e educação, ensino e trabalho”? Para ele este é um processo natural e contraditório, mas que só é possível quando compreendido como uma etapa para a

humanização e dignificação do sujeito pela possibilidade de liberdade de escolha e de desenvolvimento de todas as suas potencialidades criadoras. Trata-se, então, da formação do sujeito omnilateral. Ou seja, a formação do homem para atingir a sua plena capacidade produtiva, de consumo e prazeres, em que o gozo dos bens materiais e espirituais deve ser considerado – algo do qual hoje o trabalhador tem estado excluído, em virtude da forma como está organizado o trabalho na sociedade capitalista.

No mundo contemporâneo, a ciência e a tecnologia podem ou não contribuir para que o homem desenvolva suas potencialidades criadoras. Para tanto, o IFMT parte do entendimento de Costa (2010) de que “o homem é dotado de vontade e isso o impulsiona a inovar, a fazer ciência”. Logo, essa vontade demanda tanto trabalho mental quanto físico; o que levou o mundo a um processo de evolução científica e tecnológica surpreendentes.

É pertinente, portanto, que o IFMT – por se tratar de uma instituição de educação profissional e tecnológica que tem a tarefa de tratar de forma indissociada ensino, pesquisa e extensão – problematize: O que se pode fazer com a ciência e a tecnologia? Como fazer? Com quais instrumentos fazer? E, para que e para quem fazer?

Para Raupp (2010), a ciência pode trazer grandes benefícios ou grandes malefícios. Tudo depende de se associar à ciência “políticas públicas adequadas, com decisões tomadas democraticamente no seio da sociedade”. Ele faz referência, por exemplo, a momentos históricos em que a ciência mal direcionada provocou catástrofes para a humanidade.

O Brasil viveu até recentemente um momento profícuo em torno do debate do seu desenvolvimento socioeconômico e político. É consenso entre estudiosos, pesquisadores e educadores que, dentre as diversas frentes, a educação continua sendo central para o desenvolvimento do país e, mais especificamente para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação. Logo, pensar o papel protagonista que o IFMT vem assumindo, frente a esses desafios, é tarefa de toda sua comunidade.

No que diz respeito à inovação tecnológica, em que pese uma multiplicidade conceitual, a definição dada pelo Ministério das Comunicações é clara: “Toda novidade implantada pelo setor produtivo, por meio de pesquisas ou investimentos, que aumenta a eficiência do processo produtivo ou que implica em um novo ou aprimorado produto”.

Na perspectiva cultural, afirma Raupp (2010), a ciência tem um valor importante, pois pressupõe um processo criativo no qual se gera conhecimento. Relaciona-se a formação de

pessoas nas universidades e, mais recentemente também em instituições de ensino básico, “um bom ensino de ciência, em qualquer nível, deve ter sempre essa postura” Raupp (2010).

Soma-se a esse debate, a questão da inovação para a sustentabilidade, que deve gerar “resultados positivos” nos âmbitos sociais, ambientais e econômicos. Nessa perspectiva, entende-se que o humano é o centro desse processo.

Há, portanto, algumas recomendações, resultantes da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em 2010, que – em síntese – devem orientar o trabalho do IFMT:

- a) Melhorar a educação em todos os níveis e em particular o ensino de ciências, atraindo jovens para carreiras científicas e tecnológicas.
- b) Intensificar ações e iniciativas de CT&I para a sociedade em geral.
- c) Contribuir para que a ciência, tecnologia e inovação se tornem componentes do desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico e socioambiental, por meio de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I).

Considerando que um dos conceitos de sustentabilidade está relacionado à “adoção de comportamento ético capaz de contribuir com o desenvolvimento econômico”, ao mesmo tempo em que se preocupa com a qualidade de vida da sociedade. Segundo Kruppa (1994), respeitando-se cultura em seu sentido amplo, que é “(...) conjunto de costumes, dos modos de viver, de vestir, de morar, das maneiras de pensar, das expressões de linguagem, dos valores de um povo ou de diferentes grupos sociais”, e por isso devendo ser entendida como uma necessidade humana básica e também como um direito, o IFMT se referencia por uma política inclusiva de respeito ao outro e à diversidade, sendo plural no campo das ideias.

O Instituto compreende ainda a necessidade de uma educação emancipadora que, numa perspectiva histórica, aponte para a superação das desigualdades de classe, gênero, raça¹¹ e quaisquer outras que possam ser entendidas como forma de violência social, rompendo com relações pautadas pelo poder econômico em detrimento dos valores humanos (JONAS et al., 2007).

1 O termo “raça”, utilizado neste documento, refere-se ao conceito socialmente construído, segundo Clóvis Moura.

3.1.2. Concepção de Currículo

O IFMT compreende que a elaboração e a definição do currículo implicam na descrição de como se concretizam as funções da instituição, dentro de um dado contexto histórico e social. Por isso mesmo, currículo não é algo abstrato e estático. A depender do contexto, dos níveis de ensino, das modalidades de educação atendidas, o currículo é construído, planejado e desenvolvido.

Como pontua Sacristán (2000, p.15), “não podemos esquecer que o currículo supõe a concretização dos fins sociais e culturais, de socialização, que se atribui à educação escolarizada”.

Tendo a inclusão como um valor, o IFMT fez a escolha por um currículo inclusivo, que explicita e acolhe as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e a valorização de suas especificidades.

Para tanto, o currículo deverá ser atualizado, contextualizado e significativo, voltado para a realidade. Deverá favorecer a formação de um sujeito crítico, criativo, que pesquisa e participa ativamente da construção do seu conhecimento.

O professor, nessa perspectiva de currículo, é compreendido como mediador, articulador do processo de ensino-aprendizagem, visando à construção do sujeito histórico, social e afetivo. O conteúdo é trabalhado a partir de uma ação pedagógica na qual as unidades curriculares não apenas somam esforços, mas trabalham para a construção de conceitos, de forma que o conteúdo exista como meio e não como fim.

Em consonância com a missão de educar para a vida e para o trabalho, aponta, ainda, como proposta um currículo integrado, visando promover a socialização dos saberes, superar a fragmentação entre as diferentes áreas do conhecimento e efetivar a formação de cidadãos/trabalhadores que compreendam a realidade e possam satisfazer as suas necessidades, transformando a si e ao mundo.

3.1.3. Fundamentos do Currículo Integrado

A cultura distribuída pela escola dentro de um currículo decorre de uma seleção organizada e planejada. O formato que o currículo tem envolve, implícita ou explicitamente, os conteúdos, as práticas e os códigos pedagógicos.

Bernstein (1980) identifica dois tipos básicos de currículo: o de coleção e o integrado. O currículo de coleção é organizado por disciplinas isoladas, extremamente especializadas e diversas, que são agrupadas e justapostas, num determinado nível ou modalidade de ensino. O currículo integrado, por sua vez, apresenta relações entre os diversos conteúdos, diluindo as fronteiras e perdendo os contornos disciplinares.

Um currículo organizado, na ótica da coleção, do mosaico ou da justaposição, pressupõe que nos níveis iniciais de escolarização a formação seja mais básica, geral, com baixo grau de especialização, mas, às fases finais, prioriza-se as disciplinas especializadas.

Historicamente, as práticas curriculares nas escolas brasileiras têm sido majoritariamente fundamentadas no modelo coleção. E em nossa Instituição não é diferente. Mas, como currículo é construção, o IFMT assume a busca do vir a ser, ou seja, compreende-se uma comunidade escolar a caminho da construção do currículo integrado.

O IFMT compreende o currículo como um conjunto integrado e articulado de atividades intencionadas, pedagogicamente concebidas a partir da visão crítica de ser humano, de mundo, de sociedade, de trabalho, de cultura, de educação, de ciência e tecnologia, organizadas para promover a construção, a reconstrução, a socialização e a difusão do conhecimento.

Tais atividades intencionadas visam à formação integral dos educandos, objetivando, também, torná-los cidadãos aptos a contribuir com o desenvolvimento sustentável local, regional, nacional e global, na perspectiva da edificação de uma sociedade democrática e solidária.

Essa concepção tem por base os conceitos de politécnica e de formação integrada.

A educação politécnica, segundo Saviani (1989), significa o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno.

O domínio implica reflexão sobre o trabalho, a ciência e a cultura e sobre suas relações com o currículo, porque a educação profissional, científica e tecnológica, além do compromisso com a formação humana, procura, também, responder às necessidades do mundo do trabalho, permeado pela presença da ciência e da tecnologia como forças produtivas que geram valores, riquezas e relações sociais, conforme destacam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005).

Conforme Ciavatta (2005), na educação profissional, a formação integrada significa formar para a superação do ser humano segmentado, historicamente, pela divisão social do trabalho (entre as ações do pensar e do executar, do dirigir e do planejar), pelo entendimento de que a formação geral é parte inseparável da formação para o trabalho em todos os processos educativos e produtivos.

O modelo de currículo integrado fundamenta-se na aprendizagem significativa e na interdisciplinaridade. Essa concepção de currículo articula várias práticas educativas que contribuem para o processo de ensino e aprendizagem. Orienta-se por uma postura interdisciplinar e crítica frente ao conhecimento, adotando a pesquisa como princípio educativo. Em consonância com tal princípio, a escola passa a ser um espaço de (re)construção e de socialização das experiências entre o conhecimento sistematizado, relacionado com o mundo vivido, e o contexto social.

3.1.4. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

Nesta formulação, buscam-se abordagens cujas reflexões dialoguem com os princípios norteadores deste Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a fim de trilharmos os caminhos que nos levem à construção daquilo que idealizamos como práticas pedagógicas contributivas na formação de um projeto de homem e de sociedade, nas perspectivas autônoma e emancipatória.

Para isso, torna-se imprescindível interagir com a tendência crítica da pedagogia que se caracteriza pela prática pedagógica dialógica, reflexiva e transformadora, objetivando contribuir para um processo de formação e transformação social. Pretende-se cultivar esse processo de formação no cotidiano dos *campi* do IFMT para que se ressignifiquem os processos de assimilação e de produção do conhecimento, de modo que cada vez mais se encontrem experiências que privilegiem as práticas libertadoras, contribuindo para a dissipação das práticas bancárias e autoritárias, como já preconizava o educador Paulo Freire.

Dialoga-se também com a abordagem reflexiva por perceber sua importância na formação dos professores, principalmente diante da nova realidade a partir da institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional, em que assumimos novos desafios como as práticas extensionistas e de investigação científica. Essa abordagem propõe um maior envolvimento do docente nas atividades de pesquisa, além de estimular a reflexão

sobre as próprias práticas, e, a partir disso, o docente será capaz de construir e reconstruir seus saberes a partir da análise reflexiva.

Tal abordagem busca, portanto, a reflexão, mirando um projeto coletivo de produção de conhecimento, com ações que garantam a prática de um fazer educativo consonante com os ideais de transformação pessoal e social. E para que isso ocorra, o envolvimento é elemento imprescindível na elaboração de práticas colaborativas.

Para Veiga (2007), a prática colaborativa dimensiona a superação da humanidade que temos em direção à humanidade que queremos, e, nas pegadas de Freire, aponta as distintas nomenclaturas para essa compreensão: educação como prática de liberdade, pedagogia da esperança, pedagogia da indignação ou pedagogia da autonomia. E todas elas apontando para uma proposta de caráter emancipatório.

Para o projeto de educação que se defende, e diante da realidade que se vive no IFMT, são necessárias ações que contribuam para a difusão de práticas colaborativas com foco na autonomia e na emancipação, para que assim passemos a superar as práticas opressivas que permeiam as relações pedagógicas para dar protagonismo às práticas que se construam via ações coletivas, críticas e reflexivas.

Compreende-se nesta proposição que a compreensão teórica e prática sobre os processos formativos deve nos orientar para a busca de fazeres educacionais que levem em consideração que a educação, socialmente construída, pauta-se nas realidades da vida e do trabalho, para não apenas reproduzir as concepções dominantes, mas para permitir aos atores desse processo um novo olhar sobre mundo, na condição de sujeitos históricos e com capacidade de intervenção na realidade.

3.1.5. A Pesquisa como Princípio Educativo

Com a institucionalização decorrente do processo de expansão da Rede Federal, os Institutos Federais passaram a equiparar-se às universidades federais no tocante às atribuições relacionadas à pesquisa e à extensão.

Desde então, o IFMT vem desenvolvendo projetos e programas que visam à execução de atividades de investigação científica que contribuam para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do estado de Mato Grosso.

Para orientar o desenvolvimento dessas ações, compreende-se nesta proposição que a pesquisa seja fundamentada em princípios que fomentem a iniciação científica dos estudantes, num processo de articulação e integração com o ensino e a extensão, de modo que o fazer científico não se isole das outras práticas e que contribua para a formação integral dos novos homens e mulheres em processo formativo no IFMT.

Nesse processo de produção de conhecimento, em que a pesquisa surge como uma alternativa de formação, percebe-se uma maior interação entre docentes, técnicos e estudantes, e isso repercute num modelo de formação em que a prática investigativa emerge como fonte de saber e transformação no espaço acadêmico.

Para que isso ocorra de forma orgânica, há que se provocar práticas de investigação que problematizem as questões levantadas no contexto acadêmico e criem oportunidades para que os sujeitos desse processo encontrem motivação para questionar, investigar, coletar, examinar, sintetizar, sistematizar e principalmente compreender e analisar de forma crítica e científica.

Assim, propõe-se no IFMT que os estudantes encontrem condições de atuar humana e profissionalmente em uma sociedade permeada de complexidades, e que esses sujeitos tenham reais condições de solucionar os desafios do mundo do trabalho. Por isso, acredita-se na educação pela pesquisa como uma alternativa de qualificar os sujeitos envolvidos, a fim de que desenvolvam sua autonomia intelectual e sua consciência crítica para interferir propositivamente nos espaços onde atuem, conforme nos orienta Demo (2003).

3.1.6. O Trabalho como Princípio Educativo

O fazer educativo, no contexto da educação profissional, não pode estar desconectado de elementos como a ciência, a cultura e o trabalho, que, integrados, podem orientar diretrizes para uma educação que vise à autonomia dos sujeitos.

Para o alcance dessa proposta, compreende-se o trabalho como princípio educativo, por ser um elemento central e fundante na vida dos sujeitos. Por isso, os processos formativos devem se orientar numa perspectiva de trabalho humano, em que se considerem o termo tanto na sua materialidade, no sentido produtivo, como na sua culturalidade, concebida a partir das interações sociais.

Para Saviani (1989), pode-se considerar o trabalho como princípio educativo de três modos: primeiro, pelo grau de desenvolvimento social, resultante de um processo histórico, que determina o modo de ser da educação em seu conjunto, respondendo às necessidades dos modos de produção; segundo, quando assegura a participação direta do conjunto societário no trabalho socialmente produtivo; e em terceiro, quando determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico.

O trabalho como princípio educativo não pode reduzir-se a uma técnica didática ou metodológica do fazer educativo, mas deve principalmente constituir-se em compromisso ético-político, visto que o trabalho é entendido como um dever e também como um direito, e dentro disso os sujeitos necessitam compreender o sistema econômico no qual estão inseridos, a fim de combater as práticas de exploração e alienação pelo trabalho.

De acordo com Frigotto (2005), considerar o trabalho como princípio educativo é entender que, por meio dele, os seres humanos socializam suas experiências na busca de suprir as suas necessidades. E considera-se ainda o trabalho numa dimensão ontocriativa, pois é por meio dele, mediado por conhecimento, ciência e tecnologia, que os seres humanos criam e recriam sua própria existência, transformando a natureza para prover sua sobrevivência.

Sendo o trabalho uma condição imperativa na vida dos sujeitos, torna-se um processo educativo a socialização de seu princípio de produtor de valores de uso que instrumentalizam a manutenção e a reprodução da vida.

Assim, as proposições educacionais aqui trazidas projetam ações que compreendem os princípios científicos, reconhecendo a imanência do trabalho como categoria central na formação individual dos sujeitos e do conjunto social.

3.1.7. O Respeito à Diversidade

A diversidade – concebida como uma construção histórica, cultural e social – está presente em todas as relações sociais. Historicamente, a diversidade e a pluralidade culturais ocupam um lugar político desde a colonização e a formação do povo brasileiro. No entanto, para Gomes (2008), tratar sobre diversidade e diferença implica posicionar-se frente a processos de colonização e dominação. Nesse direcionamento, o autor destaca, nas demandas em prol do respeito à diversidade no currículo, os movimentos sociais e culturais que, além

de questionarem a escola e os currículos estabelecidos, propõem mudanças nos projetos pedagógicos e interferem na política educacional. É preciso compreender o contexto e as conjunturas políticas, econômicas e sociais imbricadas no tratamento dado às diferenças.

De acordo com Silvério (2006 apud GOMES, 2007, p. 26),

[...] a entrada em cena, na segunda metade do século XX, de movimentos sociais denominados identitários, provocou transformações significativas na política pública educacional [...]. A demanda por reconhecimento é aquela a partir da qual vários movimentos sociais que têm por fundamento uma identidade cultural (negros, indígenas, homossexuais, entre outros) passam a reivindicar reconhecimento, quer seja pela ausência deste ou por um reconhecimento considerado inadequado de sua diferença.

Na escola – espaço social multicultural, integrador e sistematizador dos conhecimentos, construídos, historicamente, pela humanidade –, a diversidade está, intrinsecamente, ligada ao currículo, uma vez que o processo educativo envolve aspectos diversos (étnicos, culturais, raciais, religiosos, políticos, territoriais, socioeconômicos, físicos e comportamentais, dentre outros) que interferem, diretamente, na formação humana.

A diversidade também é uma cultura a ser construída e representa uma visão de como se deve pensar, planejar e organizar a educação para a melhoria da sociedade. O respeito e o reconhecimento da diversidade é um dos princípios fundamentais na construção de um sistema educacional inclusivo. Reconhecer o direito à diversidade em educação é dar respostas às diferentes necessidades educacionais que os sujeitos apresentam diante do fato educativo. A diversidade e a cidadania são princípios que devem estar presentes na construção de um projeto educacional inclusivo, impregnando a formulação e implementação das políticas traçadas para os sistemas de ensino.

O respeito à diversidade é uma forma de garantir que a cidadania seja exercida e os vínculos sociais fortalecidos. Trata-se de uma atitude política para com a diversidade gerada pelas diferenças de classe, gênero, etnia, diversidade sexual, capacidades, enfim, de atributos que fazem parte da identidade pessoal e definem a condição do sujeito na cultura e na sociedade. O desenvolvimento de atitudes de tolerância e respeito à diversidade tem a ver com o direito à educação, o direito à igualdade de oportunidades e o direito à participação na sociedade. Por isso mesmo, representa um grande desafio a ser enfrentado pelos sistemas de ensino na construção das suas bases político-pedagógicas.

Assim, o respeito à diversidade é um dos princípios fundamentais da concepção do currículo integrado. A convivência saudável e participativa, numa comunidade educativa, possibilita, a educadores, educandos, funcionários dos diversos setores, gestores e familiares, um aprendizado que vai muito além dos conteúdos escolares e do currículo oficial. Possibilita o aprendizado da vida social. É por meio dele que se aprende a conviver com as diferenças inerentes ao próprio ser humano, com as possibilidades e as limitações, os interesses e as necessidades, num movimento de interação em que prevalece a heterogeneidade, respeitando-se as regras de convivência na comunidade e na sociedade.

A relação da diversidade com o currículo dependerá, principalmente, da concepção de educação e do olhar sensível de educadores na busca de um sistema educacional inclusivo, democrático e aberto à diversidade. Trata-se de um tratamento pedagógico que deve ser implementado no cotidiano educativo.

Posterior a todas essas considerações feitas até agora, surgem algumas indagações que nos fazem refletir: como tratar as diversas diferenças sociais existentes no campo intelectual, emocional e prático?

Na educação popular, a escola tem de se tornar o espaço de todas as vozes, de todas as falas e de todos os textos, sendo o professor alguém que não se apresenta como possuidor de um saber maior do que o dos demais, capaz de corrigir e de aprovar a escrita dos outros, mas sim como alguém que vem dialogar e criar condições necessárias, como mediador, para que todas as vozes sejam ouvidas e cresçam juntas. (RAMAL, 1999, p. 49)

A tarefa do educador é, antes de tudo, criar uma nova educação, pois ela foi a do colonizador, do opressor, de interesses de uma ordem colonialista, dominante. Foi no passado uma educação que confirmava a desigualdade do saber, da vida social. Portanto, torna-se fundamental uma nova educação, mostrando que esta é um trabalho político que estava escondido numa “missão pedagógica” e que agora aparece como missão política de libertação através do ensino, da educação.

Nesse sentido, o respeito à diversidade é um dos princípios que embasam a prática pedagógica no IFMT. Respaldo pelo princípio da igualdade, esse respeito materializa-se na ação educativa, sobretudo na relação entre educadores e estudantes em sala de aula: a forma de se conceber a educação e o papel do educador e do educando no processo de construção

do conhecimento; a relação de respeito entre os envolvidos nesse processo; o estabelecimento de uma relação que prima pelo respeito à pessoa humana e pela inclusão de todos; o reconhecimento da singularidade e das diferenças existentes entre as pessoas e entre os grupos; o respeito ao direito de cada um numa sociedade democrática; a convivência com diferentes opiniões sobre a realidade e diferentes visões de mundo, os valores e as crenças; o exercício da tolerância e da mediação dos conflitos e o repúdio a todo tipo de discriminação.

Cabe à Instituição, portanto, fornecer, durante o processo de formação dos educandos, condições que possibilitem a ampliação da visão de mundo, mostrando caminhos e possibilidades de escolhas, tanto uns quanto outros favorecedores da inserção e da atuação cidadã na sociedade. Os caminhos e as escolhas devem ser responsáveis, ativos e respeitosos. Devem ser, sobretudo, críticos frente ao modelo social vigente, visando à transformação social na busca pela justiça e pela igualdade.

3.1.8. Interdisciplinaridade

Partindo do entendimento de que a interdisciplinaridade possibilita a mudança de postura dos envolvidos no processo de busca, produção e socialização do conhecimento, em que a ruptura com a fragmentação é o principal desafio, o IFMT assume o compromisso de estimular as práticas interdisciplinares.

Para Ivani Fazenda (2003), a interdisciplinaridade é uma relação recíproca, que exige maturidade, postura diferente a ser adotada frente a um problema, uma concepção unitária do ser humano.

Nesse sentido, orientar-se-á, em todos os espaços constituídos do IFMT, uma prática pedagógica que busque superar a fragmentação do conhecimento e do ensino; que reconheça a realidade do estudante; fomente a dúvida e estimule a pesquisa enquanto princípio educativo.

Para que a interdisciplinaridade deixe de ser uma intenção e se torne uma postura coletiva, será necessário que todos se comprometam, cotidianamente, com o repensar da Instituição, seus processos pedagógicos e as relações que nela e dela se constroem. E isso, segundo Japiassu (1979), não é algo que se ensine ou que se aprenda, mas algo que se vive.

Obviamente que constituirá tarefa central do IFMT promover a capacitação pedagógica de seus servidores, preparando-os para este novo cenário pretendido. Dessa

forma, é correto afirmar que, metodologicamente, os Projetos Pedagógicos dos *campi*, assim como os Projetos Pedagógicos de Curso, adquirem uma centralidade que demandará maior e melhor atenção e acompanhamento.

Assim sendo, outra tarefa que será necessária ao conjunto do IFMT é a de repensar as disciplinas escolares, uma vez que essas não podem estar desconectadas da missão primeira da Instituição, que é educar para a vida e para o trabalho. Logo, elas se relacionam com os conteúdos, que devem traduzir as concepções e valores de homem, de sociedade, de conhecimento, de ciência, tecnologia, técnica defendidas pelo IFMT.

Faz parte ainda do processo de assunção da interdisciplinaridade o repensar: do tempo escolar – atualmente amplamente debatido em função da implantação da educação integral e de tempo integral – em que os estudantes e professores permanecem na Instituição; do papel do professor, que precisa ser exercido com autoridade, de forma autônoma, dialógica e emancipatória; além da avaliação, que deve expressar o processo.

Cabe aos professores e à equipe profissional envolvida no processo pedagógico a capacidade de inovar, desafiar, transformar, integrar. Mais que isso, para que os objetivos do ensino se realizem na perspectiva interdisciplinar, o diálogo é fundamental e deve ser estendido aos estudantes e à comunidade em geral.

3.1.9. Concepção de Gestão Educacional

Para entender os princípios, os fundamentos e as estratégias de gestão educacional em instituições de ensino, há que se fazer um esforço para compreender o cenário mundial das transformações econômicas, culturais e geográficas ocorridas nas últimas décadas, uma vez que as mesmas afetam a educação de várias formas, sendo as reformas educativas a principal delas, o que incide em mudanças curriculares, da gestão educacional, da avaliação dos sistemas e da profissionalização dos professores. Com isso, estratégias como descentralização, autonomia das escolas, reorganização curricular, novas formas de gestão e direção de escolas, novas tarefas e responsabilidades dos professores passam a ser, segundo Libâneo (2009), uma necessidade.

A Constituição Federal – CF de 1988, Título VIII, art. 206, traz a gestão democrática como princípio e uma estratégia de valorização da democracia, uma vez que aponta para novas formas de organização e administração do sistema, objetivando a universalização do

ensino a toda população. Bordenave (1994), ao abordar a participação como elemento fundante da democracia, refere-se à escola como o espaço em que a sociedade produz os elementos da sua própria contradição. É a arena onde grupos sociais lutam por legitimidade e poder na sociedade capitalista.

É a escola, também, um espaço de livre circulação de ideologias (Chauí, 2006), onde a classe dominante espalha suas concepções e permite a ação dos intelectuais orgânicos rumo ao desenvolvimento de práticas educacionais em busca da democratização.

No período que antecedeu a CF/1988, o movimento em defesa da escola pública exigiu a democratização escolar enquanto expansão, gratuidade, qualidade e financiamento; a valorização do trabalho docente em novas estruturas internas das redes escolares quanto à qualificação dos sujeitos do trabalho pedagógico. As críticas eram relativas às relações autoritárias advindas de órgãos centrais, pressões clientelistas para indicações, investidura de autoridades pedagógicas e ambiência das unidades escolares.

Cientes das várias concepções e modalidades de gestão: centralizada, colegiada, participativa, cogestão, os educadores passam a radicalizar (no sentido estrito da palavra) partindo de entendimentos como o de Arroyo, que defendia que:

[...] democratizar a administração da educação não era eliminar a presença do Estado dos serviços públicos, mas sim, buscar mecanismos para submeter as decisões do Estado ao debate e controle da opinião pública. (ARROYO, 1979 apud Hora, 1994, p. 4)

Gestão vem de “*gestio*”, que vem de “*gerere*”, que significa trazer em si, produzir. Gestão não é só administrar um bem fora de si, mas sim algo que traz em si, porque nele está contido. É a capacidade de participação, sinal de democracia.

O IFMT, entendendo a gestão como um meio de garantir o bom funcionamento da instituição escolar para que a mesma alcance os objetivos estabelecidos (que são: aprendizagem escolar, formação para o trabalho e para a cidadania, valores e atitudes), concebe como correto afirmar que normas, diretrizes, estrutura organizativa, ações e procedimentos adotados asseguram a racionalização de recursos humanos, intelectuais, materiais e financeiros, coordenação e acompanhamento do trabalho das pessoas. O processo de chegar a uma decisão e de fazer a decisão funcionar é que caracterizam a gestão, que envolve aspectos gerenciais e técnico-administrativos.

A gestão democrática se divide em técnico-científica, autogestionária, interpretativa e democrático-participativa. Mas, é na democrático-participativa – uma vez que ela agrega pessoas que interagem social e politicamente e suas ações têm intencionalidade e as decisões são tomadas democraticamente – que o IFMT verterá todos os seus esforços para que a mesma se consolide enquanto uma Política de Gestão da Instituição.

Na gestão democrática, a organização escolar não é estritamente objetiva, neutra, mas sim um processo de tomada de decisões coletivas, em que os membros do grupo podem discutir e deliberar, estabelecendo ainda uma relação de colaboração. Ela pressupõe transparência de processos e de atos, pois tem caráter público e aberto, logo se opõe ao privado e secreto. Ela não anula, mas convive com certas especificidades hierárquicas da instituição.

Bruno (1997) afirma que “melhorar a qualidade da educação está além de reformas curriculares”, pois demanda novas formas de organização do trabalho na escola, constituindo alternativas práticas possíveis de se desenvolverem e de se generalizarem, pautadas por laços da solidariedade, formas coletivas de trabalho, com uma lógica inovadora no âmbito das relações sociais.

A consolidação de uma gestão democrática no interior do IFMT não é um processo espontâneo e fácil que pode ser travado pelas relações de poder. Portanto, exige permanente esforço humano e coletivo, a partir de decisões de grupos e não de indivíduos, como afirma Hora (1994).

Sobre a democratização das estruturas educacionais, pode-se reafirmar ainda que exige a participação de todos na definição de estratégias, organização da escola, redefinição de seus conteúdos e fins e a recuperação do sentido administrativo de administração escolar.

A democratização do IFMT pode ser entendida ainda como:

- a) ampliação do acesso à instituição educacional, com maior divulgação do papel social da Instituição; funcionamento em horários compatíveis com os horários dos trabalhadores; com políticas de ingresso amplas; política estudantil consequente, que contribua para a permanência;
- b) democratização dos processos pedagógicos, com respeito à construção coletiva e emancipadora; progressiva adesão ao trabalho interdisciplinar; reavaliação curricular; avaliação processual;

c) democratização dos processos administrativos, com fortalecimento dos fóruns e colegiados.

A gestão democrática está intimamente articulada ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos de classe dos trabalhadores, extrapolando as batalhas internas da educação institucionalizada, e sua solução está condicionada à questão da distribuição e apropriação da riqueza e dos benefícios que transcendem os limites da ação da escola.

Nesse sentido, é imprescindível que os gestores, os administradores e os educadores, independentemente de ordem hierárquica, compreendam a dimensão política de sua ação administrativa, respaldada na ação participativa, rompendo com a rotina alienada, o mando impessoal e racionalizado da burocracia.

Portanto, é objetivo estratégico do IFMT a participação efetiva dos diferentes segmentos na tomada de decisões, sensibilizando a todos de que são sujeitos de sua história.

3.2. Diretrizes para a Prática Pedagógica

3.2.1. O Planejamento Pedagógico

O planejamento é um processo presente em diversos setores da vida social e pessoal, que vem sendo amplamente discutido, pois a todo momento estamos realizando algum tipo de planejamento, mesmo que de forma não intencional. Embora há muito tempo se discuta essa temática, ainda precisamos ressignificar alguns aspectos, principalmente no que diz respeito ao planejamento educacional, visto como um ato político-pedagógico que envolve intenções e a intencionalidade, na perspectiva de alcançarmos uma melhor compreensão de todo processo para elaboração de práticas pedagógicas emancipatórias.

São muitos os autores que abordam esse tema, assim como são diversas as concepções de planejamento na literatura, algumas intercomplementares. Para Libâneo (2004, p. 222), o planejamento é um “processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Para Gimeno Sacristán e Pérez Gómez (1988), planejar significa definir um tempo para pensar a prática, antes de realizá-la, organizando-a em um esquema que inclua os elementos mais importantes para intervir nela. Para Vasconcellos (2002, p.35), “planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto; é buscar fazer algo incrível, essencialmente humano: o real ser comandado pelo ideal”.

Dessa maneira, todas as ações humanas requerem planejamento para que possam alcançar seus objetivos e ter êxito nas suas realizações. Portanto, o planejamento deve ser concebido como processo reflexivo acerca das nossas opções e ações, que orienta a tomada de decisão; é modo de agir na dialética da ação-reflexão-ação.

Libâneo (2001, p.123) afirma que o planejamento

[...] consiste numa atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definição de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliação. O processo e o exercício de planejar referem-se a uma antecipação da prática, de modo a prever e programar as ações e os resultados desejados, constituindo-se numa atividade necessária à tomada de decisões.

Sendo assim, o planejamento educacional é um meio para programar as ações pedagógicas, possibilitando uma organização metodológica, perpassando pelas unidades educativas até o trabalho do professor no cotidiano da sala de aula.

A esse respeito, a legislação nos indica alguns níveis de planejamento: A LDB (Lei 9.394/1996), em seu art. 9º, estabelece que uma das incumbências da União é elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE). Essa mesma atribuição é estabelecida para os Estados e Municípios, ao constituírem seus sistemas de ensino (arts. 10 e 11). Também os estabelecimentos de ensino têm como uma de suas tarefas “elaborar e executar sua proposta pedagógica” (art. 12), assim como aos docentes é atribuída, entre outras funções, “participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” (art. 13).

É, portanto, imprescindível reconhecer a relevância do planejamento coletivo para a prática pedagógica, como processo contínuo de reflexão e debate que assegure de forma eficaz a participação e o envolvimento de todos no processo educacional.

Assim, o planejamento, como processo de construção coletiva, contribui para a organização e gestão escolar, pois se torna um instrumento importante que identificará as potencialidades da Instituição a serem mantidas e incentivadas, como também identificará as fragilidades a serem tratadas, minimizadas. Sendo assim, faz-se necessária a definição de suas funções. Libâneo (2004, p. 150) considera que o planejamento atende, em geral, às seguintes funções:

a) Diagnóstico e análise da realidade da escola: busca de informações reais e atualizadas que

permitam identificar as dificuldades existentes e as causas que as originam, em relação aos resultados obtidos até então.

b) Definição de objetivos e metas: que compatibilizem a política e as diretrizes do sistema escolar com as intenções, expectativas e decisões da equipe da escola.

c) Determinação de atividades e tarefas: a serem desenvolvidas em função de prioridades postas pelas condições concretas e compatibilização com os recursos disponíveis (elementos humanos e recursos materiais e financeiros).

Com o desenvolvimento eficaz dessas funções, o processo de planejamento irá possibilitar uma análise reflexiva do contexto educacional, possibilitando avaliar e acompanhar permanentemente a operacionalização do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), das ações dos Planejamentos Estratégicos da Instituição e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

Dessa forma, busca-se oportunizar espaços de reflexão e debate como prática contínua de formação continuada, para além das semanas pedagógicas e reuniões pedagógicas que são realizadas nos diversos *campi* do IFMT, visando ao fortalecimento de um projeto pedagógico que impacte no melhoramento acadêmico e administrativo da Instituição, bem como a democratização de todo processo educacional.

3.2.2. A Avaliação da Aprendizagem e do Ensino

A avaliação é integrante dos processos de ensino, de aprendizagem e de gestão, envolvendo ações de natureza diagnóstica, de acompanhamento e de reflexão das práticas realizadas.

Considerando que a educação escolar é formal, ou seja, constituindo-se ato intencional, organizado e sistematizado, a finalidade da avaliação é promover um olhar criterioso sobre os processos educativos, provocando mudanças onde se fizer necessário.

A avaliação é inerente e imprescindível durante todo processo educativo que se realiza em um constante trabalho de ação-reflexão, porque educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente (GADOTTI, 1984, p.90).

Consciente de que a avaliação reflete as intenções educacionais de uma instituição de ensino, o IFMT está buscando criar referenciais que balizem os processos avaliativos, respeitando sempre as especificidades existentes nas distintas realidades atendidas pelos

campi.

Em relação à avaliação da aprendizagem escolar, é preciso que se reflita sempre a respeito de que e de quem ela está a serviço. Como ação de transformação e de promoção social, a avaliação da aprendizagem dá significado ao processo de ensino e aprendizagem e à relação professor-aluno.

É fundamental que a avaliação deixe de ser um instrumento de classificação, seleção e exclusão social e se torne uma ferramenta para a construção coletiva dos sujeitos e de uma escola de qualidade.

Avaliar é sempre uma reflexão e implica a tomada de decisões sobre aspectos da realidade. “Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizando, interferindo e redefinindo os rumos e caminhos a serem percorridos” (LOCH, 2003, p.134).

Além de considerar os pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, acredita-se que a avaliação deverá ser diagnóstica e participativa (envolvendo todos no processo de aprendizagem, estimulando-os a tornarem-se sujeitos de sua constituição avaliativa bem como da construção de seus saberes).

Segundo Libâneo (1994), a avaliação escolar cumpre ao menos três funções: pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle. A função pedagógico-didática diz respeito ao papel da avaliação para verificar se os objetivos foram ou não alcançados. A função de diagnóstico se refere à possibilidade de identificar progressos e dificuldades dos alunos e na atuação do professor, para que possa haver mudanças no ensino e efetivar aprendizagens; essa função ocorre no início, durante e no final do desenvolvimento das aulas. E a função de controle refere-se aos meios, às verificações e à qualificação dos resultados dos alunos.

A avaliação diagnóstica implica avaliar o processo e não somente o produto, significa ver a escola como um espaço contraditório, passível, portanto, de ser compreendida e mudada. Se temos uma avaliação que privilegia o diagnóstico e sua posterior análise, tomamos consciência do que o aluno aprendeu e do que o aluno não aprendeu, sendo esse novamente o ponto de partida.

A avaliação também deverá ser formativa (acompanhando o desenvolvimento do aluno, de forma processual e contínua, percebendo as dificuldades no decorrer do processo e, a partir disso, reorientando-o). Nesse sentido, a proposta da avaliação com ênfase qualitativa

busca dimensionar as transformações necessárias para a qualificação dos processos de ensino e aprendizagem, sendo inerente a ele.

O IFMT propõe desenvolver a avaliação numa perspectiva processual, contínua e cumulativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, buscando a reconstrução do conhecimento e o desenvolvimento de hábitos e de atitudes coerentes com a formação integral do sujeito. Para tanto, considera o aluno como ser criativo, crítico, autônomo e participativo.

Nesse entendimento, a avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da acumulação de conhecimentos (o que remete para a avaliação quantitativa), o domínio do processo de aprendizagem, no que se refere a avanços e recuos, às possibilidades de autoavaliação e de reorientação no processo.

Dessa maneira, é de vital importância o professor utilizar instrumentos diversificados, além dos testes e das provas, como, por exemplo, pesquisas, relatórios, seminários e trabalhos em grupo. Diversificação de instrumentos avaliativos permite ao professor melhor identificar o desempenho do aluno nas atividades e tomar decisões; permite ao aluno identificar suas dificuldades.

Considerando a avaliação como fundamental em todo o processo de ensino e aprendizagem, tanto os cursos que foram implantados antes da criação do IFMT quanto os que foram criados a partir de 2009 contemplam em seus Projetos Pedagógicos uma perspectiva avaliativa baseada em diversos instrumentos, na perspectiva da constituição de formas de avaliar mais democráticas e inclusivas.

Avaliação da aprendizagem e do ensino constitui-se, pois, num processo permanente de localizar necessidades e se comprometer com sua superação, em vista da missão e dos objetivos que nos propomos enquanto IFMT.

3.3. Concepções de Ensino, Pesquisa e Extensão

3.3.1. Ensino

Segundo Saviani (2009), o ensino está ligado aos objetivos, princípios, condições e meios de direção e organização com finalidades sociopolítica e pedagógica da educação.

3.3.2. Formação Inicial e Continuada ou de Qualificação Profissional

A Formação Inicial e Continuada ou de Qualificação Profissional (FIC) destina-se a qualificação, requalificação, aperfeiçoamento e atualização do conhecimento, na esfera da educação profissional e tecnológica, para pessoas que foram marginalizadas do processo de educação formal no período correto.

Sua oferta deve ser articulada entre as Pró-Reitorias de Extensão e de Ensino e visa atender tanto a comunidade interna como a externa.

Assim como os demais níveis e modalidades ofertados pelo IFMT, pauta-se pelo princípio da politécnica, da formação para a unilateralidade, da formação humana e para o trabalho.

3.3.3. Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Tendo por finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, a preparação básica para o trabalho e a cidadania, o aprimoramento do educando como pessoa humana e a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática, no ensino de cada disciplina (LIBÂNEO, 2009), a Política de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFMT é desenvolvida em articulação com o ensino regular através de diferentes estratégias.

O ensino médio integrado se configura como uma proposta de formação integral, que considera a dimensão social e humana da realidade e não desvincula o “saber fazer” do “saber pensar”, que fortalece a necessidade de uma educação “no” mundo e não apenas “para” o mundo.

Na percepção de Ramos (2008, p. 3), a concepção de ensino médio integrado como uma formação humana contempla três sentidos: o sentido da omnilateralidade, que considera a formação “com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo”; o sentido da integração, que considera a indissociabilidade entre educação profissional e educação básica; e, por fim, “a integração entre conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, como totalidade” (RAMOS, 2008, p. 16).

Nesse sentido, o conceito de integração na proposta de ensino médio integrado ultrapassa sua dimensão pedagógica e alcança a dimensão política da formação humana, cujo sentido coaduna com o pensamento de Hannah Arendt (2002, p. 13), a qual defende que “o sentido da política é a liberdade”, pois, continua a filósofa alemã, “o que está em jogo aqui não é apenas a liberdade, mas sim a vida, a continuidade da existência da Humanidade e talvez de toda a vida orgânica da Terra”.

Segundo a Lei 9.394/1996 (LDB), inciso I, do art. 36-B, a educação profissional técnica de nível médio é desenvolvida na forma articulada ao ensino médio, e conforme a Lei 11.892/2008, inciso I, do art. 7, essa forma de oferta destina-se aos concluintes do ensino fundamental e ao público da educação de jovens e adultos – EJA.

Os cursos técnicos integrados se fundamentam na ideia de ensino médio integrado no sentido da formação humana integral, politécnica e multidimensional, sendo necessário que cada componente e cada conteúdo curricular seja planejado num todo para que haja a integração entre os componentes da formação básica e da formação técnica.

A Lei 11.892/2008, em seu art. 7º, estabelece que um dos objetivos da Rede Federal é “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”.

Quanto às características dos cursos técnicos integrados, o Parecer CNE/CEB 11/2012, que deu origem à Resolução CNE/CEB 06/2012, a qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, define que educação profissional:

- é uma importante estratégia para o efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade;
- impõe a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas;
- requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho;
- deve estar centrada no compromisso de oferta de uma educação ampla e politécnica.

Conforme o Parecer CNE/CEB 11/2012, o conhecimento assume “centralidade da

nova organização da sociedade pós-industrial” diante da mudança na natureza do trabalho na sociedade atual. Nesse sentido, o parecer enfatiza, conforme Sessão 92 da Conferência Geral Anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ocorrida em 17 de junho de 2004, com aprovação da Recomendação 195/2004, sobre orientação, formação profissional e aprendizagem ao longo da vida, que,

A Educação Básica, reconhecida como direito público fundamental de todos os cidadãos, deve ser garantida de forma integrada com a orientação, a formação e a qualificação profissional para o trabalho. A qualidade da oferta da tríade Educação Básica, formação profissional e aprendizagem ao longo da vida contribui significativamente para a promoção dos interesses individuais e coletivos dos trabalhadores e dos empregadores, bem como dos interesses sociais do desenvolvimento socioeconômico, especialmente, tendo em conta a importância fundamental do pleno emprego, da erradicação da pobreza, da inclusão social e do crescimento econômico sustentado.

Já o Parecer CNE/CEB 5/2011, que deu origem à Resolução CNE/CEB 2/2012, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, estabelece algumas definições conceituais importantes que fundamentam a formação humana integral, pretendida com os cursos técnicos integrados, dentre as quais se destacam: a ciência, a tecnologia, a cultura, o trabalho no sentido ontológico, o trabalho como princípio educativo e a formação integral.

Ciência como conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade, se expressa na forma de conceitos representativos das relações de forças determinadas e apreendidas da realidade.

Tecnologia como extensão das capacidades humanas que promove a transformação da ciência em força produtiva, visando à satisfação de necessidades humanas; é a mediação entre conhecimento científico (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real).

Cultura como resultado do esforço coletivo, tendo em vista conservar a vida humana e consolidar uma organização produtiva da sociedade, resultando na produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

Trabalho no sentido ontológico como transformação da natureza, realização inerente ao ser humano e mediação no processo de produção da sua existência, ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais.

Trabalho como princípio educativo, entendido como a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social, ou o ser humano como produtor de sua realidade e, por isso, pode dela se apropriar e transformar.

Formação integral que possibilita o acesso aos conhecimentos científicos e promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem em normas de conduta de um grupo social e se manifestam em tempos e espaços históricos, que expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade.

A Resolução CNE/CEB 06/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ainda destaca alguns dos princípios da Educação Profissional:

- a) Articulação entre a formação desenvolvida no ensino médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral, integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico.
- b) Trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular.
- c) Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem, entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular.

A Lei 11.892/2008, bem como a Resolução CNE/CEB 06/2012, estabelece princípios gerais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e destaca, em especial, os princípios definidos nos incisos I, III e IV, do art. 6º, desta Resolução, que visam à efetivação dos conceitos acima mencionados de uma formação que considere ciência, tecnologia, cultura, trabalho e formação integral:

- I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no ensino médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante a serem desenvolvidas por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão planejadas de acordo com o perfil do egresso do estudante;

[...]

III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

IV – articulação da educação básica com a educação profissional e tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico.

Para o pleno desenvolvimento do sujeito, que implica formação para a cidadania e qualificação para o trabalho, torna-se imprescindível a articulação entre educação básica e profissional, de forma a promover a formação humana integral, instrumentalizando o estudante para a produção do conhecimento, a intervenção social e sua inserção produtiva no ambiente social, com a formação crítica necessária para intervir e transformá-lo.

Nesse sentido, a educação precisa libertar-se da perspectiva histórica imposta pelo mercado e pelos segmentos produtivos de foco unicamente na formação para o trabalho e buscar a formação omnilateral, que visa ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas.

Dessa forma, o compromisso da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica deve ser com a formação crítica, humanizadora e emancipadora, que proporcione experiências por meio das quais seja possível despertar o senso crítico, elevando o sujeito a patamares de compreensão capazes de ampliar seu nível de participação na esfera social, sem negligenciar a relação do homem com as questões de socialização, com as tecnologias, com os desafios ambientais e com a totalidade do complexo mundo do trabalho.

3.3.4. Educação Superior de Graduação

Com a criação dos Institutos Federais, em 2008, o IFMT passa a promover de forma mais articulada os cursos superiores de graduação, nas modalidades presencial e a distância, conforme estabelece o Capítulo IV, arts. 43 a 57 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Sem fugir da finalidade estabelecida na legislação, que é, segundo Libâneo (2009), “*formar profissionais nas diferentes áreas do saber, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos e comunicando-os por meio do ensino*”, os Institutos têm a convicção de que reúnem as condições mais favoráveis para estabelecer um diálogo rico em seu interior, capaz de integrar os diferentes níveis da educação básica e do ensino superior, atendendo trabalhadores e futuros trabalhadores, de acordo com suas

concepções e diretrizes.

Para Libâneo (2009), a premissa é simples: os processos de ensino e aprendizagem são alimentados pela pesquisa. Os estudantes aprendem conceitos, teorias, desenvolvem suas capacidades, formam atitudes e valores ao mesmo tempo em que se formam como sujeitos críticos e profissionais.

No IFMT, os cursos de graduação se materializam através de:

- **Cursos de Tecnologia**, constantes do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, que trazem o perfil de competências do tecnólogo, carga horária mínima e a infraestrutura recomendada para cada curso. Um dos objetivos desses cursos é atender a dinâmica do setor produtivo e as demandas da sociedade. Atualmente, o IFMT possui 24 cursos de tecnologia, distribuídos em 16 *campi* e 8 eixos.
- **Cursos de Licenciatura**, que tem por objetivo formar professores que atuarão na educação básica, sobretudo para a área das ciências da natureza: Química, Física, Biologia e, ainda, Matemática e Educação Física. São 15 cursos, em 11 *campi* que, respeitando-se o que fundamenta o documento *Concepções e Diretrizes – um novo modelo em educação profissional e tecnológica* (2010), procuram contribuir para suprir a falta de professores, já estimada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (SEDUC).
- **Cursos de Bacharelado**, organizados em 17 cursos e 12 *campi* de diferentes regiões do estado que buscam atender demandas não supridas por outras instituições públicas de ensino.

Concebidos em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a legislação vigente e as políticas educacionais emanadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), os cursos seguem diretrizes estabelecidas pelo IFMT e pelo Instrumento Nacional de Avaliação dos Cursos de Graduação - Presencial e a Distância para a elaboração e reelaboração de seus Projetos Pedagógicos de Cursos.

3.3.5. Certificação Profissional

A certificação profissional constitui o reconhecimento formal de saberes adquiridos em diversas situações de vida e de trabalho que correspondam a uma ocupação profissional.

O certificado será emitido após o cumprimento integral de todos os componentes curriculares definidos no Projeto Pedagógico de Curso.

A certificação profissional – prevista no art. 41 da Lei 9.394/1996, no Parecer CNE/CEB40/2004 e no art. 42 da Lei 11.741/2008 – possibilita que o conhecimento adquirido na educação profissional, científica e tecnológica, inclusive na esfera do trabalho, seja objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

3.3.6. Educação a Distância

As tecnologias da informação e comunicação (TIC) abrangem inúmeros contextos que vão desde a pesquisa e produção de recursos até a extensa variedade de serviços à disposição da população. Contudo, é na educação em que as TIC vêm conquistando espaço e relevância, ao mesmo tempo que ajudam a derrubar a resistência à nova ordem mundial: a colaboração.

Aos poucos, a sociedade percebe que é possível trabalhar, produzir, estudar e aprender por meio das TIC. As recentes transformações sociais, econômicas e tecnológicas aproximaram as pessoas e permitiram a elas compartilhar praticamente tudo por meio da grande rede. Desta forma, não é possível mais pensar em instituições, estudantes e pessoas desconectadas, trabalhando ou produzindo isoladamente. É por meio das tecnologias que encontramos parceiros, comunidades e demais entes dispostos a colaborar e construir juntos.

A educação a distância, que tem se consolidado junto aos processos de ensino e aprendizagem contemporâneos, se beneficia da colaboração e da mediação para aproximar estudantes e Instituição de ensino, independente do lugar e do tempo em que cada um esteja.

A mediação é concebida como um processo que permite a interação e a comunicação entre as pessoas, tendo a tecnologia como suporte. É também um processo de construção do conhecimento facilitado pelo trabalho colaborativo e que contribui para um saber novo, efetivamente construído por meio da participação de atores na produção e no compartilhamento das informações.

É neste cenário que se concebe a formação de redes vivas de aprendizagem e do trabalho em rede, em que os sujeitos descobrem que podem apoiar uns aos outros, a fim de auxiliar, aprender mutuamente e construir juntos. A ideia da sala de aula tradicional passa a ser ressignificada para qualquer lugar onde se estabeleça a relação mediada entre estudantes e

professores.

Para que exista uma mediação efetiva, é fundamental a utilização de metodologias propulsoras de interação entre professor/estudante, estudante/estudante, estudante/sociedade de forma a construir possibilidades que favoreçam atingir os objetivos propostos da educação. Também se inserem nesta perspectiva a produção de materiais didáticos especialmente desenvolvidos para aproveitar o design de interação que as novas mídias proporcionam.

As TIC, ainda, podem aprimorar a relação entre professores e estudantes por meio do uso de novas metodologias e estratégias de ensino, as quais abrangem:

- o papel e a aprendizagem dos estudantes com necessidades educativas diferenciadas;
- a ação pedagógica colaborativa e democrática;
- as formas alternativas de avaliação;
- o papel da comunidade escolar e as novas representações e modos de construção do conhecimento.

A partir do exposto, é necessária uma quebra de paradigmas que possibilite uma organização administrativa e pedagógica no uso das TIC, principalmente na educação a distância, potencialmente orientada para a compreensão e representação do saber de múltiplas formas.

Nessa perspectiva, para o desenvolvimento da educação a distância, o IFMT procura articular o Plano de Desenvolvimento Institucional com programas que atendem à educação a distância através do Projeto Político Pedagógico Institucional.

O PDI concretiza o Projeto Político Pedagógico Institucional como definidor dos referenciais teóricos e metodológicos tanto para a educação a distância quanto para as demais modalidades. A partir dele, emanam o modelo, as concepções, as intenções e os valores determinantes da mediação e da gestão do processo de ensino e aprendizagem.

A especificidade da educação a distância reside não só na maior diversidade de funções necessárias aos indivíduos envolvidos no processo (professores, tutores, técnicos de Tecnologia da Informação, web designers, designers instrucionais, roteiristas, técnicos de produção de vídeo e TV, entre outros), mas também na maior abrangência, haja vista a quantidade de estudantes que podem ser atendidos. O IFMT pretende expandir suas atividades em EaD, socializando a informação entre os municípios de Mato Grosso, do mais

próximo até o mais distante, construindo, compartilhando conhecimentos e, principalmente, concretizando a sua missão de educar para a vida e para o trabalho.

3.3.7. Direitos Humanos

Com o advento da atual Constituição Federal, novos documentos surgem no cenário nacional, como resultado da mobilização dos movimentos sociais, na perspectiva de impulsionar agendas, programas e projetos na materialização da defesa e promoção dos direitos humanos, a exemplo dos Programas Nacional, Estaduais e Municipais de Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as legislações de combate à discriminação racial e à tortura, bem como as recomendações das Conferências Nacionais de Direitos Humanos.

No entanto, a despeito dessa mobilização e movimentação para a concretização do Estado Democrático de Direito, persiste um distanciamento entre os marcos normativos e a realidade da maioria da população brasileira. O contexto nacional, historicamente, tem se caracterizado por desigualdades e pela exclusão econômica, social, racial e cultural, decorrentes de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizaram os direitos civis e políticos, em detrimento dos direitos econômicos, sociais e coletivos.

As questões referentes à acessibilidade, inclusão e diversidade, ainda hoje, são tratadas apenas pelo amparo legal. Mas essa realidade precisa mudar através da disseminação da educação para a aceitação das diferenças, a fim de formarmos cidadãos conscientes de que todas as pessoas, independentemente de sua raça, diversidade sexual, deficiência ou condição social, devem ser vistas como seres humanos de direitos, que devem ter acesso a todos os direitos básicos garantidos pela legislação.

Dessa forma, seguindo os princípios expostos no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2006, p. 24 e 25), é preciso que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso esteja constantemente buscando desenvolver um processo educacional que seja pautado nos seguintes princípios:

a) Na construção de uma cultura de direitos humanos que seja de especial importância em todos os espaços sociais, contribuindo para a formação de sujeitos de direito, mentalidades e identidades individuais e coletivas.

- b) No apoio e no fortalecimento de ações que venham a combater o racismo, o sexismo, a discriminação social e cultural, a homofobia, toda forma de intolerância religiosa e outras formas de discriminação presentes na sociedade brasileira.
- c) Na promoção de políticas e ações que garantam a qualidade de um ensino inclusivo e pautado na defesa da diversidade e dos direitos humanos.
- d) Na defesa de uma educação que deve ter como função desenvolver uma cultura de respeito à diversidade em todos os espaços sociais.
- e) Na estruturação da diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e sucesso e a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de diversidade sexual, opção política, de nacionalidade, dentre outras).

Assim, as políticas de educação e direitos humanos tratam de valores, relações e práticas sociais e institucionais, numa perspectiva que não dissocie conhecimento, atitude, sentimento e prática, pautando-se em fundamentos que tenham uma concepção ética e crítica da educação, no que se refere à pedagogia participativa e dialógica.

Nesse sentido, o IFMT buscará esse resultado, através da sensibilização e da valorização do sujeito em todos os âmbitos desta instituição educacional, sempre baseado na legislação que ampare esta visão de mundo, incluindo em seus currículos e planos de cursos temas como valores éticos, história dos direitos humanos, pluralidade cultural, política, cidadania, democracia, respeito à diversidade, diálogos interétnicos e inter-religiosos, mecanismos de proteção dos direitos humanos e outros (PNEDH, 2009).

3.3.8. Assistência Estudantil

No último decênio do século XXI, houve uma rápida expansão e esforços do Estado brasileiro em ampliar as políticas públicas para capacitação e qualificação profissional dos trabalhadores, a fim de atender às necessidades impostas por um mercado de trabalho mais competitivo e caracterizado pela flexibilização do processo produtivo e do perfil polivalente do trabalhador. Nessa dinâmica, a criação e a expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia nos últimos cinco anos exigem um esforço crítico de reflexão sobre seu papel, sua identidade e utilidade social na atualidade.

Ao passo em que a implantação dos Institutos Federais significa uma interessante

ferramenta de democratização do acesso à educação pública a partir da interiorização da Rede por todo o país, a expansão implica em avançar nas questões de infraestrutura, gestão de pessoas e condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes na escola.

No Brasil, historicamente, o ensino técnico e profissionalizante teve como papel atender à camada mais empobrecida da população para satisfazer às necessidades do mercado de trabalho. A partir da ampliação da concepção do ensino profissional para a educação para o trabalho, compreende-se a premência de articular as políticas públicas para atender às necessidades dos trabalhadores não apenas no campo do trabalho, mas na construção de alternativas que possibilitem as aspirações e escolhas individuais.

Desse modo, não é possível discutir democratização de acesso à política de educação sem pensar na construção de estratégias para a permanência e o sucesso dos estudantes. A preocupação com a assistência estudantil no Brasil remonta à primeira metade do século XX, em que as ações destinadas aos estudantes “carentes” tinham caráter de benemerência por parte do Estado.

No curso do século XX e, sobretudo, a partir de 1988, houve avanços significativos na concepção de assistência estudantil a partir de uma perspectiva de direito social. De acordo com Campos (2012), a conquista de alguns planos e regulamentos da assistência estudantil na direção das políticas sociais teve como impulso a movimentação realizada pelas universidades, tanto do segmento assistido, quanto de dirigentes.

Após a promulgação da LDB (Lei 9.394/1996), que garante o dever do Estado em implementar estratégias para propiciar condições de acesso e permanência às pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, algumas instâncias de discussão e normativas contribuíram para o avanço da assistência estudantil na ótica da política social de direito na atualidade, sendo elas: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), criado em 1987 como órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Plano Nacional de Assistência ao Estudante de Graduação das Instituições Federais de Educação (2001); União Nacional dos Estudantes (UNE); Secretaria Nacional de Casas Estudantis (SENSE); Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Portaria/MEC 39/2007, e Decreto 7.234/2010 (CAMPOS, 2012). O FONAPRACE define assistência estudantil como:

[...] um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para

garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos dos estudantes das IFES [Instituições Federais de Ensino Superior], na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (FONAPRACE apud Campos, 2012)

O PNAES, fruto da mobilização dos segmentos supracitados, foi criado no contexto do programa de reforma universitária dos últimos anos, com a institucionalização do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), e tem sido considerado fundamental para o avanço da construção de uma política de direito dos estudantes na medida em que garante a destinação de recursos específicos para a operacionalização das ações de assistência estudantil articuladas às atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino Superior.

Desse modo, é importante afiançar que a concepção de uma política de assistência estudantil na qual devem se assentar os parâmetros que norteiam as ações socioassistenciais e pedagógicas no ambiente escolar está fundamentada numa visão de mundo que compreende a escola como um espaço em que é possível proporcionar o desenvolvimento de potencialidades humanas para a vida e para o trabalho.

3.4. Extensão, Pesquisa e Inovação

Entende-se que o ensino, a pesquisa e a extensão compõem uma unidade, portanto, devem necessariamente caminhar juntos no processo de ensino-aprendizagem. Compreende-se que o currículo do Instituto deve apresentar um conjunto de habilidades e competências que consiga resgatar a unidade entre as três facetas que formam o escopo da formação acadêmico-profissional.

Ao longo de 2014 a 2018, as atividades de pesquisa cresceram significativamente na Instituição. Entretanto, é desejo e necessidade continuar fomentando a extensão, a pesquisa e a inovação tecnológica articuladas com o ensino em seus diversos níveis e modalidades, consolidando-as na Instituição.

O IFMT tem como objetivo contribuir para a ampliação do conhecimento científico em diferentes áreas do conhecimento, por meio de pesquisas desenvolvidas por servidores e discentes dos diferentes níveis e modalidades de ensino.

O Projeto Pedagógico do IFMT colocará a pesquisa como um de seus princípios fundamentais, entendendo-a como procedimento racional e sistemático, voltado à produção acadêmica, com objetivo de manter um processo constante de ação-reflexão-ação com a realidade circundante. Reflexão esta que impõe não somente apreendê-la de forma mais abrangente, como também de propor alternativas para os problemas existentes no contexto institucional, regional e nacional.

3.4.1. Pós-Graduação

O IFMT, a partir da sua finalidade institucional de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, ministrará a educação superior em nível de pós-graduação por intermédio de cursos lato sensu (aperfeiçoamento e especialização) e stricto sensu (mestrado e doutorado).

A missão geral do Instituto, de formar para a vida e para o trabalho, pode ser compreendida como uma preocupação institucional em qualificar profissionais atuantes nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, e que irá se refletir em seus cursos de pós-graduação, posto que serão estruturados segundo as carências da sociedade mato-grossense, ou seja, estarão sintonizados com as suas demandas sociais, econômicas e culturais.

Nesse sentido, a pós-graduação promovida pelo IFMT contribuirá para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso, observando as suas potencialidades e vocação produtiva, devendo nesse processo inserir profissionais qualificados e capacitados, produzir conhecimentos, gerar tecnologias e facilitar a apropriação pública dos saberes constituídos.

Os problemas advindos das necessidades dessa localidade serão, então, considerados como o eixo orientador das suas pesquisas, ou seja, as atividades investigativas a serem desenvolvidas no âmbito da pós-graduação do IFMT se traduzirão em trabalhos de produção de conhecimentos voltados à busca das respostas às questões concretas suscitadas no contexto estadual.

Tais investigações terão suas raízes em problemas legítimos da comunidade e buscarão para eles as soluções tecnológicas, que deverão ser amplamente divulgadas e disponibilizadas, configurando-se prioritariamente com o termo de “pesquisas aplicadas”. E com a capacidade de aplicar seus resultados em prol da melhoria das condições de vida da

localidade, elas ainda contribuirão para o seu desenvolvimento sustentável.

Ressalta-se, no entanto, que os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas da pós-graduação serão colocados a favor das peculiaridades locais e regionais, considerando sempre a perspectiva de seus reconhecimentos e valorizações no cenário nacional e global.

Quanto ao propósito do IFMT de promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, a pós-graduação a ser ofertada deverá: considerar a formação profissional como paradigma nuclear; favorecer o diálogo entre as formações propostas; e respeitar os fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica.

Os cursos de pós-graduação a serem propostos deverão, assim, estabelecer uma correspondência mais estreita com os cursos superiores de tecnologia (graduações tecnológicas), com os de licenciatura e com os de bacharelado com ênfase nas engenharias, ofertados no Instituto. Dessa forma, a inserção da pós-graduação na verticalização da educação profissional no IFMT poderá permitir a construção de alternativas de formação dentro de um determinado eixo tecnológico, oferecendo ao discente um itinerário formativo que melhor corresponda às suas expectativas e às demandas contextuais.

Considerando a possibilidade de formar docentes para todos os níveis de ensino, bem como a de qualificar e capacitar o seu quadro de servidores (docentes e técnicos), o Instituto buscará ofertar cursos de pós-graduação próprios ou em parcerias (MINTER e DINTER) que deverão contribuir para a formação de recursos humanos aos campos da educação, visando ao desenvolvimento da educação básica e da profissional e tecnológica, bem como para a titulação de seus servidores.

Em termos gerais, concebe-se que a pós-graduação no IFMT promoverá a formação de profissionais capacitados e qualificados para: a execução de pesquisa aplicada aos problemas contextuais; a realização das atividades de inovação tecnológica; a disponibilização dos saberes produzidos à comunidade e para a atuação docente no campo da educação básica, profissional e tecnológica.

3.4.2. Extensão e Interação com a Sociedade

A extensão compreende um processo educativo, cultural e científico, articulando-se ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, ampliando a relação transformadora entre a

instituição de ensino e os diversos segmentos sociais, promovendo o desenvolvimento local e regional, a socialização da cultura e do conhecimento técnico-científico. Pode ser compreendida também como um espaço de articulação entre o conhecimento e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região. Educação, ciência e tecnologia devem se articular, tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional, possibilitando, assim, a interação necessária à vida acadêmica.

Enquanto processo educativo, a extensão possui dimensões formativas e libertadoras indissociáveis e com equidade. Portanto, a relação que a extensão estabelece com o ensino e a pesquisa é dinâmica e potencializadora, intensificando sua relação com o ensino, oferecendo elementos para transformações no processo pedagógico, em que professores e alunos constituem-se sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização e à aplicação do saber acadêmico. Ao mesmo tempo, amplia sua relação com a pesquisa que, utilizando-se de metodologias específicas, compartilha conhecimentos produzidos pela instituição, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade.

Neste sentido, é imperativo conceber a extensão como uma prática que possibilita o acesso aos saberes produzidos e experiências acadêmicas, oportunizando, dessa forma, o usufruto direto e indireto, por parte de diversos segmentos sociais. Revela-se uma prática que vai além da visão tradicional de formas de acesso da sociedade às tecnologias e ao conhecimento acadêmico, bem como a sua efetiva participação, com ações que mobilizem em prol do empreendedorismo como elemento de significativa relevância para o ambiente educacional a que se propõe o IFMT.

Por fim, a extensão visa aprofundar os vínculos existentes entre o IFMT e a sociedade, com o propósito de alcançar novas alternativas de transformação da realidade mediante ações que fortaleçam a cidadania. A intervenção das atividades de extensão deve ocorrer de forma participativa e dialógica, tendo como ponto de partida o conhecimento da realidade local, contemplando a essência da missão do IFMT.

3.4.3. Acompanhamento e Avaliação do PPI

A Avaliação Institucional será efetivada no IFMT como componente do Projeto Pedagógico Institucional.

Ao promover o reordenamento de competências no âmbito do Ministério da Educação

(MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), o referido decreto alterou a organização do sistema federal de ensino (especialmente do INEP e da SESu), atingindo igualmente as Instituições de Ensino Superior (IES).

Portanto, a Avaliação Institucional não pode ser concebida isoladamente, uma vez que ela constitui um dos componentes básicos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentado pela Portaria 2.051, de 9 de julho de 2004. Assim, a Avaliação Institucional não deve se limitar ao atendimento de uma exigência legal, mas deve subsidiar a busca contínua da qualidade no desempenho acadêmico, no aperfeiçoamento constante do planejamento e da gestão universitária, no fortalecimento dos compromissos sociais e na prestação de contas à sociedade.

Acredita-se que a preocupação fundamental do projeto de Avaliação Institucional deve ser com as condições para a elevação do padrão de qualidade da instituição, traduzindo a realidade e os desafios se propõe a atingir.

4.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL, E AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

4.1. Políticas Institucionais Voltadas à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural

O IFMT promove ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural da região onde está inserido.

Nesse sentido, o IFMT organiza palestras, seminários temáticos sobre a diversidade, a questão de gênero, o meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural do estado. Também incluirá nos componentes curriculares dos cursos oferecidos conteúdos e atividades que abordem a diversidade, o gênero, o meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural da região.

Em consonância com os objetivos do Plano Nacional de Cultura (Lei 12.343/2010), o IFMT implementa atividades no sentido de:

- reconhecer e valorizar a diversidade cultural, de gênero, étnica e brasileira;
- proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial regional;
- valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
- aprofundar o acesso à arte e à cultura;
- estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;
- estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos materiais e imateriais;
- estimular a sustentabilidade socioambiental;
- reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos dos povos tradicionais.

Para o período de vigência deste PDI, o IFMT estimulará as participações docentes e discentes em atividades de ensino, pesquisa e extensão e em eventos culturais e artísticos,

internos e externos, envolvendo aspectos de diversidade, meio ambiente e saúde, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.

4.2. Políticas Institucionais Voltadas à Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, da Igualdade Étnico-racial, Indígenas e Quilombolas

O IFMT também está comprometido com as políticas de ação afirmativa de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico- racial. Para tanto, o IFMT incluirá nos componentes curriculares dos cursos oferecidos conteúdos e atividades que abordem a defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico- racial.

O IFMT cumprirá, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira, Africana e Indígena – Lei 9.394/1996, com a redação dada pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008; e da Resolução CNE/CP 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 03/2004; e das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/CP 08/2012, Resolução CNE/CP 01/2012 e demais diretrizes curriculares específicas para a promoção de políticas de ação afirmativa para povos sub-representados.

Com o objetivo de divulgar e produzir conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando- os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, o respeito aos direitos legais e valorização de identidade, de gênero, étnico-racial e na busca da consolidação da democracia brasileira, o IFMT incluirá este tema nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares de todos os cursos conforme diretrizes específicas.

Conforme estabelecido na Resolução CNE/CP 01/2012, a Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, e visando a interseccionalidade, foi considerada na construção deste PDI, do PPI e dos PPCs dos cursos do IFMT, no ensino, na pesquisa, na extensão, bem como nos diferentes processos de avaliação.

A Resolução CNE/CP 01/2012 estabeleceu, ainda, que a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da educação básica e da educação superior poderá ocorrer das seguintes formas:

a) pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos direitos humanos e tratados

interdisciplinarmente;

b) como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;

c) de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

4.2.1. Políticas Institucionais Voltadas a Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

De acordo com o Parecer CNE/CP 08/2012, considera-se a Educação em Direitos Humanos:

[como] um paradigma construído com base nas diversidades e na inclusão de todos/as os/as estudantes, deve perpassar, de modo transversal, currículos, relações cotidianas, gestos, “rituais pedagógicos”, modelos de gestão. Sendo assim, um dos meios de sua efetivação no ambiente educacional também poderá ocorrer por meio da (re)produção de conhecimentos voltados para a defesa e promoção dos Direitos Humanos.

Dessa forma, o Conselho Nacional de Educação orienta que a Educação em Direitos Humanos, em todos os níveis de ensino, esteja fundamentada nos seguintes princípios: Dignidade humana; Igualdade de direitos; Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; Laicidade do Estado; Democracia na educação; Transversalidade, vivência e globalidade; Sustentabilidade socioambiental.

De acordo com a Resolução CNE/CP 01/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, essa temática, como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões:

a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;

b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;

c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e políticos;

d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e

e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das

diferentes formas de violação de direitos.

Nessa perspectiva, a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos direitos humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

Nos cursos oferecidos pelo IFMT, essa temática será abordada no currículo, de forma interdisciplinar e também de maneira transversal, podendo ser vivenciada em diferentes estratégias, destacando-se: workshops em datas comemorativas, fóruns, atividades práticas, visitas técnicas, projetos de extensão, palestras, entre outras.

4.2.2. Políticas Institucionais Voltadas a Ações Afirmativas para Promoção da Igualdade Étnico-Racial

Com relação às políticas para a promoção da igualdade étnico-racial, a Resolução CNE/CP 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, expressa que as políticas de ações afirmativas, no campo educacional, buscam garantir o direito de negros, negras e cidadãos brasileiros em geral ao acesso a todas as etapas e modalidades de ensino, estabelecendo:

Art. 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

Portanto, o IFMT cumprirá e acompanhará as atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme as exigências da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" nos currículos; Lei 11.645, de 10 de março de 2008, que estabelece a obrigatoriedade da temática indígena nos currículos oficiais; Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que regulamenta o sistema de acesso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio; Lei 12.990, de 9 de junho de 2014, que reserva aos

negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal; da Resolução 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica; e da Resolução 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a lei de migração e todas as demais legislações correlatas que normatizam as políticas públicas de ação afirmativa para as populações sub-representadas.

Dessa forma, o IFMT buscará, no âmbito de cada curso ofertado, desenvolver as seguintes políticas de promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial:

- Promover o desenvolvimento de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos e igualdade étnico-racial na comunidade acadêmica, por meio de workshops, disciplinas específicas e também atividades de extensão.
- Promover o reconhecimento e a valorização da região na qual o IFMT se insere, fortalecendo a identidade étnico-racial, cultural e histórica da região por meio de projetos de extensão, desenvolvidos na sede e nos polos presenciais ou ambientes profissionais vinculados aos cursos.
- Fortalecer o compromisso com a formação da consciência social de seus educandos mediante o desenvolvimento de temáticas associadas às políticas para a promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial (e sua influência para a formação da sociedade brasileira), em unidades curriculares integrantes do currículo de todos os cursos.

Nos cursos oferecidos pelo IFMT, as temáticas abordadas no currículo, de forma interdisciplinar e também de maneira transversal e interseccional, podem ser vivenciadas em diferentes estratégias, destacando-se: workshops em datas comemorativas, fóruns, atividades práticas, visitas técnicas, cursos de extensão, formação inicial e continuada e palestras.

Destaca-se que o desenvolvimento de tais temáticas, nas diferentes estratégias acima referidas, está sempre aderente à área profissional do curso e coerente com o perfil profissional desejado dos egressos, orientando-se para que os projetos pedagógicos dos cursos assegurem a interligação da formação profissional e das políticas para a promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial, atendendo plenamente aos requisitos legais, consolidando tais políticas nas matrizes curriculares dos cursos implementados.

5.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À RESPONSABILIDADE SOCIAL

Sendo o IFMT uma instituição de educação profissional e tecnológica que oferta cursos nos diferentes níveis e modalidades, inserida em diversas regiões do estado com seus polos de apoio presencial ou ambientes profissionais, assume o compromisso de ser parte constitutiva do desenvolvimento social e econômico das regiões onde está presente. Dessa forma, a contribuição do IFMT acontecerá por meio da produção e socialização do conhecimento em várias áreas de interesse nas comunidades locais, regionais e estaduais, com o desenvolvimento de tecnologias e inovação, criatividade e responsabilidade na prestação de serviços educacionais de qualidade.

As principais ações institucionais voltadas a contribuir para o desenvolvimento social serão materializadas por meio de programas, projetos e atividades de extensão. Para a sua implementação, assumimos como princípio que o conhecimento construído culturalmente como “popular” pode interagir com o conhecimento acadêmico, sendo, assim, ambos favorecidos.

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico, o IFMT, por meio dos convênios para a oferta do estágio curricular obrigatório e o estágio remunerado, buscará estimular a articulação e a interação com os setores locais, na identificação de suas demandas e, em consequência, na busca e apresentação de soluções.

Nessa mesma perspectiva, ao definir o perfil dos egressos de seus cursos, o IFMT pretende que estes possam ingressar mais preparados no mundo do trabalho e, assim, serem agentes na contribuição para o desenvolvimento econômico e social, em suas áreas específicas de formação.

As principais políticas que integram os compromissos do IFMT com o desenvolvimento econômico e social são:

- Fomentar a reflexão fundamentada no conhecimento adquirido dentro do ambiente acadêmico, buscando a interação permanente e sistemática com a realidade social.
- Intensificar a parceria do IFMT com os diversos setores da sociedade como: prefeituras municipais e suas secretarias, empresas e indústrias locais.
- Implantar rede de programas, projetos e atividades planejadas de responsabilidade

social e de sustentabilidade socioambiental, tanto por meio de iniciativas institucionais quanto pelas atividades acadêmicas e de extensão.

- Ofertar formação orientada para o mundo do trabalho, visando à inserção de egressos e comprometidos com a melhora do meio em que vivem.
- Desenvolver pesquisa aplicada aos arranjos locais de maneira que contribuam para o desenvolvimento econômico e social da sua região de abrangência.
- Desenvolver ações de incentivo ao empreendedorismo, proporcionando geração de empreendimentos pela comunidade interna e apoiando micro e pequenos empreendedores das comunidades interna e externa.
- Desenvolver ações de extensão e de investigação tecnológica e científica que contribuam para o desenvolvimento econômico e social da sua região de abrangência.

6.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD)

O IFMT atende a todas as legislações vigentes para a oferta de uma educação a distância de qualidade, destacando-se as seguintes:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96;
- Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008;
- Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas para os cursos ofertados;
- Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos;
- Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;
- Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
- Decreto 5.154, de 23 de Julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;
- Portaria 20, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, credenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino;
- Portaria 21, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro (e-MEC);
- Portaria 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos;
- Portaria 315, de 4 de abril de 2018, que dispõe sobre os procedimentos de supervisão

e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino; e

- legislações e regulamentos internos.

O princípio norteador da EaD do IFMT refere-se à ampliação do acesso e democratização da educação, por meio das tecnologias da informação e comunicação, em todos os seus níveis legalmente possíveis, a todas as pessoas, considerando a realidade tecnológica, social e local onde possuirá polos presenciais e ou ambientes profissionais vinculados aos cursos.

Esta modalidade de educação permitirá ao IFMT atender parcelas cada vez maiores dos cidadãos que fazem jus a este direito, aproximando-se das metas estabelecidas pelo MEC para garantir o atendimento da população brasileira e contribuindo para a inclusão dos menos favorecidos à educação pública e de qualidade.

A EaD do IFMT será colaborativa, inclusiva, flexível e adequada à realidade do estudante, através das práticas sociais críticas e criativas, favorecendo o desenvolvimento de atitudes investigativas, além de oportunizar momentos de comunicação e expressão. Também tem a missão de ser prazerosa e lúdica, como todo o processo de descoberta é.

Aos elementos constitutivos da EaD incorporam-se o ensino e a aprendizagem mediados, a comunicação bidirecional e, sobretudo, um estudo coletivo com as seguintes características: abertura, flexibilidade, adaptação, eficácia, formação permanente e economia. De acordo com o que estabelece o Decreto 9.057/2017, em seu art. 1º, a EaD está assim definida:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Considerando as bases legais/conceituais de ensino e aprendizagem dos acadêmicos que estejam em lugares e tempos diversos e, respeitando o art. 2º do Decreto 9.057/2017 que estabelece: “A educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância nos termos deste Decreto, observadas as condições de acessibilidade que devem ser

asseguradas nos espaços e meios utilizados”, o IFMT desenvolverá ensino de qualidade, que, além de ser mediado pelas novas TIC, contará com docentes/mediadores e pessoal qualificado, desenvolverá políticas de acesso e permanência de estudantes da modalidade EaD, bem como buscará aprimorar cada vez mais a qualidade das práticas de acessibilidade: atitudinal, comunicacional, digital, instrumental e metodológica.

O IFMT entende, em seus princípios norteadores, que a educação a distância, enquanto prática educativa, deve considerar a realidade e comprometer-se com os processos de formação do ser humano em direção a uma sociedade mais justa, solidária, igualitária e democrática. Enquanto prática midiaticizada, deve fazer uso da tecnologia, entendida como “um processo lógico de planejamento, como um modo de pensar os currículos, os métodos, os procedimentos, a avaliação, os meios, na busca de tornar possível o ato educativo” (PRETI, 2000).

As experiências na EaD têm comprovado que se pode aprender eficazmente e de maneira independente diversos conteúdos, sempre que se possa contar com uma tecnologia educacional adequada, para garantir a qualidade científica e pedagógica dos materiais didáticos, respeitando as características de ensino e aprendizagem de cada nível e suas especificidades.

Inserido nesta perspectiva, o IFMT oferta educação a distância com qualidade, utilizando metodologia centrada no potencial humano e com apoio tecnológico. A metodologia da educação a distância do IFMT envolve atividades presenciais e a distância, orientadas para aspectos socializantes da educação, tais como a troca de experiências via portal educacional e nos encontros presenciais previstos nos PPCs, organizados, acompanhados e monitorados pelo IFMT.

O IFMT busca continuamente modernizar sua metodologia, atendendo aos estudantes com o que há de melhor em conceitos psicopedagógicos e de desenvolvimento cognitivo, sempre atendendo à legislação vigente em todas as suas dimensões.

Contextualizando o posicionamento metodológico do IFMT, no cumprimento da legislação vigente, temos inicialmente o art.47 da Lei 9.394/1996, que menciona:

LEI 9.394/1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

No que se refere à atividade presencial, o art. 4º do Decreto 9.057/2017 estabelece que:

Art. 4º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da de ensino e do curso, serão realizadas na sede da de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Atendendo ao disposto no referido decreto, as atividades presenciais, quando previstas no PPC dos cursos superiores de graduação do IFMT, que serão realizadas na sede, nos polos presenciais ou ambientes profissionais credenciados pelo MEC, são:

- a) Atividades integradoras presenciais.
- b) Avaliação presencial.
- c) Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (quando previsto na legislação pertinente e descrito no PPC do curso).
- d) Estágios obrigatórios (quando previsto na legislação pertinente e descrito no PPC do curso).
- e) Atividades relacionadas a laboratórios de ensino (quando previsto na legislação pertinente e descrito em PPC do curso).

Destaca-se que essas atividades serão desenvolvidas na sede, no polo presencial ou ambiente profissional vinculado ao curso, com acompanhamento do tutor presencial, e o estudante contará também com os docentes do IFMT para tirar dúvidas, através do fórum ou da tutoria EaD, reforçando, então, a aprendizagem.

Dessa forma, o IFMT dispõe de polos presenciais a cada curso, conforme relação em anexo, seguindo as normativas estabelecidas, e cada polo ou ambiente deve ter estrutura física, tecnológica e de pessoal que atenda aos estudantes de todos os cursos ofertados.

Acerca das atividades presenciais, destaca-se que elas serão elaboradas a partir da carga horária e das diretrizes curriculares de cada curso, de acordo com o que estabelece o

art. 100, § 3º da Portaria Normativa MEC nº 23/2017.

Assim, toda a metodologia de ensino e aprendizagem, descrita nos PPCs, será acessível para os estudantes, parceiros e a comunidade, tendo na internet e suas tecnologias um dos principais meios de compartilhamento de recursos didáticos, de alta interatividade e disponibilidade, aliada a ambientes virtuais de aprendizagem, tendo o suporte precioso dos corpos docente e tutorial.

Visando atender ao disposto no art. 100, §1º da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, o IFMT, para a implementação de novos polos presenciais, inclusive em ambiente profissional vinculado ao curso, empenhar-se-á para garantir infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada para o atendimento integral de todos os estudantes e a oferta de cursos de qualidade.

Sendo assim, para garantir o rol das ações da EaD no IFMT, será necessária a implementação das seguintes políticas para o período vigente deste PDI: tecnologias da informação e comunicação nos processos formativos do IFMT; formação inicial e continuada de professores, tutores e mediadores; formação inicial e continuada dos servidores não docentes no exercício de sua função; e contribuição para o desenvolvimento profissional dos cidadãos em seu contexto social.

6.1. Tecnologias de Informação e Comunicação nos Processos Formativos do IFMT

Com o crescente interesse institucional pela oferta de cursos que utilizem os recursos das TIC nos seus processos formativos, o IFMT propõe, para o período vigente do PDI, intensificar os procedimentos que visam institucionalizar o uso dessas tecnologias de forma aberta, inclusiva e tecnologicamente possível. O Decreto 9.057/2017, que regulamenta o art. 80 da Lei 9.394/1996 (LDB), lança a possibilidade de avanço da modalidade de educação a distância não apenas na educação superior, mas também na educação básica.

Desse modo, nesta política de institucionalização, o IFMT procura garantir:

- A regulamentação dos processos formativos que usam as TIC como apoio aos processos formativos, especialmente na educação a distância, por meio da organização de todos os documentos normativos institucionais que amparam os *campi*, os cursos e a Gestão como um todo.

- O incentivo e suporte às iniciativas em educação a distância, por meio dos *campi* e de outros setores institucionais, que fortaleçam o modelo e o desenho da modalidade de educação adotada pelo IFMT.

6.2 Formação Inicial e Continuada de Professores, Tutores e Mediadores

A fim de assegurar um conjunto de incentivos e práticas que tenham em seu escopo melhorar as suas competências e habilidades profissionais, esta política prevê a melhoria do desempenho das funções docentes por meio da formação inicial e continuada, ambas mediadas por TIC, em cursos de educação a distância.

A formação inicial ocorre por meio da oferta de cursos de extensão, de graduação e de pós-graduação, com ou sem fomento externo, e que visam à formação primeira dos profissionais que atuarão na educação. Logo, esta política visa, primeiramente, à formação de professores, tanto da própria, quanto aqueles que visam atender a demanda externa, conforme preconiza o Plano Nacional de Educação – Lei 13.005/2014, vigente até o ano de 2024.

Na formação continuada, incentivada pelo IFMT nos mesmos parâmetros da formação inicial, prima-se pelo constante aperfeiçoamento profissional e pessoal, por meio de formação técnica, científica e sociocultural aos docentes, atuando ou não como mediadores do processo de ensino e aprendizagem por meio das TIC, numa construção sistêmica de um padrão unitário de qualidade, que se constitui em um diferencial competitivo desta .

A formação continuada ocorre por meio de programas de aperfeiçoamento, da pós-graduação e das demais atividades técnicas, científicas e culturais no âmbito do IFMT, ofertados no próprio IFMT, que visam aprimorar a formação dos profissionais atuantes.

Assim, nesta política institucional, o IFMT procura garantir:

- A oferta de cursos na modalidade a distância nos níveis de graduação, especialização, aperfeiçoamento, entre outras ações formativas, que visam formar os docentes e mediadores.
- O fomento interno e externo de ações que visam à formação de professores.

6.3 Formação Inicial e Continuada dos Servidores Não Docentes no Exercício de sua Função

Ao mesmo tempo em que envida esforços para a formação docente, o IFMT prioriza utilizar as TIC, de modo especial a educação a distância, para garantir que tanto o corpo

técnico-administrativo quanto o corpo administrativo de outras redes possam se qualificar, por meio da formação inicial e continuada nas mais diversas áreas de atuação.

Na formação inicial, esta política procura garantir a primeira qualificação dos profissionais atuantes, refletindo no seu aprimoramento, levando à prestação de seus serviços com excelência. Na formação continuada, da mesma forma, o enfoque será na capacitação constante para o desempenho de suas funções.

A educação mediada por tecnologias, em especial a educação a distância, surge como oportunidade de qualificação profissional e que pode ser ofertada com esforço próprio ou por meio dos programas, em forma de convênios e parcerias.

Com esta política institucional, o IFMT procura garantir:

- A oferta de cursos técnicos, cursos de extensão e cursos de graduação que visam à formação e ao aprimoramento de servidores técnico-administrativos da Instituição e de outras redes de educação.
- O fomento interno e externo de ações que visam à formação e qualificação dos Técnicos administrativos no exercício de sua função.

6.4 Contribuir para o Desenvolvimento Profissional dos Cidadãos em seu Contexto Social

Ao propor usufruir das TIC para o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFMT pretende expandir sua atuação na educação técnica e tecnológica em todas as regiões do estado de Mato Grosso. Para isso, a Instituição pretende subsidiar a população de condições que lhe permitam fixar o trabalho em seu próprio domínio, contribuindo para o desenvolvimento local.

As TIC, em especial a educação a distância, possuem papel importante nesta política, pois permitem que o IFMT possa alcançar, por meio de polos de EaD, regiões e localidades ainda não contempladas com *campus*, *campus* avançados ou centro de referência.

Para tanto, esta política procura garantir:

- A abertura de polos de EaD próprios, em parceria com o Estado e Municípios, de forma a abranger o raio de atuação do IFMT em Mato Grosso.
- A oferta de cursos de formação inicial, como cursos técnicos e de graduação, bem como a formação continuada, adequados às regionalidades da população, às condições



econômicas e estruturais tanto da instituição quanto dos parceiros e que sejam inclusivos, flexíveis, inovadores e que promovam a transformação positiva nas realidades de cada profissional formado.

7.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA PRODUÇÃO DOCENTE E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Cientes da importância do docente e do técnico administrativo, sendo eles os articuladores e mediadores do processo de ensino e aprendizagem, é preciso pensar no estímulo à produção artística, científica, cultura, entre outras, de modo que seja uma constante e não uma exceção. O IFMT investe na qualificação de seus servidores, considerando tanto a formação inicial quanto a qualificação (titulação) e a experiência profissional, pilares que fazem do docente e do técnico administrativo profissionais capazes de desencadear e promover a formação discente.

Com base nesta visão de fortalecimento das práticas investigativas, tem-se consciência de que ações se fazem necessárias para alavancar este processo, tais como:

- a) Ampliar a dedicação dos servidores do IFMT em pesquisa e práticas investigativas.
- b) Incentivar a qualificação dos servidores em programas de pós-graduação *stricto sensu*.
- c) Possibilitar maior inserção dos servidores na comunidade científica por meio de auxílio financeiro para participação em eventos da área.
- d) Incentivar a organização de eventos de iniciação científica internos, buscando maior integração entre técnicos administrativos, corpo docente, corpo discente e comunidade, de forma a divulgar as experiências de pesquisa desenvolvidas no interior do IFMT.
- e) Incentivar a produção acadêmica dos servidores do IFMT e a publicação em revistas próprias e em outros meios.

Nesse sentido, tem-se como objetivo estimular a difusão das produções acadêmicas, científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais dos servidores, promovendo a divulgação dos conhecimentos científicos, didático-pedagógicos, tecnológicos, artísticos e culturais que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação, bem como promover as práticas investigativas no IFMT, mediante o encaminhamento de diretrizes para atividades de iniciação científica orientada pelos docentes do IFMT.

O IFMT, visando ao estímulo da produção docente e dos técnicos administrativos,



também oferecerá subsídios financeiros para a participação em eventos: congressos, seminários, entre outros.

8.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

A política de acompanhamento de egressos do IFMT, instituída pela Resolução CONSUP 143/2017, é uma das vertentes do processo de autoavaliação institucional do IFMT que possibilita o estabelecimento e a análise de indicadores, e, com base nessas análises, torna-se possível institucionalizar canais para retroalimentação dos serviços educacionais prestados, realinhando os objetivos dos cursos e aprimorando a forma e a profundidade dos conteúdos, para que os egressos dos cursos do IFMT atendam às reais necessidades de mercado, tendo com principais políticas:

a) Criar e manter base de informações dos contatos dos egressos, para fins de acompanhamento.

Consoante o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nas propostas constantes das diretrizes pedagógicas que norteiam este PDI, os egressos dos cursos do IFMT deverão ser profissionais com a competência técnico-científica demandada pelo mercado de trabalho e agentes de transformação social das comunidades em que vivem. Seus perfis específicos farão parte da proposta pedagógica de cada curso.

As competências a serem desenvolvidas em cada processo de formação têm como elemento norteador a capacidade de efetuar a transformação do saber fazer em saber ser, que permite ao indivíduo mais que discorrer sobre o seu trabalho, realizando-o de maneira eficiente. O desenvolvimento da competência profissional demandará um processo de busca permanente pela atualização e aperfeiçoamento do conhecimento. Assim, os estudantes egressos são estimulados a se manterem em permanente contato com o IFMT, buscando novas formas de gestão estratégica de suas competências e de seus conhecimentos.

Para o monitoramento das condições em que os egressos do IFMT se inserem no mercado de trabalho e, ainda, da aplicação das competências desenvolvidas durante o curso, o IFMT possui em cada *campus* um setor de dedicação ao acompanhamento dos egressos.

b) Criar e manter comunidade virtual destinada à interação entre egressos e, também, a instituição.

O IFMT disponibiliza aos egressos ambiente específico para profissionais formados, para que estes possam manter contato uns com os outros e, ainda, constituir grupos de discussão, visando à troca de experiências profissionais, publicações técnicas e científicas e,

também, para divulgação de oportunidades de trabalho e de aperfeiçoamento profissional.

Para tanto, o IFMT dispõe de Programa de Acompanhamento dos Egressos, com o objetivo de manter uma linha permanente de estudos e análises, a partir das informações coletadas, para avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional às necessidades do mercado de trabalho.

O Programa de Acompanhamento dos Egressos conta ainda com uma base de dados, com informações atualizadas dos egressos; mecanismos para a promoção de um relacionamento contínuo entre o IFMT e seus egressos; e instrumentos para avaliar a adequação da formação do profissional em relação ao mercado de trabalho.

A partir das informações constantes na base de dados, é possível estabelecer um canal de comunicação com os egressos, por meio do qual eles receberão periodicamente informes sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela Instituição.

No tocante à avaliação da adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho, o Programa de Acompanhamento dos Egressos conta com mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, para saber o índice de ocupação dos egressos, entre eles e estabelecer a relação entre a ocupação e a formação profissional recebida. Serão aplicados questionários para obter avaliações sobre o curso realizado (pontos positivos e negativos), a atuação no mercado de trabalho, as dificuldades encontradas na profissão, o interesse em realizar outros cursos. Além disso, será coletada a opinião dos empregadores dos egressos, sendo esta utilizada para revisar os PPCs e os programas das disciplinas.

Os dados obtidos serão enviados para análise ao NDE e ao colegiado de cada curso, que deve revisar o PPC de forma a obter uma melhor adequação às expectativas do mundo do trabalho. Em seguida, os dados e as considerações do NDE e do colegiado de curso devem ser encaminhados à Comissão Própria de Avaliação e ao Conselho Superior, a quem compete adotar as medidas necessárias para correção de eventuais distorções identificadas.

No que se refere às atividades de atualização e formação continuada para os egressos, o IFMT oferece cursos de formação inicial e continuada, técnicos de nível médio, de graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à educação continuada para os egressos de seus cursos.

Além disso, o IFMT promove diversas ações no sentido de possibilitar a atualização e



o aperfeiçoamento de seus egressos. Nesse sentido, são realizados seminários e outros eventos congêneres de interesse dos egressos, como também cursos de curta duração (FICs), todos elaborados de acordo com os interesses profissionais dos egressos.

9.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização pode ser compreendida como um processo que possui interfaces com esferas educativas, culturais e científicas, além do contato com processos econômicos. Através dela é possível promover a interculturalização e apreensão de saberes e técnicas diferenciados ou internacionais. Além disso, ela possibilita a divulgação da cultura, do conhecimento e do modo de vida brasileiro em outras localidades.

Nos Institutos Federais, a internacionalização pode ser entendida como espaço de articulação através do conhecimento de diferentes realidades e da exposição da realidade brasileira, o que pode incluir caracterizações regionalizadas. Desse modo, há a possibilidade de interações e contatos com outros países e povos, bem como há um reforço para o fortalecimento de relações entre instituições brasileiras e instituições internacionais, promovendo processos de intercâmbio, de geração de conhecimento através do contato com diferentes realidades e com diferentes saberes.

A internacionalização do ensino profissional e tecnológico pode ser compreendida como um conjunto de ações direcionadas à prospecção e ao desenvolvimento de parcerias internacionais, mobilidade, desenvolvimento do ensino de línguas, relacionamento interinstitucional e demais ações que estão em consonância com as demais ações e direcionamentos do ensino, da pesquisa e da extensão do IFMT, propiciando e aprimorando a oferta de educação de qualidade através da formação de uma comunidade acadêmica que possa compreender, articular e contribuir por meio da atuação em contextos locais, regionais e globais, tendo consciência de cidadania global.

A existência de participação do Brasil em organismos multilaterais que focalizam a educação é um exemplo da importância do desenvolvimento da área internacional em instituições educacionais. Tais organismos entendem que a cooperação na educação, na ciência, na tecnologia e na cultura pode promover o desenvolvimento integral da democracia, da integração entre os países, dos direitos humanos e liberdades fundamentais, dentre outros aspectos. Há a proposta de realizar o atendimento de demandas referentes à área internacional e criação de oportunidades acadêmicas e profissionais para estudantes, servidores e comunidade externa, bem como colaborar para o fortalecimento dos três pilares: ensino, pesquisa e extensão.

As políticas de internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia de Mato Grosso contemplam diferentes áreas da atividade institucional, promovendo o ensino de línguas; possibilitando mobilidade internacional para estudantes e servidores; realizando orientação referente à internacionalização para estudantes, servidores e comunidade externa; propiciando a aplicação de teste de proficiência e realização de contato e relacionamento interinstitucional para desenvolver ações internacionais.

São políticas da área internacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso:

- a) Contribuir para o desenvolvimento da sociedade, por meio da troca de saberes, conhecimentos e experiências através de atividades direcionadas à internacionalização.
- b) Possibilitar a estruturação da área internacional através do alinhamento entre as ações de internacionalização e o Plano de Desenvolvimento Institucional.
- c) Propiciar a integração em regiões de fronteiras por meio da realização de cooperação com instituições de ensino estrangeiras nas proximidades.
- d) Propiciar o desenvolvimento do ensino de línguas estrangeiras de maneira presencial ou a distância.
- e) Propiciar espaços para ecossistemas de inovação, em que se facilite a interação e a criação de ambiente favorável para a aprendizagem, cultura colaborativa e criação inovadora.
- f) Propiciar o financiamento de atividades relacionadas à internacionalização por meio do monitoramento de editais de outras instituições.
- g) Promover a cooperação interinstitucional com instituições presentes em outros países.

O IFMT dispõe da Diretoria Sistêmica de Relações Internacionais, responsável por promover o desenvolvimento de ações referentes a internacionalização e relações internacionais no âmbito do IFMT, visando contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como proporcionar formação intercultural para servidores e estudantes.

9.1. Da Internacionalização no IFMT

A Diretoria Sistêmica de Relações Internacionais (DSRI) pretende desenvolver diversas atividades de internacionalização através da realização de serviços ao público em geral, por meio de prestação de consultoria, assessoria e de serviços referentes à área internacional.

Serão realizados eventos por meio de atividades de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, direcionadas à área internacional, favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna. Serão propiciados meios para a realização de cursos de extensão para a promoção de língua estrangeira ou de língua portuguesa para estrangeiros e projetos culturais que compreendam ações referentes a atividades culturais relacionadas a processos de internacionalização.

A interação da diretoria com a área internacional dos *campi* será realizada com o objetivo de atender demandas específicas ou para realização de um melhor alinhamento de ações com o *campus*. A Diretoria de Relações Internacionais do IFMT tem por finalidade conduzir intercâmbios e cooperações internacionais, como um instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.

O estágio internacional será contemplado através da realização de atividades de prospecção de oportunidades de estágio em instituição estrangeira, com o apoio à formação empreendedora dos estudantes do IFMT. Também serão propiciadas experiências de internacionalização locais, por meio das quais poderá receber intercambistas e oportunidades para desenvolvimento de projetos e ações em conjunto com eles.

10.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

O IFMT possui política de atendimento aos discentes, organizada de acordo com as necessidades dos acadêmicos, procurando atendê-los no ingresso, na sua permanência até a conclusão do curso escolhido.

Sendo o acesso o primeiro contato do discente com o IFMT, entende-se que é de extrema importância atendê-lo adequadamente. Assim, o Instituto tem como política melhorar as formas de ingresso dos estudantes.

Uma das ações relacionadas a essa política é a qualificação contínua da execução dos concursos vestibulares e processos seletivos. Além do aprimoramento da aplicação das provas, busca garantir o atendimento adequado aos candidatos com necessidades específicas. É objetivo do IFMT, também, trabalhar para que a forma de aplicação do sistema de cotas, estabelecido pela Lei 12.711/2012, seja aperfeiçoada, facilitando a compreensão e agilizando a resposta ao estudante.

Assim, as inscrições para vestibular e processo seletivo são abertas em edital, publicado pela Diretoria de Política de Ingresso, no qual constam as normas que regem os certames, as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação e as datas das provas, os critérios de classificação e demais informações úteis. Todo o processo é de responsabilidade do IFMT: elaboração das provas, inscrições, teste, publicação dos resultados e matrículas.

10.1. Política de Assistência Estudantil do IFMT

A Política de Assistência Estudantil do IFMT é regulamentada por meio das Resoluções do Conselho Superior 94 e 95, de 18 de outubro de 2017, e tem como princípios: afirmação da educação profissional e tecnológica como política pública de Estado; universalidade da assistência ao estudante; democratização das políticas de acesso e permanência; supremacia no atendimento às necessidades socioeconômicas, socioculturais e pedagógicas; respeito à dignidade da pessoa humana, à sua autonomia e ao direito de usufruir dos benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência escolar e comunitária; defesa da diversidade, dos direitos humanos e em favor da justiça social e erradicação das diversas formas de violência e preconceitos.

Os programas de assistência aos estudantes são de caráter universal (destinado a todos os discentes) e de apoio à permanência, cuja prioridade é o acesso dos discentes egressos de escolas públicas, com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio (Decreto 7.234/2010). Os programas são organizados conforme as seguintes modalidades: i) acesso universal - programas de acolhimento e acompanhamento social, psicológico e pedagógico; programas preventivos e de promoção à saúde e qualidade de vida; programa de incentivo às atividades esportivas, de lazer e culturais; seguro escolar; programa de Incentivo ao desempenho escolar e acadêmico – Monitoria; programa de incentivo ao desempenho escolar e acadêmico - participação em eventos técnico-científicos e de formação política estudantil; Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiências e/ou Necessidades Educacionais Específicas. ii) Incentivo à Permanência: auxílios moradia, transporte, alimentação, creche, permanência e residência estudantil.

Embora a assistência estudantil tenha sua operacionalização materializada por meio de diversas ações focalizadas, compreende-se que as ações socioassistenciais executadas no IFMT devem estar atentas às diversas áreas dos direitos humanos e sociais, fomentando assim a perspectiva de inclusão social na direção da universalidade do acesso aos bens e serviços sociais à camada populacional historicamente alijada do processo de distribuição equânime da riqueza socialmente produzida.

As ações socioassistenciais executadas por intermédio dos auxílios estudantis são consideradas importantes medidas preventivas para enfrentar as situações de evasão e retenção escolar, que se configuram em fatores impeditivos para o alcance da formação e do êxito do estudante.

É importante afiançar que a redução da evasão e retenção tendo como estratégia e ferramentas as ações, os projetos e/ou programas vinculados à política de assistência estudantil depende não somente da execução em si das ações socioassistenciais por intermédio das equipes multiprofissionais dos *campi*, mas pelo desenvolvimento do trabalho em equipe interdisciplinar com docentes e gestores de forma articulada com as ações de ensino, pesquisa e extensão dos diversos *campi* do IFMT.

É importante observar, na elaboração deste PDI, que a Política e o Regulamento Geral da Assistência Estudantil do IFMT encontram-se em seu primeiro ano de implementação a partir dos novos parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CONSUP 94/2017 e 95/2017.

Nesse interregno, priorizou-se o trabalho de orientação das equipes sobre os novos regulamentos, diálogo e levantamento de dados junto aos *campi* que subsidiaram a elaboração de um planejamento da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) para os próximos anos, cujo objetivo principal é avançar em alguns desafios que ainda são enfrentados na execução dos serviços para consolidar a política.

10.2. Organização Estudantil

A Política de Assistência Estudantil do IFMT fomenta a participação dos estudantes na condução dos programas e das ações locais, ao garantir a representação discente nas instâncias de assessoramento para execução da assistência estudantil. Isso ocorre por intermédio das Comissões Central (Reitoria) e Local (*campus*) de Assistência Estudantil, previstas como instâncias de assessoria da gestão pelas Resoluções CONSUP 94/2017 e 95/2017.

O IFMT apoia também a organização autônoma dos estudantes, a partir de instâncias como os grêmios estudantis, centros acadêmicos e diretórios centrais dos estudantes. Esses espaços devem ser regidos por estatutos próprios, elaborados e aprovados pelos estudantes em assembleias, na forma da Lei 7.398, de 4 de novembro de 1985, que ampara a organização dos estudantes secundaristas, e demais normativas e orientações regulamentadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade que representa o segmento universitário.

10.3. Permanência e Êxito dos Estudantes do IFMT

O IFMT, entendendo a educação como um direito constitucional do cidadão brasileiro, busca não apenas garantir o acesso do estudante à Instituição, mas sua permanência e êxito, concluindo as etapas de ensino as quais se propõe a fazer, considerando que, como aponta Hora (2006), o êxito ou o fracasso do estudante tem influência significativa na vida em sociedade, pois a escola é etapa importante do desenvolvimento humano.

Compreende-se que, para que o estudante permaneça na Instituição, são necessários programas e projetos que organizem as ações buscando esta permanência com êxito. Com este intuito, o IFMT designou, já em 2015, a Comissão de Elaboração do Plano de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFMT, e uma das suas primeiras iniciativas foi a

solicitação de designação de Comissão Local de Permanência e Êxito em cada *campus* deste Instituto.

A comissão constituída percebeu, à época, que havia um grande desconhecimento dos dados quantitativos acerca da evasão e da retenção. Além disso, inexistiam dados qualitativos sistematizados sobre os fatores que causam a evasão e a retenção. Também foi encontrada uma grande divergência entre os dados do sistema acadêmico da instituição e do SISTEC.

Diante deste cenário, as comissões central e locais, em colaboração, levantaram as principais causas que levam o estudante do IFMT a evadir, a ficar retido e os principais fatores que fazem com que permaneça nesta Instituição.

A partir deste estudo, foi elaborado um banco de dados com propostas de atividades e projetos que podem ser desenvolvidos, objetivando a permanência do estudante no IFMT. Esta ampla pesquisa de causas, fatores e possibilidades deu origem ao Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFMT (PEIAPEE/IFMT), que foi aprovado através da Resolução CONSUP 109/2017.

Uma das demandas contidas no PEIAPEE é que cada *campus* deste Instituto analise as causas de evasão e fatores de permanência naquele local, considerando a diversidade geográfica, populacional e de cursos. Este trabalho deu origem ao Plano de Permanência e Êxito de cada *campus*, com especificidades que atendem o público de forma direta.

Neste PDI, a principal iniciativa do IFMT para garantir a permanência do estudante será o de fortalecimento das comissões locais, a exemplo do que foi feito pela comissão central, que, junto com as equipes de multiprofissionais e docentes, irão acompanhar o desenvolvimento do Plano de Permanência e Êxito, avaliando seu progresso, que deve refletir nos índices oficiais de eficiência acadêmica.

Anualmente, a partir de 2018, cada comissão analisará as ações realizadas e os dados de eficiência acadêmica de cada curso, objetivando avaliar seu desenvolvimento, elaborando um relatório anual.

Assim, cada comissão local, com a atualização dos dados citados acima, realizará uma análise geral das atividades previstas e seus resultados, identificando potencialidades e fragilidades. Esses dados poderão subsidiar a tomada de decisão no sentido de atualização do Plano de Permanência e Êxito do *campus*.

Temos ainda como desafio para o novo ciclo deste PDI a completa uniformização de

dados acadêmicos no IFMT, para que possamos acompanhar os indicadores na busca dos resultados pretendidos.

10.3.1. Nivelamento

O nivelamento no IFMT tem como objetivo atender e preencher possíveis lacunas na formação que antecede o ensino superior, para que o acadêmico ingressante possa relembrar conteúdos importantes e indispensáveis à sua formação.

Proporciona aos acadêmicos, por meio de estudos e de atividades, rememorar conteúdos já aprendidos ou, ainda, a apreensão de conteúdos superficialmente trabalhados no ensino médio. Muitos docentes do nível superior constataam em alguns acadêmicos a carência de organização do pensamento, de sistematização das ideias, sobretudo na produção de textos, com erros gramaticais e ortográficos básicos ou, ainda, lacunas no raciocínio matemático, falta de conhecimento básico de informática, desconhecimento da modalidade EaD, fato este que, não sendo sanado, poderá prejudicar o sucesso acadêmico.

Por esta razão, o nivelamento tem como propósito fornecer ferramentas aos ingressantes, oportunizando que estes se sintam partícipes do meio acadêmico, ao perceberem que o IFMT está envolvido em sua caminhada acadêmica e no seu sucesso dentro do curso escolhido, propiciando um melhor aproveitamento do curso, desenvolvendo diferentes habilidades e, conseqüentemente, minimizando os níveis de evasão e insucesso acadêmico.

10.3.2. Do Apoio Pedagógico e Psicopedagógico

Para o atendimento pedagógico e psicopedagógico, o IFMT implementou o NAPNE, que proporciona aos estudantes, aos técnicos administrativos e aos docentes/tutores de todos os cursos ofertados a possibilidade de atenuar as incidências de possíveis problemas ou dificuldades de aprendizagem e/ou comportamento, ou até de definição de opção profissional.

Além do NAPNE, o IFMT busca a integração e o envolvimento da coletividade acadêmica para a compreensão do significado real da vida acadêmica e da construção profissional. E, para tanto, o NAPNE objetiva:

- Orientar para o mercado de trabalho por meio convênios com empresas, por intermédio de estágios, remunerados ou não.
- Desenvolver projetos interdisciplinares que promovam a atividade prática.

- Estimular a participação nas atividades de extensão promovidas pelo IFMT, a fim de que os estudantes atuem como protagonistas nas ações extensionistas.
- Estimular a realização de atividades culturais pelo intermédio das atividades complementares.

10.4. Condições de Acesso para PcDs

O IFMT, considerando a importância de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações, adota como referência a Norma Brasileira 9.050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos e o Plano de Promoção e Garantia de Acessibilidade do IFMT.

10.5. Política de Ingresso

A maior preocupação das políticas de atendimento aos discentes é a inclusão, sendo esta entendida como viver a experiência da diferença, que tem como premissa a não discriminação de estudantes devido a classe social, deficiência, cor, orientação sexual, estado nutricional e/ou qualquer outra característica da pessoa.

O IFMT busca o aprimoramento constante e a qualificação contínua da execução dos concursos vestibulares e processos seletivos, para além do aprimoramento da aplicação das provas, buscando garantir o atendimento adequado aos candidatos com necessidades específicas.

Para tanto, todo o processo é realizado no âmbito do IFMT, sendo que as inscrições no vestibular e processo seletivo são abertas em edital, publicado pela Diretoria de Política de Ingresso, no qual constam as normas que regem os certames, as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação e datas das provas, os critérios de classificação e demais informações úteis.

11.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA PRODUÇÃO DISCENTE E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

O IFMT estimula a difusão das produções acadêmicas, científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais dos discentes, assumindo, por meio de seus docentes, o compromisso de despertar nos estudantes a curiosidade e o desejo de compreender a realidade e nela intervir. O programa de incentivo à pesquisa criado pelo IFMT objetiva:

- Ampliar e criar grupos de pesquisa para estudantes dos cursos presenciais e grupos virtuais para estudantes dos cursos ofertados na modalidade a distância.
- Ampliar o incentivo aos docentes de produção de artigos junto com estudantes dos cursos ofertados, de modo a traduzir cientificamente práticas e intervenções pautadas nas vivências dos estudantes enquanto profissionais em formação.
- Preparar discentes para atividades dos cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação.

O IFMT busca, por meio da pesquisa, a articulação entre os diferentes eixos dentro de cada área de formação, de modo que seja uma ponte entre o nível médio, a graduação e a pós-graduação num contínuo, em que as práticas investigativas tornem-se a mola propulsora do conhecimento.

Neste foco, um dos compromissos do IFMT é de organizar e transmitir as orientações gerais ao corpo discente no decorrer dos cursos, proporcionando mecanismos para a permanência e o máximo de aproveitamento destes. Essa abordagem é aplicada para a melhoria contínua do processo ensino-aprendizagem, gerando confiança nos recursos humanos e na qualidade da informação, proporcionando, dessa maneira, a satisfação de todos os envolvidos no processo.

Por fim, o IFMT implementa e incentiva a participação em eventos por meio de destinação de orçamento próprio para permitir aos discentes dos cursos a organização e participação em eventos acadêmicos, científicos e culturais nacionais e internacionais, tais como congressos, simpósios, seminários e similares, considerados importantes para a integração do ensino, da pesquisa e da extensão.

12.0. POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A gestão de pessoas no IFMT relaciona-se à seleção, admissão, movimentação, avaliação, capacitação, formação continuada e atenção à saúde dos servidores, sendo de responsabilidade da Diretoria de Gestão de Pessoas, que conta com o apoio das coordenações de gestão de pessoas nos *campi*.

A gestão de pessoas desenvolve-se por meio de um conjunto de processos para planejamento, organização, direção e acompanhamento do trabalho e da atuação dos servidores.

A força de trabalho do IFMT é composta de 1.900 servidores efetivos das carreiras de magistério do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT) e de técnico administrativo em educação (TAE), distribuídos nos 19 *campi* e na Reitoria, conforme apresentado a seguir:

Figura 8 – Composição da força de trabalho do IFMT



No que se refere à Política de Capacitação do IFMT, tem-se como base o levantamento das necessidades de desenvolvimento de competências identificadas no mapa estratégico e nas necessidades específicas dos departamentos ou ainda para atender uma

demanda de adequação à legislação ou processos internos.

Para consecução desta política, o IFMT dispõe de Regulamento para Afastamento de Servidores em Atividades de Capacitação do IFMT (Rasac) que tem como objetivo definir critérios para afastamento de servidores docentes e técnico-administrativos em educação para atividade de capacitação aprovado pela Resolução CONSUP/IFMT 110/2016.

O acompanhamento e os registros das capacitações e treinamentos realizados pelo IFMT, assim como seus resultados, possibilitaram ações focadas no desenvolvimento humano organizacional das reais necessidades e gaps de competência, além de gerar indicadores organizacionais.

Esta política é aplicável a todos servidores do IFMT e na medida da necessidade, técnica e específica, em conformidade com o disposto no Decreto 5.707/2006 e com regulamento próprio.

A política de capacitação segue como princípio geral a educação continuada, tendo por objetivo preparar os servidores para o desempenho das suas atividades no IFMT, além de estimular a geração, absorção e transmissão/mediação de novos conhecimentos individuais e corporativos.

O planejamento das ações de capacitação é elaborado anualmente prevendo os gaps de desenvolvimento organizacionais, coletivos e individuais, e incentivos à participação em cursos de qualificação, capacitação e eventos, bem como incentivos à produção científica, desde que os objetivos estejam voltados ao cargo ou à área de atuação.

Este instrumento também tem por objetivo levar aos servidores a compreensão do processo de qualificação que passa por: levantamento das necessidades, projeto e planejamento, execução, avaliação, monitoramento, registro e formalização das capacitações realizadas, ou não, no IFMT de forma organizada e centralizada, no intuito de compor indicadores fidedignos de acompanhamento que suportem a análise de dados.

As capacitações anuais no IFMT podem ocorrer, na modalidade presencial ou a distância, por:

- Capacitações realizadas pelo departamento ou *in company*.
- Formação acadêmica – graduação e pós-graduação.
- Treinamentos externos.
- Participação em congressos.

- Participação em seminários.
- Qualquer outro meio.

O IFMT pensa no desenvolvimento contínuo dos seus colaboradores desde o seu ingresso, não sendo entendido nunca como um processo encerrado, e sim sempre em desenvolvimento permanente.

12.1. Programa de Formação Continuada

O Decreto 5.707/2006 institui a Política Nacional de Capacitação dos Servidores para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Sua finalidade é a melhoria da eficiência do serviço público e da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, o desenvolvimento permanente do servidor público e a adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições. Reflete o entendimento da administração de que a capacitação, além da valorização do servidor, permite a adequação do trabalho aos novos perfis profissionais requeridos no setor público e conseqüentemente a divulgação e controle de resultados.

Neste sentido, o Plano Anual de Capacitação do IFMT tem como objetivo geral favorecer a constante capacitação dos servidores, em sintonia com as demandas sociais, do trabalho desenvolvido institucionalmente e com as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional, bem como a missão e a visão do IFMT, visando à melhoria dos serviços prestados e ao crescimento pessoal dos capacitados.

Além disso, a preocupação com a capacitação no IFMT justifica-se pelo contexto de crescimento institucional, com o ingresso substancial de novos servidores, demandando que nossas bases sejam estruturadas. Nesse contexto, enfrentamos um desafio quantitativo e qualitativo em termos de capacitação. O quantitativo consiste em criar condições para que os programas de capacitação sejam efetivos e acessíveis a todos os servidores; o qualitativo refere-se à infraestrutura e aos recursos técnico-pedagógicos condizentes com a demanda.

O Plano Anual de Capacitação é elaborado sob o norteamto do PDI do IFMT, com base em levantamento de necessidades realizado junto às pró-reitorias e diretorias da Reitoria e dos *campi*, para conhecer as demandas de capacitação nas diferentes áreas.

Os recursos envolvidos para a execução deste plano são oriundos do orçamento do

IFMT em ação orçamentária específica para a capacitação de servidores, sendo que cada *campus* tem autonomia e recursos próprios para realizar cursos de acordo com suas necessidades mais particulares e específicas. No entanto, é recomendável que os servidores participem dos cursos previstos neste plano de capacitação, de acordo com a disponibilidade de vagas.

O orçamento previsto para capacitação visa também ao atendimento das demandas específicas que necessitam de capacitação em cursos fora do IFMT, nestes casos com pagamento de inscrição e/ou diárias e/ou passagens.

Além das demandas que constem neste plano, outras demandas de cursos que forem constatadas no decorrer de cada ano poderão ser atendidas a qualquer momento, desde que justificadas e que haja disponibilidade orçamentária para o atendimento de tal demanda.

Compete à Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas supervisionar a execução deste plano, diligenciando no sentido de garantir os meios necessários para a sua execução, bem como decidir sobre os casos não previstos.

Nos casos de não comparecimento ou abandono dos cursos, **salvo casos de força maior e/ou licenças amparadas pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União**, o servidor ficará impedido de participar dos eventos de capacitação nos próximos 12 meses, inclusive para obter patrocínio em cursos e eventos externos. A desistência deverá ser informada em até cinco dias antes do início do curso, e os casos fortuitos deverão ser justificados em até dez dias após o início do curso.

12.2. Incentivo à Qualificação Docente

Terá por objetivo preparar o corpo docente para o desempenho das suas atividades no IFMT, tendo como principais premissas: (i) consolidar linhas de pesquisa e fortalecer os grupos emergentes de práticas investigativas, ou seja, gerar troca de conhecimento prático e investigativo entre discentes e docentes; (ii) estimular a geração, absorção e transmissão de novos conhecimentos; (iii) desenvolver materiais didáticos, livros, roteiros, aulas, videoaulas, entre outros materiais.

Este tipo de planejamento busca atingir os mais altos níveis e padrões de qualificação esperados pelos órgãos reguladores. Desse modo, são incentivadas a qualificação docente em programa de pós-graduação *stricto sensu*, havendo previsão no PCCS de incentivos à

qualificação, além de incentivos à participação em cursos e em eventos, bem como incentivos à produção científica. A direção de ensino e as coordenações dos cursos cuidam do planejamento e desenvolvimento das ações de capacitação.

12.3. Incentivo à Qualificação do Técnico Administrativo

Terá por objetivo preparar o corpo técnico-administrativo, proporcionando condições para qualificação, inclusive stricto sensu, dos servidores, visando promover o desenvolvimento tanto de habilidades e competências quanto profissionais como cidadão, resultando em ganho de desempenho institucional.

12.4. Apoio Financeiro

Mesmo quando afastado para capacitação e ou qualificação, o servidor do IFMT mantém o salário e a remuneração. Além disso, o IFMT dispõe de orçamento destinado a pagamento de inscrição, diárias, passagens, publicações, traduções e bolsas de estudos, por meio de editais, aos seus colaboradores em cursos de capacitação de pós-graduação.

13.0. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO IFMT

As ações previstas no presente PDI deverão ser implantadas até o final da vigência do PDI institucional, previsto para o ano de 2023. Não obstante, cada ação estratégica possui seu cronograma próprio, que deverá ser cumprido o mais estritamente possível.

13.1. Planejamento da Expansão Física

Na expansão da infraestrutura física do IFMT, serão observadas as seguintes diretrizes gerais:

- a) atendimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT/NBR quanto à iluminação, à ventilação, à refrigeração, à acústica e ao mobiliário;
- b) atendimento aos requisitos de acessibilidade a pessoas portadoras de necessidades especiais;
- c) atendimento às normas de biossegurança.

Em conformidade com o Plano Diretor de Infraestrutura, no intuito de atender a demanda gerada pelos cursos no período de vigência deste PDI, o IFMT terá como objetivos:

- a) adequar e otimizar as instalações, visando atender as prioridades institucionais;
- b) implantar programas de conscientização do uso racional de espaços, equipamentos, energia, água, telefone e TICs;
- c) efetivar a comunicação e informação entre o IFMT, a comunidade acadêmica e a externa;
- d) realizar parcerias para captação de recursos por meio de projetos e convênios, integrando as áreas institucionais;
- e) manter programação do orçamento anual com base no planejamento estratégico institucional;
- f) implantar polos de apoio presencial e de ambientes profissionais vinculados aos cursos para EaD.

Entre as prioridades do PDI 2019-2023 do IFMT está a ampliação e implantação de espaço de atendimento aos discentes, em especial áreas de convivência, de acordo com a tabela a seguir.

Quadro 30 - Área de Convivência*	
<i>Campus</i>	Ano Previsto
Barra do Garças	2023
Cuiabá	2023
Diamantino	2023
Pontes e Lacerda	2023
Primavera do Leste	2023
Rondonópolis	2023
São Vicente	2023
Sinop	2023
Tangará da Serra	2023
Várzea Grande	2023

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

* Espaço destinado exclusivamente aos discentes, servindo como ponto de apoio em horários onde não há atividade letiva.

13.2. Planejamento de Abertura de Polos EaD e/ou Ambientes Profissionais como Forma de Expansão Física

O IFMT, nos termos do art. 80 da Lei 9.394/1996 e do Decreto 9.057/2017 buscará atender a Portaria Normativa 11, de 20 de junho de 2017, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017.

Assim, acerca da política de implementação de novos polos presenciais e ambientes profissionais, o IFMT seguirá o disposto na referida portaria e nos demais dispositivos legais.

Para a abertura de polos e ambientes profissionais, o IFMT atenderá ao disposto no art. 12 da Portaria Normativa 11, de 20 de junho de 2017 que estabelece: “As IES credenciadas para a oferta de cursos superiores a distância poderão criar polos EaD por ato

próprio, observando os quantitativos máximos definidos no quadro a seguir, considerados o ano civil e o resultado do Conceito Institucional mais recente [...]”.

Dessa forma, considerando que o IFMT está credenciado com conceito institucional 3 (conceito mínimo para credenciamento), pode fazer a abertura de até 50 polos por ano. Cada polo de apoio presencial ou ambiente profissional vinculado aos cursos a ser implementado pelo IFMT deverá conter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada ao atendimento integral de seus discentes.

A seguir, descreve-se os estudos realizados para a implementação dos polos de apoio presencial do IFMT.

13.2.1. Estudo para Implementação de Polos de Apoio Presencial

O IFMT, por meio do Departamento de Educação a Distância (DEaD), realiza estudo anterior à implementação de polos de apoio presencial ou ambientes profissionais vinculados aos cursos, em que, a partir de critérios objetivos, faz a seleção de cidades para implantação desses polos e ambientes, levando em consideração os seguintes aspectos:

- Seleção por meio do MEC/Sistema UAB.
- Distribuição geográfica.
- Plano Nacional de Educação.
- Aspectos regionais: população egressa do ensino médio.
- Demanda existente para a oferta de cursos superiores.
- Relação entre matriculados e evadidos.

Levando-se em conta os critérios estabelecidos acima, o estudo para a implementação de polos de apoio presencial adotará as seguintes etapas:

- Levantamento de dados IBGE/ SEPLAN.
- Definição das cidades com necessidade da atuação do IFMT.

Para o levantamento das informações, são utilizadas as seguintes fontes:

- Plataforma Sistema e-MEC.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

- Censo da Educação Superior: análise do perfil de ensino superior dos estados e regiões do Brasil.
- Sites de prefeituras municipais: Estudo da Região: economia, cultura, história, entre outros.

Destaca-se que, no estudo de implementação de polos de apoio presencial, foram definidos alguns critérios para a seleção das cidades com oportunidades de expansão desses polos, conforme segue:

- Atendimento a metas do Plano Nacional de Educação para expansão da educação superior.
- População com ensino médio completo ou superior incompleto.
- Média da população por polos EaD.

Destaca-se também que o IFMT, ao implementar um polo de apoio presencial, através da oferta de seus cursos, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da comunidade local e regional onde está inserido.

Por fim, ressalta-se que cada polo de apoio presencial tem seu projeto de implementação, contendo a justificativa, objetivos, infraestrutura do polo, entre outros.

13.3. Cronograma de Oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada

Quadro 31 - Previsão de oferta de formação inicial e continuada no período de 2019 a 2023

LOCAL DE OFERTA	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
CUIABÁ – Bela Vista	FIC	Presencial	Língua Portuguesa para Estrangeiros	40	0	0	0	0
ALTA FLORESTA	FIC	Presencial	Cuidador Infantil	35	0	35	0	35
	FIC	Presencial	Licitações e Contratos	0	0	35	0	35
	FIC	Presencial	Administração Escolar	35	0	35	0	35
	FIC	Presencial	Bovinocultura de Corte	0	35	0	0	0
	FIC	Presencial	Bovinocultura de Leite	0	35	0	0	0
	FIC	Presencial	Inseminação Artificial	0	35	0	0	0
	FIC	Presencial	Piscicultura	35	0	0	35	0
	FIC	Presencial	Ovinocultura	0	0	0	35	0
	FIC	Presencial	Apicultura	0	0	0	0	35
	FIC	Presencial	Compostagem	0	0	0	35	0
	FIC	Presencial	Marketing Pessoal	35	0	0	0	0
	FIC	Presencial	Gestão de Finanças Pessoais	0	0	0	35	0
CONFRESA	FIC	Presencial	Agricultura e Pecuária de Base Agroecológica	40	40	0	0	0
	FIC	Presencial	Piscicultura	40	0	0	0	0
	FIC	Presencial	Turismo	0	40	40	40	0
	FIC	Presencial	Panificação	0	0	25	25	0

LOCAL DE OFERTA	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
	FIC	Presencial	Atendimento ao Público	0	0	40	0	0
VÁRZEA GRANDE	FIC	Presencial	Inglês - Módulo I	50	50	50	50	50
	FIC	Presencial	Inglês – Módulo II	50	50	50	50	50
	FIC	Presencial	Espanhol – Módulo I	50	50	50	50	50
	FIC	Presencial	Espanhol – Módulo II	50	50	50	50	50
	FIC	Presencial	Economia Doméstica	80	80	80	80	80
LUCAS DO RIO VERDE	FIC	Presencial	Inglês Básico	20	20	20	20	20
	FIC	Presencial	Inglês Intermediário	20	20	20	20	20
	FIC	Presencial	Espanhol Básico	20	20	20	20	20
	FIC	Presencial	Boas Práticas de Fabricação em Indústrias de Alimentos	0	20	20	20	20
	FIC	Presencial	Auxiliar de Laboratório de Análises Químicas	0	20	20	20	20
TANGARÁ DA SERRA	FIC	Presencial	Fotógrafo	25	0	0	0	0
	FIC	Presencial	Operador de Computador	25	0	0	0	0
	FIC	Presencial	Agente de Desenvolvimento Cooperativista	25	0	0	0	0
GUARANTÃ DO NORTE	FIC	Presencial	Língua Brasileira de Sinais – Libras Básico	40	40	40	40	40
CAMPO NOVO DO PARECIS	FIC	Presencial	Auxiliar em Agronegócios (Sapezal)	30	30	30	30	30
	FiC	Presencial	Formação Pedagógica	30	30	30	30	30

LOCAL DE OFERTA	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
	FIC	Presencial	Formação de Professor – Matemática para Séries Iniciais	30	30	30	30	30
	FIC	Presencial	FIC - Operador de Processamento de Frutas e Hortaliças	30	30	30	30	30
	FIC	Presencial	Educação Inclusiva	30	30	30	30	30
	FIC	Presencial	Inglês Básico 1	15	15	15	15	15
	FIC	Presencial	Inglês Básico 2	15	15	15	15	15
	FIC	Presencial	Espanhol Básico 1	15	15	15	15	15
	FIC	Presencial	Espanhol Básico 2	15	15	15	15	15
	FIC	Presencial	Italiano Básico 1	15	15	15	15	15
	FIC	Presencial	Italiano Básico 2	15	15	15	15	15
	FIC	Presencial	Redação	15	15	15	15	15
	FIC	Presencial	Alta Performance Pessoal e Profissional	30	30	30	30	30
SINOP	FIC	Presencial	Língua Brasileira de Sinais – Libras Básico	35	0	0	0	0
	FIC	Presencial	Metodologia Científica	0	35	0	0	0
	FIC	Presencial	Abordagem Integrada das Questões do Enem	70	70	70	70	70
	FIC	Presencial	Processo Administrativo Disciplinar	35	0	35	0	0
	FIC	Presencial	Processamento de Alimentos	0	0	35	0	0
	FIC	Presencial	Ética no Serviço Público	0	35	0	35	0



LOCAL DE OFERTA	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
DIAMANTINO	FIC	Presencial	Administração de Pequenas Propriedades Rurais – Associativismo/Cooperativismo	0	35	0	0	0
	FIC	Presencial	Auxiliar Administração Rural	0	0	35	0	0
	FIC	Presencial	Operador de Computador	35	0	0	0	0
Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional			Total de vagas por ano	1175	1065	1090	1015	915

13.4 Cronograma de Oferta de Cursos Técnicos

Quadro 32 - Previsão de oferta de cursos técnicos no período de 2019 a 2023									
LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
CUIABÁ – Bela Vista	Técnico	Integrado	Presencial	Química	70	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Meio Ambiente	70	70	70	70	70
		Subsequente	Presencial	Química	25	0	35	35	35
		Subsequente	Presencial	Alimentos	25	0	0	0	0
		Subsequente	Presencial	Cozinha	35	70	70	70	70
ALTA FLORESTA	Técnico	Integrado	Presencial	Administração	70	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Agropecuária	105	105	105	105	105
		Subsequente	Presencial	Agroindústria	0	0	35	70	70
BARRA DO GARÇAS	Técnico	Integrado	Presencial	Informática	35	35	35	35	35
		Subsequente	Presencial	Manutenção e Suporte em Informática	35	0	0	0	0
		Integrado	Presencial	Administração	35	35	35	35	35
		Integrado	Presencial	Comércio	35	0	0	0	0
		Integrado	Presencial	Secretariado	35	0	0	0	0
		Integrado	Presencial	Controle Ambiental	35	35	0	0	0
		Integrado	Presencial	Agropecuária	0	0	35	35	35
		Integrado	Presencial	Alimentos	35	35	0	0	0

LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
CONFRESA	Técnico	PROEJA	Presencial	Comércio	120	80	40	0	0
		Integrado	Presencial	Agroindústria	80	80	80	80	80
		Integrado	Presencial	Agropecuária	80	80	80	80	80
		Subsequente	Presencial	Controle Ambiental	40	0	0	0	0
		PROEJA	Presencial	Administração	0	40	40	40	40
		Subsequente	Presencial	Zootecnia	0	40	40	40	40
SORRISO	Técnico	Integrado	Presencial	Alimentos	70	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Agropecuária	70	70	70	70	70
		PROEJA	Presencial	Meio Ambiente	0	0	0	40	40
		Subsequente	Presencial	Agroindústria	0	0	40	40	40
VÁRZEA GRANDE	Técnico	Integrado	Presencial	Desenho de Construção Civil	60	60	60	60	60
		Integrado	Presencial	Edificações	60	60	60	60	60
		Integrado	Presencial	Logística	60	60	60	60	60
		Concomitante	EaD	Administração	0	60	60	60	60
LUCAS DO RIO VERDE	Técnico	Integrado	Presencial	Biotecnologia	70	70	70	35	35
		Integrado	Presencial	Biocombustíveis	0	0	0	35	35
		Concomitante	Presencial	Análises Químicas	0	0	0	35	35

LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
CUIABÁ – Cel. Octayde Jorge da Silva	Técnico	Integrado	Presencial	Agrimensura	50	50	50	50	50
		Subsequente	Presencial	Agrimensura	50	50	50	50	50
		Integrado	Presencial	Edificações	50	50	50	50	50
		Subsequente	Presencial	Edificações	50	50	50	50	50
		Integrado	Presencial	Eletroeletrônica	90	0	0	0	0
		Subsequente	Presencial	Eletrônica	50	50	50	50	50
		Subsequente	Presencial	Eletrotécnica	50	50	50	50	50
		Integrado	Presencial	Eletrônica	0	60	60	60	60
		Integrado	Presencial	Eletrotécnica	0	60	60	60	60
		Integrado	Presencial	Eventos	70	60	60	60	60
		Integrado	Presencial	Informática	70	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Secretariado	70	60	60	60	60
JUÍNA	Técnico	Subsequente	Presencial	Agropecuária	0	35	70	105	105
		Integrado	Presencial	Agropecuária	105	105	105	105	105
		Integrado	Presencial	Administração	0	35	70	105	105
		Integrado	Presencial	Comércio	35	0	0	0	0
		Integrado	Presencial	Meio Ambiente	70	70	70	70	70

LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
PRIMAVERA DO LESTE	Técnico	Integrado	Presencial	Eletrotécnica	35	35	35	35	35
		Integrado	Presencial	Eletrotécnica	35	35	35	35	35
		Integrado	Presencial	Logística	35	35	35	35	35
		Integrado	Presencial	Logística	35	35	35	35	35
		Integrado	Presencial	Eletromecânica	35	0	0	0	0
		Integrado	Presencial	Eletromecânica	35	35	35	35	35
		Integrado	Presencial	Informática	35	35	35	35	35
		PROEJA/Concomitante	Presencial	Logística	0	35	35	35	35
		Subsequente	Presencial	Eletrotécnica	0	35	0	35	0
		Subsequente	Presencial	Eletromecânica	35	0	0	0	0
		Subsequente	Presencial	Manutenção de Aeronaves em Célula	0	35	35	35	35
TANGARÁ DA SERRA	Técnico	Subsequente	Presencial	Manutenção e Suporte em Informática	70	70	70	70	70
		Subsequente	Presencial	Recursos Humanos	70	70	70	70	70
SÃO VICENTE	Técnico	Integrado	Presencial	Agropecuária	180	180	150	150	150
		Integrado	Presencial	Meio Ambiente	35	35	35	35	35
		Subsequente	Presencial	Ludoteca	0	35	35	0	0
		Subsequente	Presencial	Agropecuária	0	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Informática para Internet	0	0	40	40	40
		Subsequente	EaD	Informática para Internet	0	40	40	40	40

LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
RONDONÓPOLIS	Técnico	Integrado	Presencial	Administração	0	35	70	35	35
		Integrado	Presencial	Alimentos	35	70	35	35	35
		Integrado	Presencial	Informática	35	35	35	35	70
		Integrado	Presencial	Química	35	35	35	70	35
		Integrado	Presencial	Secretariado	35	35	35	0	0
		Subsequente	Presencial	Química	35	35	35	35	35
		PROEJA	Presencial	Administração	35	35	35	35	35
GUARANTÃ DO NORTE	Técnico	Integrado	Presencial	Agropecuária	70	70	70	70	70
CAMPO NOVO DO PARECIS	Técnico	Integrado	Presencial	Agropecuária	105	105	105	105	105
		Integrado	Presencial	Manutenção e Suporte em Informática	35	35	35	35	35
		PROEJA	Presencial	Administração	40	40	40	40	40
		Subsequente	Presencial	Agropecuária	40	40	40	40	40
SINOP	Técnico	Subsequente	Presencial	Administração	35	70	70	70	70
		Subsequente	Presencial	Agronegócio	0	35	70	70	70
		Subsequente	Presencial	Comércio	70	0	0	0	0
		Subsequente	Presencial	Recursos Humanos	70	35	0	0	0
		Subsequente	Presencial	Eletromecânica	70	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Eletromecânica	105	105	105	105	105
		Integrado	Presencial	Automação Industrial	105	105	105	105	105

LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
DIAMANTINO	Técnico	Integrado	Presencial	Administração	35	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Agricultura	35	70	70	70	70
		PROEJA	Presencial	Recursos Humanos	0	0	30	30	30
CÁCERES	Técnico	Integrado	Presencial	Informática	70	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Agropecuária	105	105	105	105	105
		Integrado	Presencial	Florestas	0	0	35	35	35
		Subsequente	Presencial	Agropecuária	80	80	80	80	80
		PROEJA	Presencial	Cozinha	40	40	0	0	0
PONTES E LACERDA	Técnico	Integrado	Presencial	Informática	70	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Controle Ambiental	70	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Administração	70	70	70	70	70
		PROEJA	Presencial	Comércio	35	0	0	35	0
		Subsequente	Presencial	Química	0	40	0	40	0
Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional				Total de vagas por ano	4365	4640	4705	4885	4775

13.5 Cronograma de Oferta de Cursos de Graduação

Quadro 33 - Previsão de oferta de vagas de cursos de graduação no período de 2019 a 2023

LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
CUIABÁ – Bela Vista	Bacharelado	Presencial	Engenharia de Alimentos	70	70	70	70	70
	Tecnologia	Presencial	Gestão Ambiental	70	70	70	70	70
	Tecnologia	Presencial	Química Industrial	35	70	70	70	70
	Bacharelado	Presencial	Farmácia	0	0	70	70	70
	Licenciatura	EaD	Química	300	300	300	300	300
	Licenciatura	EaD	Matemática	300	300	300	300	300
ALTA FLORESTA	Tecnologia	Presencial	Gestão de Recursos Humanos	35	35	35	35	35
	Bacharelado	Presencial	Administração	35	35	35	35	35
	Bacharelado	Presencial	Zootecnia	35	35	35	35	35
	Licenciatura	Presencial	Ciências da Natureza com Habilitação em Física ou Química ou Matemática	0	0	70	70	70
BARRA DO GARÇAS	Tecnologia	Presencial	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	0	40	40	40	40
	Tecnologia	Presencial	Gestão Pública	40	40	40	40	40
	Tecnologia	Presencial	Secretariado	0	40	40	40	40
CONFRESA	Licenciatura	Presencial	Ciências da Natureza com Habilitação em Química	20	20	20	20	20
	Licenciatura	Presencial	Biologia	20	20	20	20	20
	Licenciatura	Presencial	Física	20	20	20	20	20
	Bacharelado	Presencial	Agronomia	40	40	40	40	40

LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
	Licenciatura	Presencial	Matemática	0	20	20	20	20
SORRISO	Bacharelado	Presencial	Engenharia Agrônômica	35	35	35	35	35
	Bacharelado	Presencial	Engenharia de Alimentos	0	0	35	35	35
	Licenciatura	Presencial	Ciências da Natureza – Química	0	25	25	25	25
	Licenciatura	Presencial	Ciências da Natureza – Física	0	25	25	25	25
	Tecnologia	Presencial	Gestão Ambiental	35	35	35	35	35
	Tecnologia	Presencial	Produção de Grãos	35	35	35	35	35
VÁRZEA GRANDE	Tecnologia	Presencial	Gestão Pública	60	60	60	60	60
	Tecnologia	Presencial	Construção de Edifícios	0	60	60	60	60
LUCAS DO RIO VERDE	Bacharelado	Presencial	Biotecnologia	35	35	35	35	35
CUIABÁ – Cel. Octayde Jorge da Silva	Bacharelado	Presencial	Engenharia de Computação	65	60	60	60	60
	Bacharelado	Presencial	Engenharia de Controle e Automação	70	70	70	70	70
	Bacharelado	Presencial	Engenharia Elétrica	35	70	70	70	70
	Bacharelado	Presencial	Secretariado Executivo	70	70	70	70	70
	Bacharelado	Presencial	Turismo	80	80	80	80	80
	Licenciatura	Presencial	Educação Física	40	40	40	40	40
	Licenciatura	EaD	Pedagogia **	300	300	300	300	300

LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
	Licenciatura	EaD	Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados**	200	200	200	200	200
	Tecnologia	Presencial	Automação Industrial	35	35*	35*	35*	35*
	Tecnologia	Presencial	Controle de Obras	50	50	50	50	50
	Tecnologia	Presencial	Construção de Edifícios	50	50	50	50	50
	Tecnologia	Presencial	Geoprocessamento	50	50	50	50	50
	Tecnologia	Presencial	Redes de Computadores	50	50	50	50	50
	Tecnologia	EaD	Segurança Pública	400*	400*	400*	400*	400*
	Tecnologia	Presencial	Sistemas para Internet	61*	61*	61*	61*	61*
	Tecnologia	EaD	Sistemas para Internet**	500	500	500	500	500
JUÍNA	Bacharelado	Presencial	Agronomia	0	0	35	70	70
	Bacharelado	Presencial	Administração	35	35	35	35	35
	Licenciatura	Presencial	Ciências Biológicas	35	35	35	35	35
	Licenciatura	Presencial	Matemática	35	35	35	35	35
PRIMAVERA DO LESTE	Licenciatura	Presencial	Química	40	40	40	40	40
	Bacharelado	Presencial	Engenharia de Controle e Automação	40	40	40	40	40
	Licenciatura	Presencial	Matemática	0	0	0	0	40
	Tecnologia	Presencial	CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	40	40	40	40

LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
TANGARÁ DA SERRA	Tecnologia	Presencial	Gestão de Recursos Humanos	35	35	35	35	35
SÃO VICENTE	Tecnologia	Presencial	Análise e Desenvolvimento de Sistema	35	35	35	35	35
	Bacharelado	Presencial	Agronomia	35	35	35	35	35
	Bacharelado	Presencial	Agronomia	35	35	35	35	35
	Bacharelado	Presencial	Zootecnia	35	35	35	35	35
	Licenciatura	Presencial	Ciências da Natureza – Biologia	35	35	35	35	35
	Licenciatura	Presencial	Pedagogia – Segunda Licenciatura	0	0	35	35	35
RONDONÓPOLIS	Tecnologia	Presencial	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	40	40	40	40
	Licenciatura	Presencial	Ciências da Natureza	80	80	80	80	80
GUARANTÃ DO NORTE	Bacharelado	Presencial	Zootecnia	35	35	35	35	35
	Licenciatura	Presencial	Ciências da Natureza com Habilitação em Biologia	35	35	35	35	35
	Tecnologia	Presencial	Agroindústria	35	35	35	35	35
CAMPO NOVO DO PARECIS	Bacharelado	Presencial	Agronomia	35	35	35	35	35
	Licenciatura	Presencial	Matemática	35	35	35	35	35
	Tecnologia	Presencial	Processos Gerenciais	35	35	35	35	35
	Tecnologia	Presencial	Agroindústria	35	35	35	35	35
DIAMANTINO	Licenciatura	Presencial	Ciências Biológicas	40	40	40	40	40
	Tecnologia	Presencial	Agronegócio	0	0	35	35	35

LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
CÁCERES	Bacharelado	Presencial	Engenharia Florestal	40	40	40	40	40
	Licenciatura	Presencial	Química	40	40	40	40	40
	Tecnologia	Presencial	Biocombustíveis	40	40*	40*	40*	40*
PONTES E LACERDA	Bacharelado	Presencial	Administração	0	35	35	35	35
	Licenciatura	Presencial	Física	35	35	35	35	35
	Tecnologia	Presencial	Redes de Computadores	35	35	35	35	35
	Tecnologia	Presencial	Comércio Exterior	35	35*	35*	35*	35*
	Tecnologia	Presencial	Eletrotécnica Industrial	35	35	35	35	35
Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional			Total de vagas por ano	3915	4115	4395	4430	4470

Observação:

Os quantitativos de vagas ofertadas nos cursos de graduação encontram-se de acordo com o ato legal de autorização do curso.

* A previsão de cursos a serem extintos, deverão seguir o disposto no art. 94 da Portaria Normativa MEC 23, de 21 de dezembro de 2017.

**Cursos que têm o total de vagas ofertadas definidas segundo “Chamada para articulação de cursos superiores na modalidade EaD no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB”.

13.6 Cronograma de Oferta de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

Quadro 34 - Previsão de oferta de cursos lato sensu no período de 2019 a 2023

LOCAL DA OFERTA	TIPO DO CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
CUIABÁ – Bela Vista	Especialização	Presencial	Inovação e Empreendedorismo em Negócios Sustentáveis	35	0	0	0	0
	Especialização	Presencial	Na Área de Ciências Humanas, Biológicas, Químicas e Alimentos	35	35	35	35	35
ALTA FLORESTA	Especialização	Presencial	Gestão Pública	0	35	35	0	35
	Especialização	Presencial	Sustentabilidade e Meio Ambiente	0	0	35	35	0
	Especialização	Presencial	Agroecologia e Sistemas Integrados	0	35	35	0	0
	Especialização	Presencial	Gestão Organizacional	0	0	0	35	35
	Especialização	Presencial	Formação Pedagógica	0	0	0	0	35
BARRA DO GARÇAS	Especialização	Presencial	Gestão Pública	0	35	0	35	0
	Especialização	Presencial	Agroecologia	30	0	35	0	35
	Especialização	Presencial	Tecnologias para Educação	0	35	0	35	0
CONFRESA	Especialização	Presencial	Educação do Campo	40	40	0	40	40
	Especialização	Presencial	Ensino de Ciências	40	0	40	40	0
	Especialização	Presencial	Solos e Nutrição de Plantas	0	40	40	40	40
SORRISO	Especialização	Presencial	Docência do Ensino Superior	50	50	50	50	50
	Especialização	Presencial	Educação Ambiental	50	50	0	0	0
	Especialização	Presencial	Ensino de Ciências	0	0	35	35	35
	Especialização	Presencial	Ciências Agrárias	0	0	35	35	35

LOCAL DA OFERTA	TIPO DO CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
VÁRZEA GRANDE	Especialização	Presencial	Desenvolvimento Urbano	50	50	50	50	50
	Especialização	Presencial	Ensino da Matemática	60	60	60	60	60
LUCAS DO RIO VERDE	Especialização	Presencial	Biotecnologia Aplicada ao Melhoramento Genético	0	0	30	30	30
CUIABÁ – Cel. Octayde Jorge da Silva	Especialização	EaD	Redes de Computadores e Computação Distribuída**	50	50	50	50	50
	Especialização	EaD	Design Instrucional de Cursos a Distância**	30	30	30	30	30
JUÍNA	Especialização	Presencial	Ensino de Ciências da Natureza e Matemática	35	35	35	35	35
PRIMAVERA DO LESTE	Especialização	Presencial	Metodologias da Educação e Formação Docente	30	30	30	30	30
SÃO VICENTE	Especialização	Presencial	Ensino de Ciências da Natureza	40	0	0	0	0
	Especialização	Presencial	Docência em Ensino Superior	0	0	0	40	40
	Especialização	EaD	Ensino de Ciências da Natureza**	0	80	80	80	80
RONDONÓPOLIS	Especialização	Presencial	Ensino de Ciências e Matemática	0	35	35	35	35
CAMPO NOVO DO PARECIS	Especialização	Presencial	Educação	0	30	30	30	30
	Especialização	Presencial	Gestão em Agronegócio	0	30	30	30	30
SINOP	Especialização	Presencial	História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena em Sala de Aula	35	35	0	0	0
CÁCERES	Especialização	Presencial	Área de Florestas	0	40	0	0	0
	Especialização	Presencial	Área de Educação	0	0	40	0	0
	Especialização	Presencial	Área de Zootecnia	0	0	0	40	0
Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional			Total de vagas por ano	610	860	875	955	875

Observação:

Os quantitativos de vagas ofertadas nos cursos de pós-graduação encontram-se de acordo com o ato legal de autorização do curso.

**Cursos que têm o total de vagas ofertadas definidas segundo “Chamada para articulação de cursos superiores na modalidade EaD no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB”.

13.7 Cronograma de Oferta de Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu

Quadro 35 - Previsão de oferta de cursos stricto sensu no período de 2019 a 2023								
LOCAL DA OFERTA	TIPO DO CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
CUIABÁ – Bela Vista	Mestrado	Presencial	Ciência e Tecnologia de Alimentos	10	10	10	10	10
	Mestrado	Presencial	Mestrado Profissional em Química Tecnológica e Ambiental	10	10	10	10	10
	Doutorado	Presencial	Ciência e Tecnologia de Alimentos	0	0	0	0	10
CONFRESA	Mestrado	Presencial	Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologias no Campo	0	0	14	14	14
VÁRZEA GRANDE	Mestrado	Presencial	Desenvolvimento Urbano	0	0	0	20	20
	Mestrado	Presencial	Ensino	0	0	0	0	20
LUCAS DO RIO VERDE	Mestrado	Presencial	Mestrado Profissional em Biotecnologia Agroindustrial	0	0	0	0	30
CUIABÁ – Cel. Octayde Jorge da Silva	Mestrado	Presencial	Ensino	15	15	15	15	15
	Mestrado	Presencial	ProfEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica	20	20	20	20	20
CAMPO NOVO DO PARECIS	Mestrado	Presencial	Mestrado Profissional em Solos e Proteção de Plantas	0	0	20	20	20
Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional			Total de vagas por ano	55	55	89	109	169

14.0. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO IFMT

As diretrizes pedagógicas do IFMT têm, nos princípios e nos compromissos assumidos, sua fonte permanente de inspiração e atualização e, no processo de produção de conhecimento por meio das atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, a garantia da qualidade do seu projeto educacional.

Assim, o processo pedagógico do IFMT é e será sempre amplamente discutido pelos órgãos competentes, em especial pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), colegiado e coordenação de cada um dos cursos (técnico de nível médio, graduação e pós-graduação), nas modalidades presencial e a distância, de modo que as ações sejam estruturadas a partir do resultado dessas discussões, garantindo a articulação entre as modalidades presencial e a distância.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada um dos cursos realizará constantes estudos sobre o currículo sugerido e implementado, buscando sua constante atualização e a articulação entre as modalidades presencial e a distância, a partir das demandas sociais e educacionais que se apresentam, sempre respaldadas pela legislação e pelas orientações dos colegiados dos cursos.

A coordenação de cada curso (técnico de nível médio, graduação e pós-graduação), nas modalidades presencial e a distância, assumirá a função executiva do projeto pedagógico e do currículo proposto, concebendo que o currículo é dinâmico e deve atender as necessidades e os objetivos propostos.

A avaliação dos currículos propostos é conjunta e constante, realizada pelos docentes e discentes, por meio da avaliação institucional, e ainda de forma mais sistemática, pela coordenação do curso, pelo NDE e pelos colegiados correlatos, tendo como um dos focos a articulação entre as modalidades presencial e a distância.

Quanto ao planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho docente e tutorial, será realizado pontualmente pela coordenação e, posteriormente, pelo colegiado do curso e NDE. O processo de planejamento acontece a partir de um Plano Individual de Trabalho (PIT) elaborado a cada semestre pelos docentes e tutores, no qual a carga horária docente individual é dividida entre as atividades a serem executadas pelo docente.

O PIT, depois de acordado e aprovado, será entregue ao Departamento de Ensino dos *campi*, para ciência e acompanhamento, e devidamente publicado na página do IFMT. No decorrer do semestre, o PIT servirá como instrumento de acompanhamento e avaliação, não apenas do cumprimento da carga horária proposta, mas da efetividade das ações realizadas.

Além disso, o próprio sistema pedagógico fornecerá dados importantes para a avaliação quantitativa e qualitativa do trabalho do docente/tutor, apresentados na forma de relatórios, e servirá de base para análise das coordenações de curso.

No IFMT, o trabalho de tutoria a distância será realizado por docentes do quadro efetivo, aplicando-se as mesmas regras.

Os tutores presenciais, embora sejam contratados sob o requisito mínimo de possuírem curso superior e prestar assistência local aos estudantes, também realizarão trabalhos de natureza acadêmico-administrativa nos polos e ambientes profissionais.

As diretrizes curriculares para o ensino, no IFMT, constituem-se em orientações para a elaboração de currículos de forma a se ter um **núcleo de referência**, que deverá articular os conhecimentos específicos do curso com aqueles de áreas afins de saber. Não caberá às diretrizes especificar disciplinas ou matérias, mas garantir a organização do saber em unidades temáticas de conteúdos abrangentes. Isso pressupõe o entendimento do currículo no seu sentido amplo, podendo ser considerado como o conjunto de atividades acadêmicas previstas pelo IFMT para a integralização de um curso.

A aprovação de tais diretrizes representa importante momento de estabelecimento de uma nova visão para o processo educativo, flexível, com o compromisso de evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos; uma sólida formação geral, como requisito da formação em nível de graduação; o estímulo à autonomia profissional e intelectual do estudante; o fortalecimento da articulação entre teoria e prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva; um processo sistemático e adequado de avaliação de todas as atividades que compõem o currículo e que devem representar aprendizagem.

Diante disso, a construção dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), no IFMT, tanto para os cursos, é fruto de uma ação intencional definida de forma coletiva pela gestão, pelos docentes, pelo colegiado e Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada um dos cursos ofertados.

14.1. Perfil dos Cursos

Conforme registrado na Plataforma Nilo Peçanha (2018), o IFMT ofertou no último ano:

- 128 cursos técnicos presenciais;
- 47 cursos técnicos a distância;
- 62 cursos de graduação presenciais;
- 4 cursos de graduação a distância;

- 6 cursos de pós-graduação lato sensu presenciais;
- 6 cursos de pós-graduação lato sensu a distância;
- 2 cursos pós-graduação stricto sensu presenciais.

Em 2017, o IFMT alcançou a marca de 31.142 estudantes matriculados, divididos entre os períodos diurno e noturno.

Os cursos, tanto na modalidade EaD quanto os na modalidade presencial, ofertados pelo IFMT, são estruturados nos quatro pilares da educação: saber aprender, fazer, conviver e ser, garantindo a articulação entre as modalidades presencial e a distância. Dessa forma, os cursos são compostos por um conjunto de componentes curriculares que seguem as diretrizes curriculares nacionais e de formação complementar, necessárias para as respectivas áreas do saber, destinadas à obtenção de graus acadêmicos que assegurem condições para o exercício de atividades profissionais.

Os cursos buscam a formação de profissionais com uma visão crítica da realidade e que sejam comprometidos com a inclusão, o respeito à diversidade cultural e o cuidado socioambiental, visando à ação transformadora da sociedade. A qualidade do processo de ensino-aprendizagem se concretiza por meio de ação integrada entre teoria e prática, por meio dos workshops; da qualificação do corpo docente; dos estágios, como meio eficaz de confronto e interação com o contexto; da pesquisa bibliográfica, como meio de aprendizagem; da incorporação das tecnologias de informação e comunicação no processo de formação profissional; e de outros, de natureza acadêmico-pedagógica.

Os cursos propostos pelo IFMT se enquadram em uma das seguintes modalidades:

- técnicos de nível médio;
- licenciatura;
- bacharelado;
- tecnológico;
- extensão;
- pós-graduação lato sensu;
- pós-graduação stricto sensu.

Destaca-se também que os Projetos Pedagógicos de Curso – atenderão às diretrizes curriculares nacionais e contribuirão para a articulação entre as modalidades para implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), possuindo forte aderência à missão e à visão institucional, estando coerentes com o princípio da flexibilidade.

Sendo assim, busca-se, a formação integral de profissionais de excelência, nas dimensões técnico-científica e humana, contemplando, durante o percurso dos estudantes – diretamente ou de modo transversal –, atividades sobre empreendedorismo, desenvolvimento social, incentivo a processos de inclusão, respeito aos direitos humanos e à diversidade, preservação do meio ambiente, entre outras, pautadas na autonomia discente, buscando-se, com isso, o desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e autonomia do estudante em seu processo de formação.

14.2. Unidades para Oferta de Cursos Presenciais e EaD

O IFMT está credenciado para oferta de cursos nas modalidades presencial e a distância, tendo sua sede localizada à Avenida Sen. Filinto Müller, 953, bairro Duque de Caxias – CEP: 78043-400.

O Instituto pretende implantar sua rede de polos de apoio presencial, distribuídos nas 14 regiões econômicas de Mato Grosso, nos cinco anos da vigência deste PDI.

Destaca-se também que o IFMT, ao implementar um polo de apoio presencial, através da oferta de seus cursos, tem e sempre terá como objetivo contribuir para o desenvolvimento da comunidade local e regional onde está inserido. Cada polo terá seu projeto de implementação, contendo a justificativa, objetivos, infraestrutura do polo, entre outros.

Atualmente, a Instituição atua com polos de apoio presencial no estado de Mato Grosso, nos seguintes municípios: Água Boa, Alto Araguaia, Arenápolis, Aripuanã, Barra do Bugres, Canarana, Cáceres, Campo Verde, Colíder, Comodoro, Cuiabá, Diamantino, Guarantã do Norte, Jauru, Juara, Juína, Lucas do Rio Verde, Nova Xavantina, Pedra Preta, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Ribeirão Cascalheira, São Félix do Araguaia, Sapezal e Sorriso.

14.3. Incorporação de Recursos Tecnológicos

A descoberta de novas formas de ensinar e aprender por meio da informática é um desafio extremamente motivador, que implica e demanda trabalhos de investigação voltados para a produção de meios e materiais que possibilitem também a teorização a respeito de sua aplicação em relações mediadas por essa tecnologia.

O uso de tecnologias avançadas pela sociedade tem exigido das instituições educacionais uma revisão de seus conceitos, métodos e recursos didáticos utilizados. No ensino presencial, os avanços tecnológicos apresentam-se por meio do uso das novas

tecnologias, de forma a dinamizar o processo de ensino e aprendizagem. Laboratórios virtuais e mesmo laboratórios físicos propiciam formas diferenciadas de aprender e ensinar.

Quando se fala em tecnologia educacional, faz-se uma associação com atividades que envolvam computadores e softwares, ou seja, com a informática, auxiliando o processo de ensino-aprendizagem em ambientes virtuais de aprendizagem. Portanto, uma das importantes características da educação a distância do IFMT é o uso da tecnologia, que permite uma maior flexibilidade na apresentação do conteúdo programático, garantindo acesso ao conhecimento e interação diante deste processo.

O Instituto utiliza tecnologia apropriada para teleconferência (webconferência), internet e material de apoio. A geração do sistema EaD – IFMT é caracterizada pelo uso de instalações e equipamentos como internet, vídeos e softwares específicos para ensino.

Para as gravações das videoaulas, o IFMT contará com estúdio, onde os docentes poderão gravar ou mesmo ministrar as videoaulas. O estúdio é composto por câmeras, computadores e todos os equipamentos de apoio necessários para gerar vídeos de excelente qualidade.

As videoaulas, que serão disponibilizadas diretamente aos estudantes e aos polos de apoio presencial por meio do ambiente virtual de aprendizagem, podem ser assistidas através de computadores, tablets, smartphones.

O ambiente virtual de aprendizagem do IFMT – atualmente utilizando a plataforma *Moodle* – constitui-se como o espaço que viabiliza comunicação multidirecional, a qual permite interações individuais e coletivas entre todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. O ambiente virtual de aprendizagem pode ser considerado, segundo alguns autores, como sendo um “dispositivo” que possibilita a comunicação e a mediação de saberes, de formação midiaticizada.

Diante dessa perspectiva, o ambiente virtual de aprendizagem é um meio tecnológico, disponível na internet, que reúne os recursos e ferramentas necessários para acessar os conteúdos dos cursos, permitindo a interação dos estudantes com os docentes e tutores a distância e dos estudantes entre si, para que a aprendizagem seja mais efetiva e significativa.

Apesar de docentes/tutores e acadêmicos estarem geograficamente distantes, o ambiente virtual de aprendizagem possibilita a ação de compartilhar ideias e interesses, pois, por meio dele, podem ser acessados os conteúdos das disciplinas a serem estudadas e realizadas atividades propostas pelos docentes, pode-se interagir com os docentes titulares, docentes auxiliares e tutores a distância, pode ser acompanhada a trajetória da unidade

curricular por meio dos relatórios oferecidos pelo sistema e obter informações sobre o andamento do curso, assim como é possível realizar o acompanhamento do calendário de aulas, calendário de avaliação, plano de estudos e interagir com os participantes da plataforma através das ferramentas interativas: fóruns, tutorias EaD.

15.0 PERFIL DO CORPO DOCENTE E DE TUTORES EaD

O corpo docente e tutorial do IFMT será constituído por docentes/tutores EaD, devidamente contratados pela Instituição e que atuarão em caráter permanente ou temporário, de acordo com as leis trabalhistas.

O IFMT busca a contratação de profissionais com titulação de especialistas, mestres, doutores, desenvolvendo política de manutenção de profissionais que demonstrem comprometimento com as políticas educacionais do Instituto. Esse tipo de preocupação representa prioridade a ser atendida, face às exigências legais a respeito, sendo permanente o acompanhamento da porcentagem de mestres e doutores determinados pela legislação em vigor. Contudo, são levados em consideração também a experiência profissional e o comprometimento com a educação e a Instituição.

É imperativo o acompanhamento do profissionalismo do docente/tutor, de seu desempenho acadêmico, do emprego de técnicas e dinâmicas metodológicas interativas com os estudantes. Nesse sentido, a titulação, a dedicação, a seriedade, a qualificação permanente, o interesse no desenvolvimento de projetos acadêmicos e sociais, o desempenho nas avaliações do corpo docente são elementos que contam para a avaliação do docente em seu desempenho acadêmico.

Entende-se que um bom corpo docente e tutorial não significa necessariamente um conjunto de docentes/tutores de elevada titulação acadêmica. O IFMT busca para composição desta equipe o equilíbrio em sua formação, pela representação de docentes/tutores entre teóricos, profissionais de reconhecida competência, que possam mediar/transmitir seus conhecimentos e experiências práticas. Um corpo docente eclético reunirá profissional competente, titulado e pesquisador. Este será o perfil dos profissionais que o IFMT terá como coordenadores, docentes e tutores EaD.

15.1. Titulação do Corpo Docente e de Tutores EaD

O corpo docente e de tutores EaD do IFMT será responsável por:

- elaborar, produzir e analisar os conteúdos dos componentes curriculares dos cursos, fazendo a abordagem de sua relevância para a atuação profissional e acadêmica dos discentes;

- interagir com os estudantes, através do ambiente virtual de aprendizagem, atuando nos fóruns, tutoria EaD, na avaliação discursiva, fomentando nesses espaços o raciocínio crítico dos estudantes com base em literatura atualizada;
- proporcionar o acesso ao conteúdo de pesquisa nas atividades propostas (avaliação discursiva, fórum, workshop, tutoria);
- preparar o material didático (videoaulas, livros, slides e materiais complementares), fazendo a relação dos conteúdos aos objetivos propostos das disciplinas e ao perfil do egresso;
- incentivar a produção de artigos para as revistas do IFMT, bem como para publicação em revistas, seminários, congressos, eventos externos, entre outros.

Devido à importância da atuação do corpo docente e de tutores EaD para a aprendizagem e produção dos discentes, a Instituição considera a titulação um fator de grande relevância, por isso busca manter o padrão de qualidade no que se refere ao Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD). Dessa forma, o IFMT, ao longo deste PDI, buscará manter o quadro de corpo docente e de tutores EaD com as seguintes titulações:

Tabela 2 – Índice de Qualificação do Corpo Docente	
Titulação	% de Docentes e Tutores EaD
Especialista	40%
Mestre	30%
Doutor	5%

A cada período letivo, os docentes/tutores são alocados em disciplinas que possuem aderência e, em caso de necessidade, novos docentes/tutores são designados e vinculados aos cursos.

Destaca-se que a titulação do corpo docente e de tutores EaD do IFMT é permanentemente acompanhada e será constantemente construída ao longo do período deste PDI e mantida de forma a atender integralmente a demanda discente, com qualidade, e manter um índice mínimo de $\frac{1}{3}$ (um terço) dos docentes e tutores EaD com titulação em nível de pós-graduação stricto sensu. Dessa forma, considera-se que o corpo docente do IFMT atenderá de forma suficiente as demandas existentes para as atividades propostas nos PPCs.

15.2. Experiência Acadêmica no Magistério Superior

Compreendendo e reconhecendo a importância da experiência do corpo docente e de tutores EaD no exercício da docência superior, valoriza-se a designação/seleção de docentes e tutores EaD com esta gama de conhecimentos e práticas, pois entende-se que, através da experiência adquirida, é possível identificar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, durante os momentos de interação do docente com o estudante, seja na avaliação discursiva, no fórum e/ou na tutoria EaD.

Os docentes/tutores EaD, identificando um estudante com dificuldade de aprendizagem e/ou com deficiência, fará o encaminhamento ao atendimento psicopedagógico, que, juntamente com a coordenação do curso, fará a proposta de adaptações necessárias para o aprendizado do discente.

A experiência acadêmica na docência do ensino superior também permite ao docente/tutor expor o conteúdo em linguagem aderente às características dos estudantes da EaD. O tratamento diferenciado ao estudante com dificuldade de aprendizagem e/ou com deficiência torna-se específico e necessário, dependendo do conhecimento já adquirido pelo docente na docência superior.

Essa experiência também permitirá ao docente/tutor apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, em todas as atividades previstas no PPC, bem como elaborar, juntamente com o Núcleo Pedagógico e a coordenação do curso, atividades específicas para a promoção da aprendizagem de estudantes com dificuldades e/ou com deficiência.

Contando ainda com a experiência do corpo docente acadêmico na educação superior, serão realizadas avaliações diagnósticas, formativas e somativas: avaliação discursiva, que permitirá a produção, a reflexão, a pesquisa e a construção do conhecimento do estudante; avaliação presencial, elaborada de forma contextualizada, permitindo a reflexão do estudante e a construção do conhecimento por meio do feedback; e as avaliações dos workshops de curso, as quais permitirão verificar o aprendizado dos estudantes nestes momentos.

A partir do resultado das avaliações do período, apresentado através de relatórios da Comissão de Permanência e Êxito e da autoavaliação institucional, obter-se-á a análise do docente/tutor e a redefinição de sua prática docente/tutor, através da formalização do plano de ações e melhoria, as quais serão propostas juntamente com a coordenação e com o NDE.

Para atender de forma integral aos estudantes, possibilitando essa troca de experiências e apoio, o corpo docente e de tutores do IFMT é composto por profissionais com grande experiência em nível superior, tendo como objetivo para este PDI alcançar os índices apresentados na tabela abaixo:

Tabela 3 – Experiência no Magistério Superior	
Experiência no Magistério Superior	% de Docentes e Tutores EaD
Até 5 anos	50%
De 5 a 10 anos	15%
De 10 a 15 anos	5%

Percebe-se, portanto, que ao final do período deste PDI, 70% dos docentes/tutores, que atuam na educação superior do IFMT possuirão experiência mínima no magistério superior.

15.3. Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica

Todos os docentes e tutores do IFMT são contratados na carreira EBTT, atuando nos diversos níveis e modalidades vinculados à carreira, portanto possuem experiência no exercício da docência na educação básica. A Instituição entende que a experiência no exercício da docência na educação básica permite o desenvolvimento de ações e a identificação de dificuldades de aprendizagem, como também a definição de metodologia de ensino contextualizada, pois a ação é especializada, e aquele que a realiza necessita mobilizar saberes específicos e práticos, reconhecidos academicamente como base de conhecimento profissional docente.

As análises, estudos e avaliações institucionais auxiliam na definição do perfil utilizado para critério nos concursos públicos e seletivos, além de demonstrar e justificar a relação entre a experiência no exercício da docência na educação básica do corpo docente tutorial e o resultado do desempenho em sala de aula, como item nas avaliações institucionais.

O IFMT acredita que essa experiência caracteriza a capacidade do docente em promover ações que permitem: a) identificar as dificuldades dos alunos; b) expor o conteúdo em linguagem aderente às características de cada turma; c) apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares; d) elaborar atividades

específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período; e e) exercer liderança e ter sua produção reconhecida.

Para atender de forma integral aos estudantes, possibilitando essa troca de experiências e apoio, o corpo docente e de tutores do IFMT é composto por profissionais com grande experiência em nível superior, tendo como objetivo para este PDI alcançar os índices apresentados na tabela abaixo:

Tabela 4 – Experiência no exercício da docência	
Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica	% de Docentes e Tutores EaD
Até 5 anos	75%
De 6 a 10 anos	20%
De 11 a 15 anos	5%

Percebe-se, portanto, que ao final do período deste PDI, 100% dos docentes/tutores possuirão experiência mínima de docência na educação básica.

15.4. Experiência Profissional Não Acadêmica

O IFMT considera que a experiência profissional no mundo do trabalho do corpo docente e de tutores EaD não licenciados é elemento indispensável para manter a qualidade do curso e dos processos de ensino e aprendizagem dos estudantes, pois possibilita a apresentação de exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, nos momentos de interação, seja no fórum, na correção de avaliação de aprendizagem, na orientação dos estágios, na tutoria EaD. Enfim, esta experiência possibilitará que o docente/tutor faça ilustrações contextualizadas ao estudante, possibilitando a aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional.

Visando atender a essa demanda existente, o IFMT conta com um corpo docente com experiência profissional no mundo do trabalho (não acadêmica), tendo como objetivo para este PDI alcançar os índices apresentados na tabela abaixo:

Tabela 5 – Experiência profissional não acadêmica

Experiência no Magistério Superior	% de Docentes e Tutores EaD
De 1 a 3 anos	60%
De 3 a 5 anos	30%
Acima de 5 anos	10%

Verifica-se que o IFMT terá corpo docente e de tutores EaD experiente, contando com 100% dos docentes sem formação em licenciatura, que atuem no ensino superior, com experiência profissional no mundo do trabalho (não acadêmica), até o final do período deste PDI, fato que possibilitará a troca de experiência e informações com os discentes de maneira teórica e prática, permitindo uma ação-reflexão de forma crítica e sistemática.

15.5. Expansão do Corpo Docente e Tutorial

A política de expansão está atrelada à abertura de vagas pelo governo federal, contudo o IFMT buscará formas de atender suficientemente a demanda integral dos discentes. Assim, irá manter sempre no mínimo 60% do corpo docente com regime de trabalho em tempo parcial e integral, e com titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu, maior que 70%.

Acerca da expansão do corpo docente e tutorial, para suportar o número de vagas com qualidade, o IFMT manterá no mínimo um docente (equivalente a 40 horas) para cada grupo de 100 estudantes efetivamente matriculados em cada curso ofertado.

A expansão do corpo docente e de tutores EaD está relacionada com a implementação dos cursos novos para o período de 2019-2023, a quantidade de estudantes matriculados nos cursos já ofertados e para os cursos vinculados ao sistema UAB aos seus editais.

15.6. Critérios de Seleção e Contratação

Os docentes e tutores EaD serão contratados em conformidade com as leis específicas para cada caso, observados os critérios, as normas internas e o Regimento Geral.

A seleção dos docentes/tutores e a definição da quantidade de vagas serão calculadas ao final de cada período, considerando como base as vagas/matrículas na educação presencial e a distância, pelo critério de manutenção da relação de um docente/tutor equivalente a 40 horas para cada 100 vagas/estudantes.

O processo de contratação de docentes para o quadro efetivo ocorre sempre por meio de concurso público.

15.7. Plano de Carreira Docente e de Tutores EaD

O plano de carreira está definido por leis específicas, e destaca-se que o corpo docente e de tutores será composto por profissionais de nível superior, quando atuando na educação superior com titulação mínima de especialista.

15.8. Regime de Trabalho

O regime de trabalho do corpo docente e de tutores EaD do IFMT é estruturado de forma a permitir o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação em colegiados de curso, no planejamento didático e na preparação e correção das avaliações de aprendizagem. Também haverá documentação sobre as atividades dos docentes e tutores nos Planos Individuais de Trabalho (PIT).

Assim, a carreira acadêmica compreende os seguintes regimes de trabalho:

- **Dedicação Exclusiva:** compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.
- **Regime de 40 horas:** compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.
- **Regime de 20 horas:** compreende a carga horária mínima de 20 horas semanais de trabalho.

O enquadramento do docente e de tutores EaD no regime de trabalho é realizado em conjunto com a DSGP e a diretoria-geral de cada *campus*, ouvida a coordenação de cada curso, levando em consideração o tempo de dedicação ao IFMT e a forma de remuneração em conformidade com plano de carreira. Periodicamente, o docente/tutor, em conjunto com a equipe de apoio pedagógico do IFMT, assina um novo o Plano de Trabalho Docente (PTD), que compõe suas atividades específicas do período.

15.9. Procedimentos para Substituição (Definitiva e Eventual) dos Docentes e Tutores EaD do Quadro do IFMT

Todas as substituições, definitivas ou eventuais e de aumento de quadro, deverão ter

autorização prévia da PROEN/DSGP. Substituições eventuais motivadas por licenças e por afastamentos superiores a 30 dias serão realizadas diretamente, sem necessidade de verificação, mas devidamente aprovada no fluxo interno para contratações por prazo determinado ou indeterminado, dependendo do tipo e da necessidade de reposição temporária.

16.0. POLÍTICAS DE GESTÃO

As políticas de gestão desenvolvidas pelo IFMT são voltadas ao fornecimento de dados e instrumentos decisórios, infraestrutura física adequada e atualizada, pessoal capacitado que possa propiciar suporte necessário para que se tenha êxito no cumprimento de seu Plano de Desenvolvimento Institucional, definido neste documento.

Outro fator importante adotado pelo IFMT para a condução da política de gestão é a política financeira e orçamentária que viabiliza as políticas acadêmicas e institucionais, em suas áreas de atuação.

Pensar a gestão participativa e democrática dentro de uma instituição pública de ensino pública significa superar barreiras, muito mais do que cumprir a legislação, é compartilhar com a comunidade acadêmica a responsabilidade e o compromisso pela produção de uma educação de qualidade para todos.

O surgimento de novas tecnologias, a ampliação na produção e a rapidez na transmissão de conhecimentos exigem políticas de democratização interna das instituições de ensino. Órgãos colegiados expressam o desejo e o sentimento acadêmico da coletividade, uma vez que todos os setores se fazem representados e, desse modo, assumem conjuntamente a responsabilidade pelos resultados.

Esta visão de gestão compartilhada surge como consequência das conquistas de uma sociedade democrática e pluralizada, ainda em fase de consolidação plena, foi expressa através da vida colegiada e participativa, do clima de tolerância e de abertura para a diversidade, de procedimentos e atos cotidianos que estimulem o tratamento igualitário e equânime. O ambiente acadêmico é o espaço privilegiado para se exercitar a democracia e a participação política. Assim, a esfera de decisões torna-se oportunidade para o exercício do aprendizado da responsabilidade de se cogerenciar o processo de gestão e socialização do conhecimento.

Não é possível a pretensão gerencial de se alcançar os objetivos de qualidade e viabilidade econômica isoladamente. Consta no Regimento Geral do IFMT a estrutura organizacional, a qual prevê a participação de representantes da comunidade acadêmica (estudantes, docentes/tutores EaD, técnicos administrativos) e da sociedade civil, em diversas instâncias decisórias, em colegiados como o Conselho Superior, na Comissão Própria de Avaliação (CPA), no Núcleo Docente Estruturante (NDE) e colegiados dos cursos, instância de grande relevância, visto que é no seio das discussões acadêmicas que surgem seus desejos, dúvidas, dificuldades, que irão, também, direcionar a gestão institucional. A estrutura

administrativa, os fóruns de decisão e os projetos acadêmicos no IFMT estão permeados de contribuições externas, de modo a não permitir a centralização decisória.

Então, consciente da necessidade de uma política de gestão sustentável, são definidos como premissas da gestão do IFMT:

- A adoção de um modelo de organização que, em todos os planos, conduza à realização da missão institucional.
- A organização integrada a um padrão geral de administração flexível e baseada na informação, na informatização e no domínio das novas tecnologias de comunicação.
- O planejamento acadêmico capaz de conviver com mudanças e de estimular a inovação.

Destaca-se que a estrutura organizacional do IFMT, constante do Regimento Geral, caracteriza-se por níveis hierárquicos responsáveis pela formulação, deliberação e execução das atividades institucionais, que se relacionam, objetivando a qualidade da formação profissional e da gestão, possibilitando a implantação das medidas propostas e do crescimento institucional.

Essa estrutura permite instaurar processos de decisão mais ágeis, com participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, possibilitando a cada setor autonomia e responsabilidade pelas decisões adotadas.

16.1. Procedimentos de Autoavaliação Institucional

A Avaliação Institucional é efetivada no IFMT, integrante do projeto pedagógico dessa instituição. No contexto das mudanças do sistema educacional do País, percebe-se, pelo Decreto 3.860, de 9 de julho de 2001, que as regras de organização do sistema federal de ensino e procedimentos de avaliação de cursos e instituições direcionam-se para aspectos inseridos na nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), passando pelos decretos posteriores.

Ao promover o reordenamento de competências no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), o referido decreto alterou a organização do sistema federal de ensino (especialmente do INEP e da SESu), atingindo igualmente as Instituições de Ensino Superior (IES).

Portanto, a Avaliação Institucional não pode ser concebida isoladamente, visto que ela se constitui em um dos componentes básicos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentado pela

Portaria 2.051, de 9 de julho de 2004. Assim, a Avaliação Institucional não deve se limitar ao atendimento de uma exigência legal, mas deve subsidiar a busca contínua da qualidade no desempenho acadêmico, no aperfeiçoamento constante do planejamento e da gestão universitária, para fortalecimento dos compromissos sociais e na prestação de contas à sociedade.

16.1.1. Ampliação da Avaliação Institucional para Atendimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A complexidade do desenvolvimento de um processo de avaliação global do IFMT nos adverte que este processo demanda tempo e requer o envolvimento e participação dos sujeitos, bem como a definição de etapas para que se efetive sua institucionalização. Entendemos, também, que uma instituição como o IFMT, no planejamento e na execução de seus processos avaliativos de natureza institucional, necessita promover o constante aperfeiçoamento desses instrumentos, visando atingir todos os níveis de organização acadêmica e de ensino ofertados.

Essa condição leva à necessidade de se propor uma ampliação do processo de autoavaliação institucional, inicialmente voltado à educação superior, conforme dispõe o SINAES, mas, também, buscaremos envolver a educação básica e profissional, notadamente, os cursos da educação profissional técnica de nível médio.

Como se trata de um processo de autoavaliação institucional, em uma Instituição com estrutura multicampi, é necessário que a condução do processo de autoavaliação, sobretudo para os cursos da educação profissional técnica de nível médio, seja conduzido de forma a considerar a sua realidade e sua relevância social. Tal condição leva à necessidade de que o processo de autoavaliação para esses cursos seja conduzido pelas subcomissões de cada *campus*, sempre em concordância com as orientações da comissão central, projeto de autoavaliação institucional e o Regimento Interno da CPA.

16.1.2. Princípios da Avaliação Institucional

Os princípios, que dão suporte aos valores e estabelecem as prioridades básicas e as expectativas fundamentais que nortearão a Avaliação Institucional do IFMT em seus respectivos núcleos, são os seguintes:

- **Globalidade:** o objetivo é avaliar a instituição como um todo e não as partes ou seus níveis fragmentados. Mesmo quando se prioriza ou começa a avaliação por partes da

instituição, a sua análise sempre será em relação à instituição como um todo.

- **Impessoalidade:** a Avaliação Institucional não toma como objeto de análise as pessoas enquanto indivíduos. Isto significa que não há nenhuma intenção de julgamento individual de docentes, técnicos administrativos, alunos e ocupantes de cargos e funções na instituição. Não são as pessoas que serão avaliadas, mas sim as estruturas, as práticas, as relações, os processos, os produtos e os recursos que constituem o saber em função dos seus objetivos.
- **Respeito à identidade institucional:** embora a Avaliação Institucional desenvolvida em cada IES requeira alguma padronização de instrumentos e indicadores de comparação interinstitucional, o seu desempenho deve sempre ser analisado em função dos seus projetos e características específicas e das possibilidades de incremento da qualidade a partir delas.
- **Qualidade em primeiro lugar:** a avaliação deverá fornecer subsídios para que nossos serviços sejam os melhores, para podermos atender e satisfazer as expectativas da comunidade em que estamos inseridos.
- **Credibilidade:** a Avaliação Institucional somente se converte em instrumento para o planejamento da melhoria da qualidade se for desenvolvida com competência técnica, correção ética e fidedignidade dos dados. E isto somente se constrói se houver transparência nos procedimentos, critérios e resultados alcançados, conduzindo a participação voluntária. Sem credibilidade, a avaliação permanece como uma formalidade, incapaz de motivar as pessoas para o seu exercício.
- **Participação descentralizada:** a Avaliação Institucional não terá legitimidade se não houver um envolvimento direto e coletivo de toda a comunidade acadêmica, em seus diferentes momentos, o que só poderá ocorrer na medida em que o processo for descentralizado, facultando, inclusive, a tomada de decisões em diferentes níveis da hierarquia institucional.
- **Continuidade e regularidade:** a Avaliação Institucional não se reduz ao simples levantamento de dados, sua análise e a produção de um relatório final. Ela é um processo permanente de conhecimento de si, a fim de alimentar o planejamento para a melhoria da qualidade.
- **Disposição para a mudança:** a necessária relação entre avaliação e planejamento institucional requer uma atitude de abertura para a mudança, como condição para a sua inovação e a qualificação.

16.1.3. Objetivos da Autoavaliação

Geral

Implementar, sistematizar e consolidar um processo avaliativo no IFMT, de forma contínua, integrada e participativa, visando contribuir para definição de políticas e construção de uma cultura de valorização dos resultados da avaliação, como pré-requisitos para o planejamento do seu desenvolvimento e prestação de contas à sociedade, respeitando-se as especificidades.

Específicos

- Mobilizar a comunidade acadêmica para as questões de avaliação, tendo como eixo o que define as diretrizes do SINAES.
- Elaborar um modelo de avaliação, respeitando as características dos *campi* do IFMT e o que define as diretrizes do SINAES.
- Produzir um sistema de informações quantitativas e qualitativas para o acompanhamento da trajetória de desenvolvimento da qualidade institucional.
- Ampliar a qualidade de ensino, mediante a análise, revisão e reconstrução dos currículos de graduação, tendo como base a legislação vigente, visando à formação de profissionais competentes e empreendedores, respeitando-se as especificidades.
- Consolidar-se como principal mecanismo de se aferir o atendimento dos PPCs dos cursos já implantados no campus e dos demais cursos que venham a ser implementados, relacionados ao atendimento as demandas efetivas de natureza econômica e social, atendimento às políticas institucionais propostas pelo IFMT (articulação com o PDI e demais documentos de gestão) e, por fim, a articulação da estrutura física, matriz e conteúdos curriculares com as competências desejadas ao egresso do curso avaliado.
- Subsidiar, através do juízo de valor construído a partir da articulação e interpretação dos dados qualitativos e quantitativos obtidos durante a avaliação, a elaboração do planejamento estratégico que proporcione a concepção e implementação de ações que viabilizem a eficácia das atividades administrativas e acadêmicas, buscando-se o constante sucesso no processo ensino-aprendizagem.

Além dos objetivos regulamentados pela Portaria MEC 2.051, de 9 de junho de 2004, e conforme o art. 3º da Portaria 125, de 3 de outubro de 2013, a CPA tem como norte os seguintes objetivos:

- Elaborar e implantar a sistematização do processo de autoavaliação institucional.

- Conduzir a Avaliação Institucional em todos os *campi* do IFMT.
- Prestar informações relativas à AVALIES (Avaliação das Instituições de Educação Superior) solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e/ou pela Comissão Própria de Avaliação do IFMT/Reitoria, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior – SINAES.
- Elaborar e analisar relatórios e pareceres da Avaliação Institucional e encaminhar às instâncias competentes.
- Desenvolver estudos e análises visando ao fornecimento de subsídios para proposição, aperfeiçoamento e modificação da Política de Avaliação Institucional.
- Acompanhar o processo de avaliação externa da Instituição e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).
- Sensibilizar a comunidade acadêmica para os processos de avaliação institucional.
- Fomentar a produção e socialização do conhecimento na área da avaliação institucional.
- Disseminar, continuamente, informações sobre avaliação institucional.
- Interagir com a Comissão Própria de Avaliação do IFMT, de outras instituições e com o INEP.

16.1.4. Metodologia da Autoavaliação

A metodologia do Projeto de Avaliação Institucional no IFMT será pautada em três pressupostos: negociação, flexibilidade e construção coletiva, desenvolvidos nas seguintes etapas:

1ª Etapa – da Comissão Própria de Avaliação (abril a junho)

- Constituição das comissões locais e central (por meio de processo eletivo).
- Posse dos membros da Comissão Própria de Avaliação – CPA (a cada triênio).
- Apresentação do Sistema Nacional da Educação Superior – SINAES.
- Formação específica para os membros da CPA (legislação, regimento interno, estrutura do processo avaliativo do IFMT).
- Reestruturação do Projeto de Avaliação Institucional do IFMT.

2ª Etapa – das Subcomissões, Mobilização, Sensibilização Continuada, Preparação e Divulgação (julho a agosto)

- Divulgação e consulta à comunidade acadêmica.
- Recebimento e análise das sugestões da comunidade.
- Revisão anual do questionário.
- Pesquisa dos instrumentos de avaliação.
- Reuniões sistemáticas de trabalho da CPA para discussão da legislação e do modelo de avaliação do IFMT.
- Divulgação do processo de avaliação com a comunidade acadêmica.
- Simulação de avaliações *in loco* (formato INEP), para que os membros da CPA possam ter conhecimento do processo avaliativo, por meio de profissionais específicos da IES, que atuem como avaliadores. Essa simulação deve ocorrer em cada *campi* que tenha avaliação agendada pelo MEC/INEP, com a equipe da CPA local do *campus*, a fim de instrumentalizá-los acerca do processo avaliativo.

Como o processo avaliativo será desenvolvido pelos segmentos docente, técnico-administrativo, discentes, dirigentes, egressos, comunidade, sob a coordenação da CPA, os instrumentos e os sujeitos que participarão do processo de avaliação institucional serão definidos em cada subcomissão.

3ª Etapa – Sistematização dos Instrumentos de Avaliação (setembro a março do ano subsequente)

- Reuniões sistemáticas de trabalho da CPA.
- Definição da metodologia da análise dos dados e interpretação dos resultados.
- Aplicação dos questionários à comunidade (setembro de cada ano).
- Análise dos dados coletados, a partir da metodologia definida pela comissão.
- Análise documental para análise da coerência entre os objetivos e normas internas e o cumprimento da missão institucional.
- Definição de equipe para realização das tarefas pertinentes à avaliação.
- Consolidação, análise e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica, através de fóruns, seminários e reuniões.
- Elaboração do relatório preliminar, a ser divulgado à Gestão da Instituição, para conhecimento e verificação.

- Elaboração do relatório conclusivo, divulgação na comunidade acadêmica e envio ao INEP/MEC.

4ª Etapa – da Consolidação do Programa de Avaliação Institucional

- Identificação das potencialidades e fragilidades do processo avaliativo.
- Divulgação à comunidade acadêmica.
- Seminários para retroalimentar o processo.
- Replanejamento das atividades para a continuidade do processo de avaliação do SINAES.

16.1.5. Dimensões e Indicadores

No documento *Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições*, são apresentados alguns tópicos que permitem a operacionalização da avaliação das dimensões estabelecidas no art. 3º, da Lei 10.861/2004, cujas orientações gerais foram organizadas em núcleo básico e comum, núcleo de temas optativos e núcleo de documentação, dados e indicadores.

A definição dos indicadores será enriquecida ao longo do processo, tendo como eixo as dimensões estabelecidas e os indicadores listados a seguir. Esta proposta é aberta a sugestões advindas das discussões no decorrer do processo, e outros itens poderão ser incluídos.

Quadro 36 – Dimensões da avaliação superior	
DIMENSÃO	INDICADORES
1) A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Concretização das práticas. • Relação com os objetivos centrais do IFMT. • Resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades. • Características do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida. • Forma de articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

<p>2) A política para o ensino, a pesquisa, pós-graduação, a extensão, projetos e programas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de currículo e organização didático-pedagógica. • Práticas pedagógicas: transmissão de informações versus construção do conhecimento, formação do cidadão e desenvolvimento de visão crítica e analítica. • Pertinência do currículo: concepção e prática. • Relevância social e científica da pesquisa. • Pesquisa versus desenvolvimento local/regional. • Grau de satisfação dos usuários. • Critérios, participação de pesquisadores, publicação e divulgação dos resultados. • Concepção de extensão de intervenção. • Formas de articulação e integração. • Participação dos estudantes nas ações e grau de impacto na formação. • Grau de impacto na comunidade. • Políticas de criação expansão e manutenção. • Política de melhoria da qualidade. • Formação de pesquisadores e profissionais para a educação básica, técnica e tecnológica.
<p>3) Responsabilidade social da Instituição</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Transferência de conhecimento e importância social das ações institucionais e o impacto nas atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional. • Ações de atenção a setores sociais excluídos. • Critérios de acesso a portadores de necessidades especiais e estratégias didático-pedagógicas específicas. • Critérios de abertura de cursos e ampliação de vagas. • Critérios de benefícios. • Contribuições com: a defesa do meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural. • Realizações de ações voltadas para o desenvolvimento da

	<p>democracia e promoção da cidadania.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Políticas de formação de pesquisadores e docentes. • Grau de envolvimento discente com pós-graduação.
4) Comunicação com a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa. • Imagem da instituição nos meios de comunicação social. • Disposição para o diálogo racional.
5) Políticas de pessoal de carreira do corpo docente e corpo técnico-administrativo	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamentação do Plano de Carreira. • Programas de qualificação profissional e melhoria da qualidade de vida. • Clima institucional, relação interpessoal, grau de satisfação pessoal e profissional. • Índice de qualificação docente.
6) Organização e gestão da Instituição	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de planos de gestão/metabolismos, adequação ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura oficial do IFMT. • Funcionamento, composição e atribuições dos órgãos colegiados. • Ações proativas da Gestão. • Uso da gestão e tomada de decisões institucionais. • Modo de participação dos atores na gestão. • Investimento na comunicação e circulação da informação.
7) Infraestrutura física	<ul style="list-style-type: none"> • Número de dependências (sala de aula, laboratórios, sala de docentes, dentre outros). • Existência de políticas de conservação, atualização, segurança e estímulo à utilização. • Adequação e nível de funcionalidade.



8) Planejamento e Avaliação Institucional	<ul style="list-style-type: none">• Adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o projeto pedagógico e projetos pedagógicos dos cursos.• Existência do planejamento institucional e de mecanismos de avaliação e acompanhamento, especialmente das atividades educativas.• Discussão e divulgação dos resultados versus cumprimento das finalidades e retroalimentação do processo.• Grau de envolvimento/participação para assegurar o comprometimento.• Ações para a melhoria contínua.
9) Política de atendimento ao estudante	<ul style="list-style-type: none">• Políticas de acesso, seleção e permanência do aluno na Instituição.• Políticas de participação em atividade de ensino/pesquisa /extensão e outros.• Mecanismos/sistemáticas para melhoria das atividades educativas.• Tempo médio de conclusão.• Acompanhamento de egressos, criação de oportunidades de formação continuada, inserção profissional e participação destes na vida da instituição.
10) Sustentabilidade Financeira	<ul style="list-style-type: none">• Sustentabilidade financeira.• Captação e alocação de recursos e controle orçamentário.• Políticas direcionadas à aplicação de recursos.

Fonte: Comissão Própria de Avaliação

16.1.6. Instrumentos de Autoavaliação

Quadro 37 – Instrumento de avaliação		
INSTRUMENTO	QUEM AVALIA	O QUE AVALIA
Questionário 1	Discente	Curso, coordenação de curso, autoavaliação, infraestrutura da instituição, desempenho docente, corpo técnico-administrativo.
Questionário 2	Docente	Curso, coordenação de curso, disciplina ministrada, autoavaliação, infraestrutura da instituição, desempenho discente, corpo técnico-administrativo.
Questionário 3	Técnicos administrativos	Ambiente de trabalho, condições de trabalho, autoavaliação, infraestrutura da instituição.

Fonte: Comissão Própria de Avaliação

16.2. Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações

Para que a avaliação cumpra sua missão, ou seja, sirva de instrumento para o aperfeiçoamento da Instituição, promovendo a melhoria da qualidade e a pertinência das atividades desenvolvidas, é realizada análise criteriosa dos resultados do processo de autoavaliação, e, quando disponíveis, dos resultados da Avaliação Institucional Externa (<http://cpa.ifmt.edu.br/sai/>), do IGC, da Avaliação dos Cursos de Graduação, do ENADE e da Pesquisa de Satisfação.

Os resultados servem para que a Instituição identifique os acertos e as ineficiências, as vantagens, potencialidades e as dificuldades, envolvendo-se num processo de reflexão sobre as causas das situações positivas e negativas.

O conhecimento gerado pela avaliação, disponibilizado à comunidade acadêmica, aos avaliadores externos e à sociedade, terá uma finalidade clara de priorizar ações de curto, médio e longo prazo, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas que comprometam a Instituição com o futuro.

Considera-se que esse conhecimento associado às mudanças e desafios que vêm se

apresentando para a sociedade como um todo possibilitará ao IFMT o estabelecimento de novos patamares institucionais, como indutor do desenvolvimento sustentável e de relevância social.

Os resultados da avaliação são disponibilizados ao Conselho Superior, a quem compete, caso entenda necessário, a (re)definição e implementação das políticas que o processo avaliativo sugerir. Os resultados da avaliação vêm subsidiando e continuarão a subsidiar as ações internas e a (re)formulação do Plano de Desenvolvimento da Instituição, do Projeto Pedagógico Institucional, dos PPCs e de outros documentos e normas institucionais.

Assim, o processo de autoavaliação institucional continuará a produzir subsídios para proposição de melhorias para o próximo PDI da Instituição, buscando, nos relatórios das avaliações e nas sugestões neles contidas, instrumentos de correção de rotas e de estabelecimento de condutas para melhoria da estrutura organizacional, bem como a adoção de ações necessárias para o saneamento de deficiências identificadas e o fortalecimento de outras ações para consolidar a missão da Instituição.

Os resultados das avaliações são amplamente divulgados, utilizando-se de diversos meios, tais como: site institucional, reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A divulgação propicia, ainda, oportunidades para que as ações concretas, oriundas dos resultados do processo avaliativo, sejam tornadas públicas à comunidade interna e externa.

16.3. Procedimentos de Atendimento aos Estudantes

A maior preocupação no atendimento aos estudantes é, sem dúvida, a inclusão, sendo esta entendida como viver a experiência da diferença, que tem como premissa a não discriminação de estudantes devido a sua classe social, deficiência, cor, orientação sexual, estado nutricional e/ou qualquer outra característica da pessoa. Assim, o IFMT possui política de atendimento aos estudantes, organizada de acordo com as necessidades dos acadêmicos, procurando atendê-los no seu ingresso, na sua permanência até a conclusão do curso escolhido.

16.3.1. Admissão de Novos Estudantes

A Diretoria de Políticas de Ingresso tem como objetivo, entre outros, acompanhar e auxiliar os futuros estudantes com informações importantes sobre o processo de

admissão/seleção aos cursos oferecidos, tais como a escolha da futura carreira, esclarecimento sobre o curso escolhido, orientação de como se preparar para as provas, orientação para inscrição e documentação para a matrícula. Para os estudantes da modalidade a distância, a integração ocorrerá nos polos de apoio presencial e/ou nos ambientes profissionais vinculados ao curso.

16.3.2. Apoio Psicopedagógico

O apoio psicopedagógico é disponibilizado pelo IFMT por meio do NAPNE de cada *campus* e visa intervir nos processos cognitivos, emocionais, sociais, culturais, orgânicos e pedagógicos do estudante, oferecendo suporte e atuando sobre os fatores que possam interferir no seu sucesso acadêmico e profissional. O apoio psicopedagógico busca apoiar em especial o estudante ingressante, encaminhando propostas de superação de obstáculos que estejam criando impedimentos no seu processo de integração e de desenvolvimento acadêmico. Acerca dos cursos da modalidade a distância, apoio psicopedagógico também atuará no suporte aos polos de apoio presencial e ambientes profissionais vinculados aos cursos por meio de ferramentas tecnológicas presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

São objetivos do apoio psicopedagógico:

- a) Atender à demanda de estudantes que tenham interesse em discutir e refletir sobre seu processo de aprendizagem e adaptação às exigências da vida universitária.
- b) Mediar situações que envolvam o relacionamento do estudante com os demais profissionais da Instituição.
- c) Atender pais e/ou responsável de estudantes que, por algum motivo, necessitem de uma escuta ou de algum esclarecimento sobre o processo ensino-aprendizagem e de adaptação do estudante ao contexto acadêmico.
- d) Oferecer ao estudante escuta psicológica, em caráter focal e breve, nas situações de demanda emergencial, providenciando encaminhamento para acompanhamento psicológico específico, quando necessário.
- e) Oferecer suporte necessário à demanda de docentes/tutores e coordenadores, para um melhor aproveitamento no processo ensino-aprendizagem e orientação no trato de

estudantes portadores de algum tipo de necessidade educacional especial.

f) Desenvolver atividades de pesquisa sobre o perfil do estudante e suas expectativas relacionadas a diversos temas.

g) Empreender ações que visem discutir, promover e ampliar condições para catalisar o amadurecimento pessoal, psicológico e profissional do corpo discente do IFMT.

16.3.3. Atendimento para a Carreira e Acompanhamento de Egressos

Para apoiar a implementação do estágio supervisionado e preparar o estudante para planejar sua carreira profissional, o IFMT conta com a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e um setor extensão em cada *campus*, que é responsável pela orientação e encaminhamento dos estudantes para o mercado de trabalho, oferecendo-lhes suporte para buscar as melhores oportunidades. O setor tem, como objetivo, entre outros, captar vagas de estágio e emprego junto às organizações parceiras, divulgando-as nos ambientes do IFMT, inclusive no site, em ícone/link específico.

Este setor capacita o estudante para participar de processos seletivos, realizando entrevistas simuladas, utilizando ferramentas como dinâmica de grupo, fornecendo ao final realimentação quanto aos seus pontos positivos e pontos em que deve melhorar o desempenho, sugerindo-lhe como fazê-lo. Também realiza palestras e eventos abordando temas fundamentais (postura profissional nas entrevistas de seleção, etiqueta empresarial, como elaborar um currículo, feira de estágios, etc.).

Adicionalmente, a extensão dedica-se à articulação dos estudantes e egressos com o mercado de trabalho. Para isso, o IFMT fará parceria com as principais empresas atuantes na região de atuação. As empresas parceiras participarão da Gestão do IFMT, provendo constante feedback quanto ao currículo e ao perfil do mercado. Para o IFMT, será importante que seus estudantes conquistem posição de destaque no futuro. Pensando nisso, será desenvolvida estrutura que promova treinamento e monitore a inserção dos egressos no mercado de trabalho, conectando-os às empresas parceiras e às oportunidades que surgirem.

Caberá também ao setor de extensão o acompanhamento de egressos, analisando a colocação dos profissionais no mercado de trabalho, bem como estimulando seu contínuo aprendizado, através de cursos de extensão e de pós-graduação. Os egressos do IFMT formarão uma comunidade organizada que poderá ser acessada por meio da página na

internet. Assim, será possível consultar os estudantes diplomados pelo IFMT, bem como manter contato intermitente com eles, permitindo acompanhar a evolução na carreira e atualizá-los quanto à oferta de cursos e outras atividades acadêmicas.

16.4. Corregedoria

Unidade de controle interno, voltada para prevenção, apuração e punição relativa a ilícitos cometidos por servidores no exercício da função ou pelas empresas contratadas pela administração pública, conforme preveem o Decreto 5.480, de 30 de junho de 2005, a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Setor de assessoramento ao reitor, com vistas a definir, padronizar, sistematizar e normatizar os procedimentos operacionais atinentes à atividade de correição, a fim de aperfeiçoar os procedimentos relativos a sindicâncias, processos administrativos disciplinares e processos administrativos de responsabilização.

16.5. Política Institucional de Comunicação

De acordo com as diretrizes para as Avaliações das Instituições de Educação Superior, (2004, p. 9):

A comunicação com a sociedade identifica as formas de aproximação efetiva entre a IES e a sociedade, de tal sorte que a comunidade participe ativamente da vida acadêmica, bem como que a IES se comprometa efetivamente com a melhoria das condições de vida da comunidade, ao repartir com ela o que produz e as informações que detém.

Assim, comunicação institucional do IFMT objetiva difundir informações de interesse público sobre a filosofia, as políticas e as práticas da Instituição, enfatizando sua missão, seus valores e objetivos, colaborando com a construção da imagem e da identidade do IFMT, tanto onde está inserida sua sede, quanto onde estão credenciados seus polos de apoio presencial e ou ambientes profissionais vinculados aos cursos.

A gestão da comunicação poderá ser executada pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) da Reitoria, sempre que for demandada, ou com o apoio dos *campi*, quando:

- a) a ação impactar mais de uma unidade do IFMT;
- b) o *campus* não possuir Assessoria de Comunicação em seu organograma.

A ASCOM da Reitoria poderá apoiar, quando solicitada, na gestão da comunicação dos *campi* que disponham de Assessoria de Comunicação, sendo, contudo, responsabilidade

da unidade.

Internamente, o Instituto buscará desenvolver ações que promovam a interação com todas as pessoas a ele vinculadas, envolvendo seus estudantes, servidores e comunidade externa.

Externamente, o IFMT busca se comunicar com a sociedade, investindo na interlocução com diferentes setores da instituição.

Atualmente todas as mídias internas e externas são criadas pelas Assessorias de Comunicação da Reitoria e dos *campi*, assim mantendo visibilidade e transparência às ações institucionais de uma forma ampla e dinâmica, pautada pela construção e manutenção de canais e fluxos de comunicação interna e externa alinhada às políticas institucionais. Para tanto, o IFMT se apresenta como órgão que valoriza a efetividade nas comunicações, prezando pela credibilidade e pelo diálogo com seus diferentes públicos.

A atuação da comunicação interna e externa do IFMT é assegurada por meio das seguintes ações:

- Comunicação corporativa interna com estudantes e servidores: comunicados, videoconferências, e-mail marketing, WhatsApp, SMS, entre outros;
- Comunicação externa: comunicação em ambiente online e off-line que possam dar visibilidade ao IFMT;
- Envio de releases para publicação gratuita em espaço de mídia local, também onde os polos de apoio presencial ou ambientes profissionais vinculados estão inseridos, visando estreitar os laços em prol da comunicação local e regional;
- Pesquisa externa com estudantes e ex-estudantes para aferir a popularidade do IFMT;
- Site institucional atualizado.

Além da comunicação institucional realizada no âmbito do IFMT e da participação de estudantes e membros da sociedade civil em seus órgãos institucionais, o IFMT mantém canais de comunicação específicos como instrumentos de controle social, pelos quais a sociedade pode avaliar a gestão e participar da fiscalização dos serviços públicos ofertados pela IES, entre eles destacamos:

- Divulgação dos resultados dos relatórios de autoavaliação institucional – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação, através do site institucional, ambiente próprio da CPA,

informativos: docentes, técnicos administrativos, estudantes e aos polos de apoio presencial e/ou ambientes profissionais vinculados;

- Vídeos explicativos e de divulgação de campanhas, projetos, programas e seus respectivos resultados;
- Participação de pessoas da sociedade civil na composição da CPA e do CONSUP;
- Participação de estudantes na Comissão Própria de Avaliação;
- Participação de estudantes nos colegiados de curso;
- Comunicados para os polos de apoio presencial e ou ambientes profissionais vinculados sobre os resultados e melhorias empreendidos, entre outros;
- Participação de estudante no Conselho Superior.

Além de toda a comunicação realizada pela ASCOM e pela participação de estudantes e sociedade civil em órgãos institucionais, o IFMT possui canais de comunicação com estudantes, comunidade em geral, os quais seguem:

- Ouvidoria/E-SIC.
- Pesquisa de satisfação dos serviços da Reitoria.

16.5.1. Ouvidoria/E-SIC

Este setor atende aos membros da comunidade externa e interna (estudantes, docentes e colaboradores de todos os polos de apoio presencial), e a ouvidoria é o órgão oficial de recebimento de denúncias dentro do IFMT, realizando os encaminhamentos pertinentes conforme os problemas apresentados e auxilia na resolução e prevenção de conflitos. Atua de forma isenta e independente, com caráter mediador e estratégico.

Os princípios norteadores de seu atendimento são o respeito, a ética, a solidariedade, o sigilo e a cidadania. Os parâmetros norteadores de conduta são: integridade, transparência, imparcialidade. Nenhuma manifestação é assumida sem critérios éticos, para garantir a eficácia da resposta.

Os atendimentos ocorrem das seguintes formas: eletrônica (e-mail), telefônica e sistema e-ouv. O tempo de duração dos atendimentos e da solução dos problemas decorre da complexidade de cada demanda, tendo como limite máximo 20 (dias), conforme estabelece a Lei 13.460/2017.

A Ouvidoria atua conjuntamente com o Serviço de Informação ao Cidadão. Instrumento de cidadania, é uma instância que atua no sentido de garantir os direitos dos usuários, em conformidade com as legislações vigentes, dentre elas a Lei Nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Decreto Nº 9.094, de 17 de julho de 2017, Instrução Normativa 05/2018 e Regimento Geral que preconiza, dentre outras, as competências:

- Receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias referentes ao desenvolvimento das atividades exercidas pelos servidores e discentes do Instituto Federal de Mato Grosso.
- Acompanhar as providências solicitadas às unidades organizacionais pertinentes, informando os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação, providências tomadas.
- Recomendar e propor soluções às instâncias pedagógicas e administrativas, quando forem necessárias, para melhoria dos serviços prestados, com relação às manifestações recebidas.
- Realizar, no âmbito de suas competências, ações para avaliar a procedência das reclamações, assim como apurar eventuais responsabilidades, com vistas à necessidade ocasional de instauração de sindicâncias, auditorias e procedimentos administrativos pertinentes.
- Promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes.
- Sugerir a expedição de atos normativos e de orientações, com o intuito de corrigir situações inadequadas ao serviço prestado pelo IFMT.
- Propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações da Legislação vigente.
- Notificar, em atendimento à Lei de Acesso à Informação, o agente ou seu superior, quando da negativa de informação e/ou atraso que descumpra a legislação.

16.5.2. Pesquisa de Satisfação dos Serviços da Reitoria

A pesquisa de satisfação dos serviços da Reitoria tem como base o Decreto 9.094/2017, art. 20. Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal deverão utilizar ferramenta de pesquisa de satisfação dos usuários dos seus serviços constante do Portal de Serviços do Governo Federal e do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal, utilizando os dados como subsídio relevante para reorientar e ajustar a prestação dos serviços.

A pesquisa tem por objetivo identificar o nível de satisfação quanto aos serviços e poderá servir de ferramenta para a tomada de decisão na implantação de melhorias nos serviços prestados.

16.6. Gestão de Riscos

A gestão de riscos consiste em um conjunto de atividades coordenadas para identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar riscos. Esse processo é essencial para a boa governança (Decreto 9.203/2017), uma vez que fornece garantia razoável para que os objetivos planejados pela instituição sejam alcançados.

No IFMT, a estrutura de gestão de riscos é composta pela Política de Gestão de Riscos, pela Comissão Permanente de Gestão da Integridade; e pelo Processo de Gestão de Riscos, que ainda deverá ser implementado, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 38 – Estrutura da Gestão de Riscos no IFMT		
COMPONENTES DA ESTRUTURA	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	COMPOSIÇÃO
POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS	Objetivo de estabelecer conceitos, diretrizes, atribuições e responsabilidades do processo de gestão de riscos, bem como orientar a identificação, a análise, a avaliação, o tratamento, o monitoramento e a comunicação dos riscos institucionais.	Resolução CONSUP 3/2018.
COMITÊ DE GOVERNANÇA	Responsável pela revisão da política de gestão de riscos e por aprovar o processo de gestão de riscos. Elaborar, coordenar, manter e revisar periodicamente o processo de gestão de riscos, alinhado às estratégias institucionais, e realizar análise crítica periódica do processo de gestão de riscos do IFMT	Resolução CONSUP 3/2018.

<p>COMISSÃO DE INTEGRIDADE</p>	<p>Os agentes de integridade são servidores designados pelo reitor do IFMT para representar suas unidades nas discussões e decisões e no apoio à implementação e à evolução do Programa de Integridade do IFMT.</p>	<p>Cinco servidores nomeados pelo reitor.</p>
<p>PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS</p>	<p>É o conjunto de atividades contínuas realizadas em todos os níveis da organização, desde a definição das estratégias até a execução das atividades operacionais.</p>	<p>Em construção.</p>

Fonte: Política de Gestão de Riscos do IFMT, Resolução CONSUP 3/2018

A Política de Gestão de Riscos do IFMT tem como objetivo estabelecer conceitos, diretrizes, atribuições e responsabilidades do processo de gestão de riscos, bem como orientar a identificação, a análise, a avaliação, o tratamento, o monitoramento e a comunicação dos riscos institucionais.

No IFMT, o processo de gestão de riscos compreende: as atividades de estabelecimento do contexto; avaliação dos riscos; tratamento dos riscos; comunicação e consulta; monitoramento e análise crítica. O processo de gestão de riscos será efetivado em ciclos anuais, de acordo com o Plano de Gestão de Riscos, aprovado pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles.

Como a análise, a avaliação e a gestão de riscos devem estar associadas ao tema da integridade, instituiu-se a Comissão de Integridade do IFMT, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, detecção, punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção em apoio à boa governança.

16.7. Projeto de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico em Meio Físico e Digital

O IFMT terá como premissa atender ao art. 104 do Decreto Federal 9.235, de 15 de dezembro de 2017: “Os documentos que compõem o acervo acadêmico das IES serão convertidos para o meio digital, mediante a utilização de métodos que garantam a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais, nos termos da

legislação”. Dessa forma, o Instituto assume a responsabilidade de manter organizado o seu acervo acadêmico tanto em meio físico quanto em meio digital.

O IFMT estará inicialmente convertendo os acervos acadêmicos dos ingressantes para o meio digital, seguindo os prazos de guarda e de manutenção dos acervos físicos, de acordo com regulamentação a ser definida pelo Ministério da Educação.

Considerando a legislação em vigor, o IFMT manterá permanentemente organizado todos os documentos produzidos e recebidos de processos administrativo e acadêmicos, e, em condições adequadas de conservação, tanto em meio físico quanto digital, mantidos em um arquivo de fácil acesso e de pronta consulta, podendo ser consultado a qualquer tempo pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), bem como pelos órgãos e agentes públicos atuantes para fins de regulação, avaliação e supervisão.

Destaca-se que o IFMT considera como acervo acadêmico os documentos acadêmicos produzidos e recebidos em decorrência do exercício administrativo e acadêmico do IFMT, cuja estrutura foi definida na Portaria Normativa MEC 315/2018.

16.7.1. Objetivo

Manter os acervos acadêmicos em meio digital, seguindo os prazos de guarda e de manutenção dos acervos físicos, garantindo, desse modo, a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais, que se encontram no meio físico.

16.7.2. Justificativa

Tendo em vista a demanda de documentos que o IFMT recebe dos estudantes de todo o estado, será necessária a implementação de uma Política de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico, passando do meio físico para o meio digital, respeitando os prazos de guarda e de manutenção dos acervos físicos.

Compreende-se que, em meio às tecnologias de armazenamento de informações, as instituições de ensino devem buscar a melhoria e a agilidade de seus processos, facilitando a busca documental, sem perder a integridade das informações do documento físico.

Assim, o referido projeto tem a premissa de garantir a guarda e a manutenção do acervo acadêmico, ou seja, a organização de documentos de arquivos relativos às atividades acadêmicas e administrativas, realizadas pelo IFMT. Essa gestão de documentos garantirá o cumprimento previsto nos prazos de guarda, destinações finais e observações previstas na legislação vigente. Dessa forma, o IFMT manterá permanentemente organizado e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta todo o acervo acadêmico

sob sua guarda.

Destaca-se que o Instituto terá como representante legal o pró-reitor de Ensino e um arquivista lotado na PROEN, que serão os responsáveis pela guarda, conservação e manutenção deste acervo.

O IFMT, no intuito de melhorar o processo de guarda e manutenção dos documentos, trabalhará com dois meios de guarda: físico e digital. A seguir, tem-se a descrição de cada um deles.

16.7.3. Formas de Gestão dos Documentos

Para efeitos da gestão de documentos, são considerados documentos de arquivo aqueles produzidos, recebidos e acumulados no decorrer das atividades acadêmicas e administrativas, relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, que sirvam como referência, prova, informação e/ou fonte de pesquisa.

No IFMT, os documentos de arquivo serão classificados em correntes, intermediários e permanentes:

- Documentos correntes – São aqueles que estão em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.
- Documentos intermediários – São aqueles que, não sendo de uso corrente nas unidades que os produziram e/ou receberam por razões de interesse administrativo, aguardam recolhimento para guarda permanente ou eliminação.
- Documentos permanentes – São documentos que apresentam valor histórico, probatório e/ou informativo, devendo ser preservados definitivamente.

Destaca-se que os documentos definitivamente preservados constituirão o arquivo permanente do IFMT.

Condições para o desenvolvimento da gestão de documentos:

- Padronização das espécies documentais utilizadas na Instituição: entende-se espécie documental como a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas.
- A utilização do Código de Classificação de Documentos de Arquivo: este código é relativo às atividades-fim e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, que constam na legislação vigente.
- O Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de

Documentos: são instrumentos que visam organizar, classificar e racionalizar os documentos produzidos no exercício das suas funções e atividades.

- O Código de Classificação de Documentos é o instrumento de trabalho que será utilizado para classificar todo e qualquer documento produzido ou recebido pelo IFMT, no exercício de suas funções e atividades.
- A Tabela de Temporalidade estabelece prazos de retenção para os documentos, determinando e orientando os prazos previstos para a guarda provisória ou permanente.
- Os prazos de guarda referem-se ao tempo necessário para o arquivamento dos documentos nas fases corrente e intermediária, visando atender às necessidades da institucionais, observando-se os prazos.
- Definição de um Sistema Informatizado de Gestão de Processos e Documentos para cadastramento, tramitação e arquivamento dos documentos produzidos e recebidos pelo IFMT.

16.7.4. Acervo Acadêmico em Meio Digital – Sistema Informatizado

O Sistema Informatizado compreenderá o conjunto de procedimentos e operações técnicas características do sistema de gestão arquivística de documentos, processado eletronicamente e aplicável em ambientes digitais ou híbridos, isto é, composto de documentos digitais e não digitais. Poderá compreender um software particular, um determinado número de softwares integrados, adquiridos ou desenvolvidos, ou uma combinação destes que possam garantir a confiabilidade e autenticidade, assim como sua acessibilidade.

A seguir, tem-se a descrição das características mínimas do sistema informatizado a ser utilizado pelo IFMT para o gerenciamento e guarda de documentos enviados pelos acadêmicos.

16.7.5. Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED

O IFMT buscará aumentar a segurança, a facilidade de acesso às informações e gerar ganhos de produtividade, e, para tanto, adotará um Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) para manutenção e guarda do acervo acadêmico em meio digital.

Esse sistema deverá contar com diversos recursos para captura, extração, manuseio e gerenciamento de dados em formato digital, garantindo, dessa forma, acesso rápido, rastreamento, confiabilidade e integridade das informações contidas em cada documento.

Além disso, deverá permitir a integração com bancos de dados, sistemas e controles de processos.

16.7.6. Avaliação de Documentos

A avaliação dos documentos é o processo de análise dos documentos a serem arquivados, em que serão definidos os prazos para guarda e a destinação, em conformidade com os valores que lhe são atribuídos. Para essa avaliação, o IFMT terá um grupo multidisciplinar, presidido pela PROEN, encarregada da avaliação de documentos no IFMT.

16.7.7. Responsáveis pela Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico

A PROEN deverá definir os instrumentos de organização e destinação de documentos, sendo que a classificação dos documentos será realizada nos arquivos correntes pelos seus produtores, de acordo com o Código de Classificação de Documentos.

Os documentos físicos transferidos ou recolhidos deverão estar organizados de acordo com o Código de Classificação de Documentos exigido e devidamente acondicionados.

Para garantir a guarda e manutenção do acervo acadêmico, o IFMT terá o pró-reitor de Ensino como fiel depositário.

16.7.8. Procedimentos para a Implementação do Acervo Acadêmico em Meio Digital

- a) Levantamento da localização atual dos documentos dos diferentes setores e da forma de seu arquivo (papel, CD, GED, etc.).
- b) Levantamento das espécies documentais e dos itens arquivados nos sistemas utilizados pelo IFMT.
- c) Definição do plano de ação, observando o disposto na Portaria Normativa MEC 315/2018.

16.8. Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira

16.8.1. Demonstração da Sustentabilidade Financeira

O orçamento geral dos Institutos Federais é aprovado pelo Ministério da Educação, a partir das diretrizes do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), o qual, junto ao Ministério da Educação, estabelecem os critérios de rateio orçamentários, denominado de Matriz CONIF. Entre esses critérios, destaca-se o “aluno equivalente”, principal indicador para fins de análise dos custos de manutenção da Rede Federal, previsto na Lei de Criação dos Institutos Federais (art. 8º, §

1º, da Lei 11.892/2008), e em consonância com a relação mínima de estudantes por professor, estabelecida no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014). Norteiam a Matriz CONIF o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, documentos que subsidiam o planejamento dos cursos, como exemplo, a infraestrutura mínima requerida para o seu pleno funcionamento.

Anualmente, a partir das metas definidas no PDI 2019-2023, a Reitoria do IFMT, em conjunto com o Colégio de Dirigentes, deliberará sobre a divisão do montante de recursos destacados na Matriz CONIF ao IFMT, utilizando das políticas previstas no PDI para ensino, pesquisa e extensão para destinar valores a Reitoria, pró-reitorias e aos seus 19 *campi*.

No âmbito do Instituto Federal de Mato Grosso, o orçamento estabelecido na Matriz CONIF é executado para atender as ações dos diversos níveis e modalidades de educação, como também aos eixos do ensino, pesquisa e extensão, conforme dispõe o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Além do PDI, a execução do orçamento nos 19 *campi* do IFMT é acompanhada pela Pró-Reitoria de Administração (PROAD), como atividade-fim da pró-reitoria, evidenciada com sua participação no Colégio de Dirigentes do IFMT, conforme dispõe o Estatuto do IFMT. Como metodologia de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução orçamentária e também financeira, a PROAD faz uso de consultas gerenciais emitidas por meio do SIAFI – Gerencial, sistema construído em uma plataforma de *business intelligence*.

Além dos recursos estabelecidos e destinados ao IFMT na Matriz CONIF, o IFMT busca, como objetivo estratégico, novas formas de captação de recursos, em consonância com seu caráter público e com a democratização do acesso. Como exemplos dessa ação estratégica, citamos os Termos de Execução Descentralizados (TED) com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ambos celebrados com objetivo de ampliar as vagas para Educação a Distância (EaD).

Como ferramenta de acompanhamento e avaliação, o IFMT faz uso dos indicadores acadêmicos e administrativos institucionalizados, estabelecidos no Acórdão TCU 2.267/2005, amplamente divulgado e disponibilizado ao público na Plataforma MEC “Nilo Peçanha”, por meio do link <https://www.plataformanilopecanha.org/>.

A sustentabilidade financeira abrange o provimento dos orçamentários e financeiros para viabilizar uma gestão necessária ao bom funcionamento de cursos e programas já

implementados, bem como para viabilizar investimentos necessários à expansão de cursos e programas, em consonância com a missão, as políticas, os objetivos e as metas institucionais.

A gestão orçamentária e financeira do IFMT tem como premissa a preservação da sustentabilidade financeira. O IFMT trabalha com recursos federais e com as receitas próprias e recursos de parcerias com instituições públicas e privadas.

16.8.2. Estratégias da Sustentabilidade Financeira

O princípio da sustentabilidade financeira no IFMT compreende a estrutura técnica especializada, os procedimentos operacionais que geram e acompanham as estratégias definidas pelo IFMT a serem consideradas nos próximos cinco anos.

As estratégias são as seguintes:

- Realizar anualmente o planejamento orçamentário seguindo o princípio da gestão participativa.
- Buscar recursos necessários para a sustentabilidade do IFMT, devendo manter a estrutura de funcionamento dos cursos e programas.
- Orientar os gestores a considerar, constantemente, os aspectos da sustentabilidade em seus projetos e decisões, como princípio filosófico do IFMT para a gestão de cursos, programas e setores administrativos, na perspectiva de gerar resultados.

16.8.3. Sustentabilidade Financeira: Participação da Comunidade Interna

O processo de programação orçamentária inicia-se no mês de fevereiro do ano anterior ao de sua execução e, a partir de então, são revistos todos os planos de ação no ano corrente e a programação para o ano seguinte. Uma vez consolidada a proposta de orçamento, ela poderá ser ajustada no ano de sua execução, considerados, então, os resultados dos indicadores estabelecidos e a liberação de limites orçamentários ou cortes de dotação orçamentária. Esses dois últimos ocorrem por parte do governo federal.

A alocação dos recursos segue a metodologia de composição de orçamento anual, a qual tem por base indicadores do Ministério da Educação, como, por exemplo, o número de matrículas e custos para funcionamento dos cursos. Por conseguinte, de posse do orçamento estimado para o exercício seguinte, todos os segmentos do IFMT apresentarão os seus planos anuais de atividades que, uma vez aprovados, serão compatibilizados com o quadro de disponibilidades orçamentárias, a serem executadas conforme planejamento. Os setores

receberão as informações de seus planos aprovados e, mediante procedimento interno, passarão a realizar os seus planos nos meses previstos para as ações planejadas.

Nesse período de execução do planejamento, é realizado um acompanhamento por parte da Pró-Reitoria de Administração (PROAD) quanto às liberações de limite orçamentário e análise de eventuais cortes de dotação orçamentária. Caso algum desses eventos ocorra de forma a prejudicar a execução do planejamento, a PROAD informa a todos os segmentos do IFMT a necessidade de readequação do planejamento.

As estratégias de elaboração e discussão da Matriz Orçamentária possibilitam a divulgação e participação da comunidade interna. Isso porque, para atender a estrutura multicampi do IFMT, a PROAD, instância superior no IFMT diante de suas competências regimentais, discute com os dirigentes de Administração dos seus 19 *campi* o rateio, o planejamento das despesas fixas e variáveis, bem como diretrizes para discussão com as comunidades internas locais (administrativa e acadêmica), orientando, quando for o caso, acerca de medidas essenciais para o correto planejamento orçamentário. Por sua vez, os dirigentes de Administração operacionalizam palestras e oficinas com representantes da comunidade acadêmica (técnicos administrativos e professores) a gestão e alocação de recursos da instituição. Da mesma forma, a pró-reitoria disponibiliza em sua página institucional ferramentas para colaborações, críticas e sugestões, bem como divulga amplamente a legislação (interna e externa), as autoavaliações, os Relatórios de Gestão (indicadores) e outros documentos.

Periodicamente, a PROAD e a DSGP proporcionam, aos membros dos colegiados, gestores da Reitoria e *campus*, cursos de gestão pública e orçamentária em parceria com os órgãos de controle interno e externo, com o objetivo de capacitar para a gestão de recursos, tais como, definição de orçamento, captação de recursos, acompanhamento e execução orçamentária.

17.0. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

Conforme descrito no Capítulo 1 - Perfil Institucional, o IFMT dispõe atualmente de 20 unidades em funcionamento, dispondo da seguinte infraestrutura física:

Figura 9 – Infraestrutura do IFMT



As instalações do IFMT atendem às necessidades institucionais, considerando-se a sua adequação a atividades e acessibilidade, e de forma a manter-se neste patamar, há um Plano de Manutenção, por meio de contrato com empresa especializada em manutenção, que teve início de implantação em 2017.

A infraestrutura da Reitoria e dos *campi* do IFMT está descrita no sistema e-MEC, sendo que todas as instalações administrativas e acadêmicas atendem às necessidades institucionais, passando por verificações periódicas, manutenção preventiva e corretiva, bem como atualização (física e tecnológica) que garantem a possibilidade de aplicação de recursos inovadores e também o atendimento diferenciado.

Os ambientes descritos no e-MEC, existentes nos *campi*, são limpos, arejados, climatizados, bem iluminados, conservados e salubres, dispondo de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, boa acústica, ventilação, equipamentos, acesso à internet e mobiliário adequado, proporcionando conforto e, quando necessário, a privacidade, para o desenvolvimento das atividades administrativas e acadêmicas.

Entre outros, destacamos os seguintes ambientes existentes nos *campi*:

- áreas administrativas para atendimento com qualidade aos servidores, estudantes e comunidade em geral;
- salas de aula amplas e adequadas ao número de estudantes por turma;
- ao menos uma sala ampla, onde funciona auditório e ou sala multiuso;
- gabinetes e ou estações de trabalho para docentes em tempo integral e tutores EaD, que corresponde à sala de docentes;
- espaços para atendimento aos estudantes: recepção, coordenações, secretaria, NAPNE, cantina, área de convivência e alimentação;
- infraestrutura física e tecnológica para CPA;
- instalações sanitárias distribuídas pelos *campi*, com sanitários adaptados para portadores de necessidades especiais;
- biblioteca disposta de sistema informatizado e acervo que atende às áreas de seus cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação;
- salas de apoio de informática ou infraestrutura equivalente;
- laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas para todos os cursos.

Com relação à infraestrutura da Reitoria, destacamos a existência de:

- áreas administrativas para atendimento com qualidade aos servidores, estudantes e comunidade em geral;
- auditório;
- ambientes para atendimento a servidores e estudantes: recepção, pró-reitorias, diretorias, área de convivência e alimentação; infraestrutura física e tecnológica para CPA central;
- instalações sanitárias distribuídas pelas instalações, havendo sanitários adaptados para portadores de necessidades especiais;
- salas de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.

Destacamos, ainda, que tanto na Reitoria quanto nos *campi* há servidores designados para atendimento e apoio aos docentes, tutores EaD em suas tarefas, tais como: recepção e comunicação com os estudantes; reprodução e impressão de materiais diversos; reservas de salas e laboratórios para aulas e reuniões acadêmicas, entre outros.

As bibliotecas dos *campi* do IFMT possuem acervo que atende às áreas de seus cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação. O acervo geral é formado por livros, dicionários, periódicos e multimeios (CDs e DVDs), com o objetivo de atender docentes, tutores EaD e estudantes. Além disso, a biblioteca oferece uma ampla base de dados digital com acesso ao conteúdo completo de artigos em diversas áreas de conhecimento.

As bibliotecas dispõem ainda de sistema informatizado e contam com recurso para que tanto os docentes/tutores quanto os discentes tenham acesso remoto ao acervo completo; por meio da internet, é possível fazer consultas sobre os materiais disponíveis para consulta local e para empréstimo, solicitar reservas de publicações do acervo e efetuar renovações de empréstimos.

Por fim, destacamos alguns aspectos comuns em toda infraestrutura do IFMT, tanto da Reitoria quanto dos *campi*:

- **Limpeza e conservação**

A Pró-Reitoria de Administração possui um plano de manutenção dos ambientes administrativos, com rotinas diárias de limpeza e conservação dessas instalações.

Cada *campus* possui contrato próprio com empresa responsável pela limpeza e manutenção, em conformidade com o plano de manutenção das salas de aula, com rotinas diárias de limpeza e conservação dessas instalações. As cadeiras e mesas eventualmente danificadas são substituídas regular e tempestivamente.

- **Iluminação, acústica e ventilação**

Os espaços administrativos e acadêmicos do IFMT são ventilados e ou climatizados, possuem adequada acústica, iluminação, ventilação e contêm mobiliário confortável e adequado ao desenvolvimento de atividades administrativas.

Todas as salas de aula e ambientes acadêmicos são climatizados, com acústica, iluminação, ventilação e mobiliário confortável e adequado ao desenvolvimento de atividades acadêmicas, dispondendo ainda de recursos de acessibilidade. Estão disponíveis nos *campi* recursos audiovisuais (projektor multimídia fixo e computador com acesso à internet), quadros brancos, telas de projeção retrátil e carteiras com prancheta frontal, proporcionando o conforto e funcionalidades adequadas aos estudantes e docentes. Recursos de áudio estão disponíveis de forma permanente em algumas salas de aula.

- **Segurança**

No que tange à segurança, todos necessitam de identificação para ter acesso às instalações. A identificação dos técnicos administrativos e docentes/tutores EaD dar-se-á por meio do uso de crachá.

Todas as bibliotecas possuem armários escaninhos com posições para guarda de materiais e um funcionário responsável pelo controle dos volumes.

- **Acessibilidade**

O IFMT dispõe de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com o Plano de Promoção e Garantia de Acessibilidade constante deste PDI.

- **Plano de expansão física**

Como explicitado em capítulo específico, o IFMT avalia anualmente a necessidade de ampliação de sua infraestrutura física em geral, de equipamentos, do acervo da biblioteca e seu espaço físico, observando os critérios de qualidade do SINAES, de forma a atender à demanda de implantação dos novos cursos. Toda expansão física deverá atender ao Plano Diretor de Infraestrutura, que indica a expansão com garantia de acessibilidade.

- **Biblioteca**

As bibliotecas do IFMT oferecem serviços que incluem: empréstimo domiciliar; reservas on-line; renovação de empréstimo de obras presencial e on-line; orientação bibliográfica; apoio para uso da normalização bibliográfica – ABNT; orientação para levantamento bibliográfico; apoio para utilização da Base de Dados de Periódicos Internacionais Multidisciplinar (EBSCO). Dessa forma, podemos afirmar que os serviços da biblioteca do IFMT atendem de maneira excelente às necessidades institucionais.

A área reservada para o acervo possui estantes, ambientes para estudos individuais e em grupo, para leitura de jornais e revistas, mesas e cadeiras.

O acesso ao acervo físico é livre, ou seja, o próprio usuário realiza a pesquisa, utilizando os terminais de consulta ou a busca direta. O acervo do IFMT é atualizado periodicamente, quando das revisões e atualizações dos PPCs, como explicitado no tópico específico deste PDI.

O sistema gerencial usado na biblioteca permite a emissão de todos os relatórios relacionados ao acervo: empréstimos, quantidade de livros, entre outros.

No geral, as bibliotecas funcionam de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 22h e aos sábados, das 8h às 12h.

- **Equipamentos, espaço físico e acesso à internet**

Nas salas de apoio de informática ou infraestrutura equivalente dos *campi* existe ainda atendimento de Tecnologia da Informação (TI), o serviço de suporte aos usuários (help desk), a sala de servidores, roteadores, equipamentos e cabos de acesso à internet em banda larga que provê velocidade de até 10 Gbps para toda área acadêmica da Instituição com redundância de até 20 Mbps.

- **Normas de segurança**

As normas de segurança estão disponíveis nos laboratórios, ambientes e cenários para práticas, nas salas de apoio a informática e nos laboratórios de informática. Há manuais com as normas de funcionamento, utilização e segurança dos equipamentos de TI.

- **ACESSIBILIDADE DIGITAL, ACESSIBILIDADE FÍSICA E CONDIÇÕES ERGONÔMICAS**

A DSTI assegura a existência e adequação de hardware e software que promovam acessibilidade digital, acessibilidade física e condições ergonômicas de trabalho à comunidade acadêmica. Ainda quanto à acessibilidade física e às condições ergonômicas, o IFMT incluiu neste PDI um Plano de Promoção e Garantia de Acessibilidade e ainda elaborou Plano Diretor de Infraestrutura, em que orienta a adequação de espaços para total atendimento a legislação.

- **Serviços, suporte, atualização de software e plano de atualização**

A DSTI, e conforme o caso, as coordenações locais de TI e assessorias de Tecnologia da Informação são responsáveis pelo suporte e pela manutenção dos computadores e dos softwares para as diversas atividades administrativas e acadêmicas. A atualização de hardware, software e manutenção de TI, que denote aquisição, devem estar de acordo com o Plano Diretor de Tecnologia de Informação e a legislação em vigor. Estando sob responsabilidade, conforme o caso, da DSTI, coordenação de TI, assessoria de TI, ou

equivalente, realizar a assessoria técnica para o processo, principalmente de planejamento, aquisição, recebimento, acompanhamento/fiscalização de serviços, instalação e gestão desse objeto. Além disso, o help desk de TI auxilia no atendimento aos estudantes, docentes, tutores EaD e técnicos administrativos no que tange à utilização de recursos computacionais, provendo os serviços de suporte.

17.1. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

Todo processo de ensino-aprendizagem é mediado por modernas ferramentas tecnológicas da informação e comunicação, as quais atendem às necessidades dos grupos a seguir.

- **Docentes, tutores e estudantes**

A partir do portal institucional, docentes, tutores e estudantes têm acesso aos diversos sistemas institucionais, inclusive o AVA. Este permite que as atividades acadêmicas de docentes, tutores e estudantes sejam mediadas por uma plataforma colaborativa de aprendizagem. Neste portal, estão os projetos pedagógicos, planos de ensino, cronogramas de aula, materiais didáticos, fóruns de discussão. É nele que o docente/tutor EaD faz o registro de frequência dos estudantes e a postagem de material didático, avaliações e notas.

Por meio do portal, o estudante tem acesso aos sistemas que possibilitam consultar notas e faltas, participar de fóruns de discussão, ter acesso a notícias atinentes à vida acadêmica, ouvidoria, horários de aula. O processo se inicia pela alocação dos estudantes em turmas, sob a responsabilidade de um docente/tutor EaD, tanto no presencial quanto no ambiente virtual.

Assim, cada turma ganha um espaço próprio, o qual é dotado de vários recursos. De forma automática, os dados básicos do plano de ensino serão transferidos para esse espaço, a partir do Projeto Pedagógico do Curso, o que inclui a ementa, os objetivos, os conteúdos curriculares e a bibliografia. Feito isso, cabe ao docente/tutor lançar o seu cronograma de atividades e os seus procedimentos de avaliação. No cronograma de atividades, os docentes/tutores têm a oportunidade de anexar materiais didáticos por eles produzidos, os quais podem ser baixados livremente pelos estudantes.

No AVA é possível utilizar fórum de discussão, que é uma ferramenta de grande utilidade para a comunicação entre docentes, tutores e estudantes. O AVA permite, ainda, o lançamento de notas e faltas pelos docentes. Todas as turmas, em todos os cursos, podem utilizar esse ambiente virtual como apoio às atividades presenciais no processo de ensino-

aprendizagem.

Existe a oferta de programa de capacitação para docentes e tutores EaD e tutores presenciais que poderá ser acessado pelo mesmo portal.

Além do AVA, o IFMT possui portal público, o qual mantém um conjunto de informações institucionais e acadêmicas de interesse dos estudantes e da comunidade externa. Os eventos promovidos pelo IFMT são divulgados nesta página e todas as ações nas áreas de ensino, iniciação científica e extensão são ali disponibilizadas. Também há links para acesso direto a órgãos de fomento, entre outros.

Para suportar esses recursos, o IFMT possui uma moderna infraestrutura de informática. Além disso, é disponibilizada rede de internet sem fio (WiFi) para que os estudantes acessem a internet por meio de seus dispositivos móveis em todos os ambientes do IFMT.

Os laboratórios de informática de cada *campi*, à disposição dos estudantes, estão equipados com computadores que permitem o acesso à internet, permitindo consultas aos sites de sua preferência e a realização de suas atividades acadêmicas. O acesso é liberado com intuito acadêmico, por isso há filtros de conteúdo, conforme política de segurança do IFMT, principalmente quanto a nudez, pornografia, pedofilia, drogas, plágio, proxy, games, apostas, hack, quebra de direitos autorais, games, ataques a estruturas internas ou externas, p2p, entre outros.

- **Apoio administrativo**

O pessoal técnico-administrativo tem à disposição um ferramental de tecnologias de informação e comunicação. O IFMT baseia seus processos administrativos em sistemas integrados de gestão, que englobam módulos de compras, patrimônio, pessoal, financeiros e contábeis, entre outros. As informações do portal acadêmico são integradas e consolidadas no sistema central integrado ao AVA, que mantém os registros de todas as turmas, docentes, avaliações, notas e registros de frequência, auxiliando o trabalho da secretaria acadêmica, dos núcleos de atendimento ao estudante e ao docente e das coordenações.

- **Sociedade civil**

O IFMT possui um portal público, com informações institucionais de interesse da comunidade acadêmica e da sociedade civil. Os eventos promovidos pelo IFMT serão divulgados nessa página, assim como as ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. O

IFMT também está presente nas principais redes sociais, como Facebook, Twitter e Instagram, de forma a propiciar mais um canal de comunicação.

17.2. Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas

A infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atende às necessidades institucionais, considerando os aspectos a seguir.

O IFMT dispõe de laboratórios de informática atualizados constantemente para acompanhar a evolução tecnológica. Tais laboratórios são para utilização acadêmica e pedagógica.

Além disso, todos os *campi* da Instituição contam com rede sem fio (WiFi), cobrindo praticamente 100% de sua área. Para acessar a internet, devem ser utilizadas as mesmas credenciais fornecidas para acesso aos micros dos laboratórios ou salas de aula.

- **Plano de atualização**

Há um plano sistemático de atualização e investimento em laboratórios, de forma a atender a demandas dos cursos. Todos os computadores de uso acadêmico são atualizados de acordo com a necessidade de cada curso, devendo seguir as Boas Práticas de Planejamento de Tecnologia da Informação, sendo, após este período, destinados a descarte e substituídos por equipamentos novos com configurações adequadas para o atual nível do mercado.

- **Acessibilidade**

Os laboratórios são dotados de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, permitindo que estudantes portadores de necessidades especiais tenham computadores adaptados por meio de softwares adequados às suas limitações.

17.3. Plano de Manutenção dos Laboratórios

A manutenção dos equipamentos de laboratório e material de apoio é realizada por técnicos responsáveis do IFMT e também por técnicos de empresas contratadas.

A manutenção externa será realizada, regularmente, duas vezes por ano, mediante solicitação por escrito, feita pelos monitores do laboratório e, sempre que se fizer necessário, pela equipe interna.

Os procedimentos de manutenção são divididos em três grupos: manutenção

preventiva, manutenção corretiva e manutenção de emergência. Os procedimentos de manutenção incluem as atividades de:

- substituição de peças ainda em condições de uso ou funcionamento cujo tempo de uso esteja próximo ao final do tempo de vida útil;
- reformas de instalações e equipamentos, de forma a minimizar a probabilidade da ocorrência de incidentes e interrupções nas rotinas de trabalho;
- reformas necessárias à implementação de novas atividades;
- reformas necessárias para a ampliação e/ou aumento da capacidade das atividades já existentes;
- consertos e reformas necessários após a ocorrência de acidentes e/ou incidentes;
- reformas que atendem a minimização e/ou eliminação de riscos de acidentes de alta ou altíssima probabilidade.

17.3.1. Pessoal Técnico de Apoio

O pessoal técnico de apoio nos *campi* é orientado por servidor, capaz de oferecer o suporte aos usuários dos laboratórios, sejam eles estudantes, docentes ou tutores. Esses profissionais e equipes, que podem ser compostas também por estagiários, estarão disponíveis nos laboratórios durante os períodos definidos na Instituição.

17.4. Oferta de Educação a Distância

No Brasil, em que grandes dimensões territoriais constituem uma dificuldade para a democratização do acesso à educação de qualidade e onde as desigualdades sociais ainda são significativas, a partir da educação a distância o IFMT busca alcançar estudantes desfavorecidos tanto geograficamente quanto socialmente, assim atendendo as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação para Educação Superior.

Nesse sentido, o PDI 2019-2023 do IFMT destaca: um dos desafios e diretrizes da educação superior, consideradas no planejamento estratégico institucional, referem-se à educação profissional e tecnológica, com um currículo que prepare os estudantes para atender às exigências do século 21, o que demanda novas abordagens, incluindo a educação a distância e o uso abrangente de novas TIC.

17.4.1. Abrangência Geográfica

Nessa perspectiva, o IFMT, nos termos do art. 80 da Lei 9.394/1996 e dos Decretos 9.057/2017 e 9.235/2017, em nível estadual e nacional, atenderá o que estabelecem as normas para a abertura de unidades e para a oferta de cursos presenciais e a distância.

Quanto à abertura de polos de apoio presencial, o IFMT vive dois períodos. O primeiro momento, entre 2006 e 2011, está vinculado ao início da oferta na modalidade, fortemente ligada aos programas federais que visavam a sua popularização. Nesse instante, os polos de apoio presencial surgiram das necessidades regionais e o IFMT os atendia por meio de um convênio. É importante notar que, nesse mesmo período, o IFMT experimentava crescente expansão de seus *campi*, proporcionada pelo governo federal, totalizando 19 unidades no ano de 2017.

No segundo momento, a partir do final do ano de 2012 até os dias correntes, o IFMT, ainda em crescente expansão, passa a contar com mais polos de apoio presencial, que são vinculados a programas, somando, em 2018, o total de 25 polos. Alguns deles sediados na mesma cidade onde o IFMT mantém cursos presenciais, por meio de suas unidades próprias. Dessa forma, com a sua abrangência por meio dos *campi* e de polos de apoio presencial mantidos por parcerias, a presença do IFMT passa a ser marcante no estado.

A partir desse cenário, de crescente expansão da EaD no IFMT, surgiu a necessidade de se reavaliar a atual abrangência da Instituição, para que seja possível propor a criação de polos institucionais em áreas ainda não contempladas tanto pela política de expansão do IFMT quanto pela própria iniciativa do município ou estado.

Com base nas discussões que os *campi* do IFMT mantêm em relação à proposta de novos cursos, tem-se a indicação propositiva de instalação de novos polos. Distante dos grandes centros, Mato Grosso é um estado com predominância de pessoas adultas (segundo as estimativas do IBGE para 2017), que almejam a inserção no mundo do trabalho. Ou seja, o contingente de pessoas que já terminou o ensino médio e ainda não está no ensino superior constitui um nicho a ser atendido.

Nas demais regiões, e considerando a necessidade de formação de docentes, o IFMT envidará esforços para atender, por meio da modalidade a distância, as demandas assim apresentadas, respeitando o eixo tecnológico que é condizente à região, a presença das unidades institucionais (*campus*, *campus* avançado ou centro de referência) e a mobilização local da comunidade.

Ainda segundo o Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação, no processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, em que os déficits educacionais e as desigualdades regionais são elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na educação à distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. Além do mais, uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE, 2011/2020) é elevar, de forma qualificada, a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos. Mas, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os números apontam para índices muito aquém destes valores: apenas 3.559.100 (15,82%) do total de estudantes brasileiros entre 18 e 24 anos encontram-se matriculados em algum curso superior de graduação.

Esse valor é menor ainda para o estado de Mato Grosso. A expansão da educação a distância se revela uma modalidade estratégica para a melhoria dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil.

Nessa perspectiva, a flexibilidade da educação a distância (EaD) tem, potencialmente, condições de disseminar a educação com a devida atenção às características regionais do país. Mesmo assim, não obstante, os incentivos do governo federal, com a abertura de novos cursos na modalidade a distância, está longe de contemplar a grande demanda por educação superior no país, principalmente nas camadas menos favorecidas e mais distantes dos grandes centros.

Além disso, o IFMT, comprometido com o seu histórico de excelência na qualidade do ensino, inovação e responsabilidade social, encontra na modalidade de educação a distância uma oportunidade de democratizar a produção do conhecimento, disponibilizando cursos a regiões que, historicamente, são deficitárias desse tipo de oferta.

Assim, com boa infraestrutura, qualidade de ensino e um corpo docente e tutorial experiente e qualificado, buscando conciliar a titulação acadêmica adequada às disciplinas com a experiência profissional atualizada e próxima da realidade da profissão, o IFMT tem proporcionado todo o apoio necessário para os discentes e docentes desenvolverem suas atividades.

17.4.2. Infraestrutura Física, Tecnológica e de Pessoal para os Polos EaD

Para o atendimento da demanda acadêmica, o IFMT possui, na sede, nos *campi* e nas parcerias com polos de apoio presencial, infraestrutura física, tecnológica e de pessoal

necessária aos atendimentos aos estudantes, conforme legislação, possuindo no mínimo o espaço mobiliado, dotado de recursos de acessibilidade e equipado para atender os setores conforme listado a seguir:

- Recepção;
- Laboratórios de ensino/aprendizagem para cada curso, quando previstos;
- Laboratório de informática ou equivalente com no mínimo 12 computadores;
- Rede WiFi em todo polo de apoio/ambiente profissional;
- Biblioteca com no mínimo 3 computadores para consulta;
- Acesso a PNE;
- Sala de Assistente Acadêmico;
- Secretaria;
- Duas salas de aula para no mínimo 25 estudantes;
- Sala de Coordenação.

Todos os polos de apoio presencial contam no mínimo com a seguinte relação pessoal:

- Recepcionista: formação mínima de ensino médio;
- Coordenador de polo: titulação de graduação;
- Tutor presencial por curso/turma: com formação na área do curso responsável por fazer a assistência aos acadêmicos;
- Secretária: responsável pelo atendimento e orientação acadêmica, preferencialmente com formação em licenciatura;
- Segurança;
- Pessoal de limpeza.

17.4.3. Relação de Polos de Educação a Distância Previstos para a Vigência do PDI

Para o PDI 2019-2023, o IFMT prevê a implantação de polos EaD nas unidades em funcionamento, as quais contarão com infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada ao atendimento dos discentes, tutores, comunidade acadêmica em geral, passando a ter atuação por meio de polos EAD ou ambientes profissionais nos seguintes municípios:

Quadro 40 - Polos de Educação a Distância

Água Boa – MT*
Alto Araguaia – MT*
Alta Floresta – MT
Arenápolis – MT*
Aripuanã – MT*
Barra do Bugres – MT*
Barra do Garças – MT
Canarana – MT*
Cáceres – MT*
Campo Novo do Parecis – MT
Campo Verde – MT*
Colíder – MT*
Comodoro – MT*
Confresa – MT
Cuiabá – MT*
Diamantino – MT*
Guarantã do Norte – MT*
Jauru – MT*
Juara – MT*
Juína – MT*
Lucas do Rio Verde – MT*
Nova Xavantina – MT*
Pedra Preta – MT*
Pontes e Lacerda – MT*
Primavera do Leste – MT*
Ribeirão Cascalheira – MT*
Rondonópolis – MT
São Félix do Araguaia – MT*
Sapezal – MT*
Sinop – MT
Sorriso – MT*
Tangará da Serra – MT

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Observação: *Municípios que contam com polos de EaD atualmente em parceria por meio do Sistema UAB.

17.4.4. Previsão da Capacidade de Atendimento ao Público-Alvo

Considerando a definição de abrangência geográfica, a relação de polos de apoio presencial e a estrutura física e de pessoal proposta, a previsão do IFMT é de que sejam autorizadas 500 vagas ano/curso. Para tanto, o Instituto apresentou acima a infraestrutura de cada polo de apoio presencial, que comporta no mínimo 100 vagas ao ano por curso.

Vejam os como se chegou a esta conclusão:

Diante da infraestrutura física, tecnológica e de pessoal descrita para os polos de apoio presencial, vê-se que disporá de no mínimo duas salas com pelo menos 25 lugares, sendo possível atender 50 estudantes/turno/dia nos momentos presenciais, ou seja, em 6 dias letivos por semana, nos turnos matutino e noturno, serão atendidos pelo menos 600 estudantes/sala/polo.

Assim, os polos de apoio presencial atenderão adequadamente ao público e à quantidade de vagas solicitadas.

17.4.5. Descrição das Inovações Tecnológicas Significativas Adotadas para Execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Previstos

O IFMT, sempre atento às inovações tecnológicas para melhorar o fazer acadêmico, prevê a implantação de inovações significativas, sendo as principais:

- a implantação da rede wireless em todas as estruturas dos *campi* e polos de apoio presencial;
- expansão da rede lógica com cabeamento estruturado em todos os setores;
- a otimização do sistema de help desk;
- a implantação do Sistema de Workflow de documentos;

Além disso, a aplicação de novas tecnologias da EaD compartilhadas com o ensino presencial, sendo as principais dimensões desse compartilhamento:

- Sala virtual: disponibilizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle para as disciplinas do ensino presencial.
- Biblioteca digital: um repositório de objetos de aprendizagem onde estão incluídos vídeos, aulas gravadas e ao vivo, textos, tutoriais, apostilas, manuais, mídias interativas digitais (MIDI), além de permitir consultar o acervo da biblioteca central do IFMT. Este recurso estará disponível a todos os estudantes da EaD, podendo ser também oferecido aos estudantes da modalidade presencial do IFMT.
- Estúdio: O DEaD conta com estúdio para gravação e transmissão de conteúdos didáticos. Conta ainda com equipamentos para captura de imagens e elaboração de vídeos em outros ambientes da Instituição ou até para cobertura de eventos externos. Ainda nesse contexto, podem ser transmitidos os conteúdos aqui produzidos.

17.4.6. Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático

Todos os materiais didáticos do IFMT são elaborados e ou adquiridos, sendo validados por equipe pedagógica da Equipe Multidisciplinar, pelo DEaD e pelo NDE de cada curso, de modo a garantir a definição clara do projeto pedagógico, por diferentes óticas.

Os conteúdos de cada disciplina podem ser compostos por:

- Conteúdo digital de alta qualidade, interativo e dinâmico.
- Desenvolvidos por docentes do IFMT ou em parceria com docentes de outras IES.
- Aulas digitais, com ilustrações e animações, divididas por temas (objetos de aprendizagem).
- Material para o tutor com planos de aula, orientações e material complementar.
- Leituras complementares, com os e-books.
- Treinamento e suporte técnico para gestão das suas turmas.
- Vídeo de abertura, contextualizando o tema estudado com o mercado trabalho.

Considerando que todo material didático utilizado pelos cursos do IFMT estará disponível em versão digital e sendo permitido ao estudante imprimir o livro da biblioteca virtual e ainda a garantia de SLA 7/24, torna-se garantida a distribuição e entrega a 100% dos estudantes matriculados.

Ressaltamos ainda que todos os polos de apoio presencial terão rede WiFi, em todos os locais, permitindo que o estudante acesse, baixe ou trabalhe off-line, garantido o acesso de qualidade ao material didático, evitando, assim, a possibilidade de falha na distribuição de material didático.

17.4.7. Polos de Educação a Distância e Ambientes Profissionais

Para o atendimento da demanda acadêmica, o IFMT dispõe de sua infraestrutura, dotada de recursos de acessibilidade, de parcerias com o estado e prefeituras para utilização de polos EaD credenciados para o IFMT, que possuem a infraestrutura necessária aos atendimentos aos estudantes, conforme legislação, com a infraestrutura mínima listada a seguir:

- Recepção.
- Laboratórios de ensino/aprendizagem.
- Biblioteca.

- Acesso a PNE.
- Sala de Assistente Acadêmico.
- Secretaria.
- Sala de Coordenação.

17.5. Plano de Promoção e Garantia de Acessibilidade

Um ambiente de ensino onde a diversidade seja aceita e valorizada para que as diferenças possam beneficiar a aprendizagem de todos exige ações que vão muito além da acessibilidade arquitetônica, muito além da adequação do espaço físico, é preciso uma visão integrada que possibilite à pessoa com deficiência ter acesso ao conhecimento, à cultura, e a tudo o que o IFMT dispor.

O conceito de acessibilidade é descrito na legislação brasileira como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, Decreto 5.296/2004).

Há diversos tipos de acessibilidade: atitudinal, comunicacional, digital, instrumental, arquitetônicas e outras. Sendo que algumas dessas implicam em formulação de ações estratégicas na área da infraestrutura.

A ocupação dos espaços físicos do IFMT demanda aperfeiçoamento das estruturas existentes e a construção de novas, como forma de garantir a adequação dos espaços e cuidado com o patrimônio, levando-se em conta a sustentabilidade.

A seguir, apresentamos de forma sucinta e esquemática os principais marcos orientadores relativos à acessibilidade na área educacional:

Quadro 39 - Marcos orientadores relativos à acessibilidade na área educacional

DISPOSITIVOS LEGAIS	TEOR DA DOCUMENTAÇÃO
Constituição Federal de 1988, arts. 205, 206 e 208	Assegura o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio do ensino a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206, I) e garantindo acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V).
Lei 8.069/1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
Lei 10.098/1994	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.
Lei 9.503/1997	Institui o Código de Trânsito Brasileiro.
Lei 10.048/2000	Dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e dá outras providências.
Lei 10.098/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.
Lei 10.436/2002	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados.
Lei 10.741/2003	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Lei 11.126/2005	Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado do cão-guia.
Lei 13.146/2015	Acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas.
Decreto 2.327/1997	Dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, composição do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e ainda as Resoluções do CONTRAN sobre acessibilidade.
Decreto 3.298/1999	Regulamenta a Lei 7.853/1989 que dispõe sobre a política nacional para integração da pessoa com deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.
Decreto 3.956/2001	Promulga a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.
Decreto 5.296/2004	Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário e acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu art. 24, determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos e privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.
Decreto 5.626/2005	Regulamenta a Lei 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiologia e, optativamente, nos demais cursos de educação superior.
Decreto 5.904/2006	Regulamenta a Lei 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.

Decreto 186/2008	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30/03/2007.
Decreto 7.037/2009	Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências.
Decreto 6.949/2009	Ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso aos referenciais de acessibilidade na educação superior, segundo a constituição de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.
Decreto 7.234/2010	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O Programa tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e, em seu art. 2º, expressa os seguintes objetivos: “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”. Ainda, no art. 3º, § 1º, consta que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas em diferentes áreas, entre elas: “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação”.
Decreto 7.611/2011	Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que prevê, no art. 5º, § 2º, a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, com o objetivo de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
Decreto 7.612/2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite.
Portaria MEC 2.678/2002	Aprova as diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

Portaria MEC 3.284/2003	Substituiu a Portaria 1.679/1999, sendo ainda mais específica na enumeração das condições referenciais de acessibilidade na educação superior que devem ser construídas nas IES para instruir o processo de avaliação das mesmas.
Portaria MEC 976/2006	Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação, conforme Decreto 5.296/2004.
Portaria MC 301/2006	Aprova a Norma 001/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.
Portaria STL 3/2007	Aprova a Norma 001/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.
Resolução ANVISA – RDC 50/2002	Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.
IN 1 do IPHAN/ 2003	Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme específica.
ABNT NBR 9.050/2004	Dispõe sobre a acessibilidade arquitetônica a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

<p>Relação das Normas Brasileiras de Acessibilidade da ABNT em vigor</p>	<p>01 ABNT NBR 15646:2011 Acessibilidade – Plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade em veículos com características urbanas para o transporte coletivo de passageiros – Requisitos de desempenho, projeto, instalação e manutenção. 02 ABNT NBR 14022:2011 Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros 03 ABNT NBR15655-1: 2009 Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional. Parte 1: Plataformas de elevação vertical (ISO 9386-1, MOD). 04 ABNT NBR15646: 2008 Acessibilidade – Plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade em veículos com características urbanas para o transporte coletivo de passageiros. 05 ABNT NBR 15599:2008 Acessibilidade – Comunicação na prestação de serviços 06 NBR313: 2007 Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência. 07 ABNT NBR 15450:2006 Acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário 08 ABNT NBR 15320:2005 Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário 09 ABNT NBR 15290:2005 Acessibilidade em comunicação na televisão 10 ABNT NBR 14021:2005 Transporte – Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano 11 ABNT NBR 15250:2005 Acessibilidade em caixa de autoatendimento bancário 12 ABNT NBR 9050:2004 – Versão Corrigida: 2005 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos 13 ABNT NBR 14970-1: 2003 Acessibilidade em veículos automotores 14 ABNT NBR 14970-2: 2003 Acessibilidade em veículos automotores Parte 2: Diretrizes para avaliação clínica de condutor em mobilidade reduzida 15 ABNT NBR 14970-3: 2003 Acessibilidade em veículos automotores Parte 3: Diretrizes para avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado 16 ABNT NBR 14273:1999 Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial 16 ABNT NBR 14020:1997 Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência – Trem de longo percurso 17 ABNT NBR16001 - 2004 Responsabilidade social – Sistema da gestão – Requisitos. Em Consulta Pública 18 Acessibilidade Sinalização Tátil no Piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. 19 Acessibilidade em Estádios.</p>
<p>Programa Acessibilidade Ensino Superior</p>	<p>Determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.</p>

<p>Convenção sobre os Direitos das PCDs (ONU, 2006)</p>	<p>Assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Define pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.</p>
<p>Lei 13.005/2014</p>	<p>Objetiva melhorar substancialmente a educação oferecida pelas escolas e IES brasileiras. O plano propõe ações nos seguintes eixos, entre outros: formação de professores para a educação especial, acesso e permanência das pessoas com deficiência nas IES, criação de centros multidisciplinares e outros.</p>
<p>Política Nacional de Ed. Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva</p>	<p>Define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.</p>
<p>CONEB/ 2008 e CONAE/ 2010</p>	<p>Referendaram a implementação de uma política de educação inclusiva, o pleno acesso dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular, a formação de profissionais da educação para a inclusão, o fortalecimento da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a implantação de salas de recursos multifuncionais, garantindo a transformação dos sistemas.</p>
<p>Normas do MT NR 24/2014</p>	<p>Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho. (Disciplina os preceitos de higiene e de conforto a serem observados nos locais de trabalho, especialmente no que se refere a: banheiros, vestiários, refeitórios, cozinhas, alojamentos e água potável, visando à higiene dos locais de trabalho e a proteção à saúde dos trabalhadores).</p>
<p>Nota Técnica DAES/INEP 8/2015</p>	<p>Acessibilidade no instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância do sistema de avaliação nacional de avaliação da educação superior – SINAES.</p>

Fonte: Comissão central de elaboração do PDI 2019 a 2023

Na busca pelo atendimento a estes instrumentos legais, o IFMT instituiu o NAPNE, para atendimento psicopedagógico com pessoal especializado na educação especial, e equipe multiprofissional que realizam ações voltadas para a promoção da acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, de comunicação, instrumental e programática.

A equipe multiprofissional realizará frequentemente momentos de formação pedagógica para os docentes, tutores EaD e colaboradores, salientando o fato de que atuam com público heterogêneo, o que exige o repensar da prática pedagógica e mudança de postura para que se promova a inclusão, e não apenas a integração do servidor ou estudante, garantindo o acesso, permanência e sucesso na vida profissional e ou acadêmica.

O trabalho será sempre realizado de forma compartilhada: recursos humanos, docentes, tutores, coordenadores do curso, profissionais do NAPNE, famílias e técnicos administrativos identificam, orientam e realizam adaptações curriculares às pessoas com deficiência, bem como constroem estratégias que visam facilitar a aprendizagem de estudantes em condições especiais.

A proposta é pautada no tripé: identificação e acolhimento, estratégias de ensino e acompanhamento, avaliação e inclusão social.

No quesito identificação e acolhimento, dependendo do segmento, temos diferentes atores envolvidos: a) quando se tratar de servidor, a DSGP, a CGP e NAPNE serão os principais agentes que, juntamente com o setor/*campus* de lotação, definirão as adaptações necessárias; b) para os discentes, o docente (nos cursos presenciais) e o tutor presencial (nos cursos a distância) serão os principais agentes; eles recebem o PcD no *campus* e/ou nos polos de apoio presencial, documentando o processo (laudo e entrevista inicial) e encaminharão para o NAPNE, que fará o contato com o estudante e a família, para o acompanhamento do processo de ensino e as adaptações curriculares necessárias. Outras formas de identificação podem ocorrer quando, no momento da matrícula, o estudante informar a deficiência ou, no caso de polos de apoio presencial, quando, no momento da correção de avaliações discursivas e fóruns, os docentes identificarem as dificuldades. Nestes casos, a coordenação do curso será informada.

No que diz respeito ao acompanhamento e às estratégias de ensino, será verificado o rendimento do estudante especial, sendo mantido o diálogo constante, efetivado em sala de aula, ou pelo instrumento de tutoria, e-mail e via telefone. Durante o processo, serão realizadas adaptações curriculares para melhor compreensão do assunto.

No caso de docentes ou estudantes surdos, o intérprete de Libras será um grande

aliado no processo de aprendizagem, intérprete este que estará presente em todos os eventos: aulas, videoaulas, seminários, avisos e teleconferências disponibilizadas pela coordenação de curso. O intérprete de Libras participará junto com os docentes e equipe multiprofissional das capacitações, formações e reuniões de planejamento sobre a disciplina no início do semestre e, durante a disciplina, serão disponibilizados os textos complementares, slides, avaliação discursiva e objetiva, material impresso – livro – com antecedência, o que poderá ajudá-lo a se preparar para o desafio de traduzir palavras específicas da área para o estudante surdo.

A responsabilidade do IFMT refere-se principalmente ao cotidiano de sala de aula, oportunizando o intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, complementando a informação expressa em texto escrito.

No caso de servidores ou estudantes com deficiência visual (cegos ou com baixa visão), será disponibilizado o material impresso na fonte solicitada, orientando a utilização dos programas de voz, realizada a audiodescrição, quando solicitado, e material em braile.

Aos servidores ou estudantes com deficiência física, o compromisso do IFMT refere-se às condições de mobilidade, utilização de equipamentos e instalações, como acesso aos espaços de uso coletivo através da eliminação de barreiras arquitetônicas, reserva de vagas em estacionamentos, rampas com corrimão ou elevadores, adaptação de portas e banheiros para permitir acesso à cadeira de rodas, barras de apoio nas paredes dos banheiros.

Para estudantes com deficiência intelectual, será utilizada a metodologia de fragmentação e repetição de conteúdos para que o estudante possa compreender o que será ensinado.

Para estudantes que se enquadram com transtorno do espectro autista, serão organizadas agendas de trabalho e disponibilizadas as aulas e materiais de estudo divididos em momentos distintos.

No que se refere à avaliação aos estudantes com deficiência será garantida a temporalidade para realizar as avaliações, sendo estas enviadas por e-mail. Será realizada adaptação de provas para qualquer meio adequado e que atenda às necessidades do candidato com deficiência; tecnologias assistivas adequadas, previamente solicitadas pelo candidato com deficiência; avaliação diferenciada nas provas escritas, discursivas ou de redação, realizadas por candidatos cuja deficiência acarrete não utilização ou impedimentos no uso da gramática da língua portuguesa, de acordo com o art. 43 do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Para estudantes surdos, as avaliações serão apresentadas em Libras, a correção do

avaliador será flexibilizada, valorizando-se o conteúdo semântico. No caso dos cursos na modalidade a distância, na apresentação de artigos de término de curso, será disponibilizado o intérprete via Skype para acompanhar a banca.

Para estudantes cegos e com baixa visão, haverá o cuidado na construção do instrumento avaliativo, evitando perguntas de relacionar colunas, perguntas relacionadas à imagem e respeitada a forma como o estudante enxerga (baixa visão), bem como o programa de voz com o qual está familiarizado.

Para servidores cegos e com baixa visão, haverá o cuidado do setor/*campus* de lotação na garantia dos seus direitos e a disponibilização de tecnologias e infraestrutura necessárias para sua atuação.

No quesito avaliação e inclusão social, haverá uma preocupação do IFMT em preparar o estudante PcD para o mercado de trabalho. Nesse sentido o NAPNE estará disponível para orientação quanto à escolha do curso que mais favoreça a inclusão social, considerando suas potencialidades.

Nos polos de apoio presencial, serão observados requisitos de acessibilidade, inclusive quando da assinatura das parcerias.

É importante ressaltar que nos cursos e em cada disciplina haverá um conjunto de habilidades e competências a serem desenvolvidas e, ao mesmo tempo, para cada pessoa com necessidades específicas haverá um conjunto de potenciais e limitações a serem considerados. Por isso, o processo de inclusão é uma construção, num esforço conjunto para se buscar as melhores alternativas e estratégias a serem oferecidas.

Uma das principais questões que se colocará inicialmente para o docente e tutor diante da inclusão é: como tornar o conhecimento proposto na disciplina acessível para todos os estudantes atendendo a diversidade e especificidades? As sugestões elencadas a seguir serão gerais, porém podem facilitar este processo:

- Se as condições do estudante exigem muitas adaptações na disciplina, o docente na educação presencial e o tutor presencial no caso da EaD conversam com a turma, convida todos a pensar em estratégias para tornar a disciplina acessível para o colega.
- Se esta conversa for bem conduzida, certamente os estudantes se sentirão aliviados em poder tratar abertamente do assunto, podendo contribuir com ideias criativas para solucionar as dificuldades e simultaneamente estarão aprendendo a lidar melhor com as diferenças – uma dimensão ética importantíssima na formação do acadêmico em qualquer área. Todos podem aprender muito com essa experiência.

A acessibilidade da Instituição, concebida em consonância com os princípios da educação inclusiva, desenvolve ações que asseguram não somente o acesso físico, mas também a permanência e a participação do servidor e ou discente com necessidades especiais no ambiente educacional.

Além dos recursos tecnológicos, o IFMT busca a superação de barreiras metodológicas, atitudinais, comunicacionais e de instrumentos, priorizando, sobretudo, a qualidade do processo de inclusão plena, tendo como objetivo melhorar substancialmente a educação oferecida buscando garantir a ausência de barreiras:

- impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações;
- na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital);
- na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos;
- nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho (profissional), estudo (escolar), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc.) e de vida diária.

O IFMT irá incorporar recursos de tecnologia assistiva que auxiliam na garantia dessa dimensão da acessibilidade, tais como:

- lápis, caneta, régua, teclados de computador e mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, entre outros;
- utilização de textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, uso do computador com leitor de tela, entre outros;
- sinalização em braile, nas dependências dos *campi*.

O *campus* que ainda não dispõe de algum dos itens acima deverá elaborar projeto para a disponibilização dentro do período de vigência deste PDI.

No intuito de garantir a acessibilidade para servidores e estudantes, concebida em consonância com os princípios da educação inclusiva, o IFMT dotará o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA de ferramentas tecnológicas de auxílio (softwares) para deficientes visuais e videoaulas com interpretação em Libras. O DEaD estará iniciando um processo para preparação de audioaulas, ou seja, aulas em que há audiodescrição para atender diferenciadamente o estudante deficiente visual. O atendimento ao estudante com diferentes necessidades especiais é realizado via DEaD/NAPNE, com integração com a coordenação de curso, docentes e assistentes acadêmicos.

O conjunto de recursos do AVA permite à Pró-Reitoria de Ensino e DeaD, planejar com as coordenações de curso uma variada gama de estratégias para assegurar a acessibilidade pedagógica e metodológica aplicada ao AVA, buscando-se o aprimoramento do aprendizado dos discentes.

O desenvolvimento e a customização do AVA do IFMT caminha para que o usuário tenha uma boa experiência educativa e, assim, a participação colaborativa do docente e do discente é fundamental para a efetiva construção do ambiente.

18.0. POLÍTICA DE AQUISIÇÃO E EXPANSÃO DE ACERVO ACADÊMICO – BIBLIOTECA

18.1. Sistema Integrado de Bibliotecas IFMT

A política de seleção, aquisição e manutenção do acervo da Biblioteca tem a finalidade de estabelecer critérios e responsabilidades para o desenvolvimento e a atualização do acervo do Sistema Integrado de Biblioteca do IFMT, o que pode ocorrer por compra ou doação.

Destaca-se que o acervo do Sistema Integrado de Biblioteca do IFMT será constituído de acordo com os recursos orçamentários preestabelecidos, contemplando os diversos tipos de materiais, em seus vários suportes, os quais deverão atender às seguintes finalidades, que passam a ser entendidas para os efeitos do PDI, como políticas para a aquisição e expansão do acervo:

- a) Política de universalização: suprir os programas de ensino dos cursos técnicos de nível médio, de graduação, de pós-graduação e dos polos de apoio presencial ou ambientes profissionais vinculados aos cursos (EaD), quando for o caso;
- b) Política de suporte à pesquisa: dar apoio aos programas de iniciação científica e extensão do IFMT;
- c) Política de acesso aos acervos: atender docentes, tutores e técnicos administrativos no exercício de suas atividades;
- d) Política de informação: fornecer obras de informações gerais;
- e) Política de preservação do histórico institucional: coletar e recuperar materiais que relatem a história e desenvolvimento do IFMT, incluindo materiais publicados pelo próprio IFMT, bem como informações publicadas fora do âmbito institucional.

18.2. Políticas de Biblioteca com Acervo Digital

- a) Política de acervo digital: De acordo com a atualização da legislação regulatória da atividade de ensino superior na modalidade a distância, o IFMT analisará a possibilidade de transformar o acervo de sua biblioteca em um acervo parcialmente ou integralmente digital, com acesso remoto aos conteúdos por meio da internet e com uso de identificador (login) de estudante, docente, tutor EaD, tutor presencial, coordenadores e técnicos administrativos do IFMT, com autenticação por meio de senha individual.
- b) Política de atendimento aos polos de apoio presencial/ambientes profissionais: No caso de

passar a ser um acervo digital, atenderá aos polos de apoio presencial/ambientes profissionais de EaD do IFMT com recursos de acesso à biblioteca digital.

c) Política de acervo de referência: Manterá no *campus* sede da instituição, a biblioteca com acervo físico como meio de referência do acervo bibliográfico.

18.3. Critérios para a Formação do Acervo

Para a formação do acervo, deverão prioritariamente ser atendidos os seguintes critérios:

- a) adequação do material aos objetivos e níveis educacionais do IFMT;
- b) autoridade reconhecida no meio acadêmico (autor/editor);
- c) atualização da edição;
- d) imparcialidade;
- e) qualidade técnica;
- f) escassez de material sobre o assunto no acervo da biblioteca;
- g) aparecimento do título em bibliografias e índices;
- h) custo justificável;
- i) idioma acessível à maioria dos usuários;
- j) número de usuários potenciais que poderão utilizar o material;
- k) condições e suporte físico do material;
- l) fontes de pesquisa para a formação do acervo.

Apesar de ser responsabilidade do NDE de cada curso do IFMT a avaliação qualitativa do acervo, constitui preocupação da biblioteca a descoberta de novos títulos e materiais. Para esse fim, serão utilizadas diversas fontes de informação, tais como:

- a) bibliografias gerais e especializadas;
- b) catálogos, listas e propagandas de editores e livreiros;
- c) pesquisa ao acervo on-line de outras bibliotecas;
- d) sugestões dos usuários da biblioteca.

18.4. Recurso Financeiro

As aquisições para o acervo do Sistema Integrado de Bibliotecas IFMT serão feitas com base no planejamento orçamentário da Instituição determinado para essa finalidade, detalhado no orçamento anualmente.

18.4.1. Níveis de Responsabilidades pela Aquisição do Acervo

18.4.1.1. Coordenador de Cada Curso

Responsável por encaminhar à biblioteca do *campus* os Planos de Ensino de cada período do curso, uma vez que tenha sido referendado pelo NDE de seu curso e conforme descrito no PPC.

18.4.1.2. Docente, Tutor EaD e/ou Coordenador

Responsável pela análise qualitativa do acervo da biblioteca, o docente/coordenador deverá pesquisar a bibliografia (básica e complementar) de sua(s) disciplina(s), através da base de dados do acervo, e encaminhar ao NDE do curso para análise. O NDE, uma vez que tenha aprovado as sugestões apresentadas, deverá submeter ao colegiado do curso, e, nos casos em que as sugestões encaminhadas pelo NDE resultem em alteração da bibliografia no PPC do curso, o coordenador deverá encaminhar a indicação de novos títulos ou edições em substituição a outros desatualizados e/ou esgotados. Nesse processo, deve-se priorizar o aproveitamento dos títulos já existentes (otimização do acervo), principalmente quando se tratar de bibliografia complementar.

18.4.1.3. Bibliotecário(a)

É responsável pela análise quantitativa do acervo. Com base no planejamento orçamentário do IFMT, o bibliotecário deverá fazer um levantamento quantitativo da bibliografia indicada para compra, fazendo a relação livro-estudante, conforme orientações do NDE.

18.4.1.4. Coleção de Referência

Será dada atenção especial à aquisição de material de referência e instrumentos de acesso à informação, bem como aquisição de bases de dados que possibilitem acesso à informação existente no campo do conhecimento técnico-científico. Será também de competência do coordenador e NDE, juntamente com a biblioteca, a seleção e análise desses documentos.

18.5. Revisão da Política de Seleção do Acervo

A cada dois anos deverá ser feita uma revisão da Política de Seleção, Aquisição e

Manutenção do Acervo da Biblioteca, com a finalidade de garantir a adequação dessa aos interesses da comunidade acadêmica, às exigências do MEC, como também aos objetivos da Instituição, de um modo geral.

19. POLÍTICAS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC

As políticas de TIC descritas neste PDI tratam do assunto de forma abrangente, reservando os aspectos técnicos e seus detalhamentos para os planos específicos dos setores responsáveis pela TI no âmbito do IFMT.

O IFMT dispõe de pessoal técnico especializado para manutenção e suporte, sendo que, quando necessário, contrata empresas para serviços específicos e especializados.

Adota-se, naquilo que for aplicável, seis grandes políticas institucionais, que agrupam conjuntos de práticas e recomendações relacionadas com as áreas, a seguir descritas.

19.1. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO ACEITÁVEL DE TECNOLOGIA

19.1.1. Uso de Equipamentos Particulares

Não é permitido, sem prévia autorização, acesso à rede corporativa do IFMT, com exceção dos gestores, por meio de equipamentos particulares como notebooks, tablets, entre outros.

Todos os dispositivos conectados à rede corporativa (administrativa, discente e de visitantes) estarão sujeitos ao monitoramento da área de TI. Assim como todo o conteúdo acessado por esses dispositivos e registros serão mantidos em conformidade com o marco civil da internet, Lei 12.965, de 23 de abril de 2014.

O acesso à infraestrutura interna do IFMT via rede por dispositivo particular deverá ser autorizada pela equipe da área de TI.

19.1.2. Equipamentos de Terceiros

Não é permitida a conexão de qualquer dispositivo de terceiros (computador, notebook, hub, switch, etc.) nos equipamentos ou na rede do IFMT sem a autorização da equipe de TI.

19.1.3. Mídias Removíveis – Controles de Uso

O uso de mídias removíveis deve ser limitado ao uso institucional. Em especial, a gravação em pen drivers, cartões SD e de CD/DVDs deve ser feita apenas pelas pessoas autorizadas.

19.1.4. Uso de Mídia Removível Particular

Não é permitido o uso de mídias removíveis particulares no ambiente administrativo do IFMT. O uso deve ser considerado um caso especial e necessita de autorização da equipe de TI.

19.1.5. Mídias em Trânsito

Equipamentos, mídias, licenças de software, informações ou qualquer outro ativo de propriedade do IFMT não podem ser retirados sem autorização prévia.

19.1.6. Servidor de Arquivos

Os documentos eletrônicos, dados e as informações das atividades profissionais realizadas pelos colaboradores relevantes ao setor em que se encontra devem ser centralizados nos servidores, no diretório específico para cada setor, classificados e restritos por grupo e/ou nos sistemas corporativos;

A cópia, inserção, transferência e/ou remoção de informações e/ou dados, por qualquer meio, em especial, discos removíveis e e-mail, somente é permitida com prévia autorização do gestor da informação e utilizando-se de meios tecnológicos que garantam a integridade, confidencialidade e disponibilidade. Todas essas informações, dados e arquivos são de propriedade do IFMT e seus colaboradores devem ter cuidados especiais.

Material de natureza pornográfica, racista ou de conteúdo inapropriado com a conduta do IFMT não pode ser exposto, armazenado, distribuído, editado ou gravado através do uso dos recursos computacionais da rede.

Não é permitido gravar no diretório pessoal do usuário, no computador local ou em qualquer outro diretório da rede arquivos de áudio, vídeos, fotos e software com direitos autorais ou qualquer outro tipo que possa ser considerado pirataria; estes poderão ser apagados sem aviso prévio.

19.1.7. Arquivos Gravados em Sistemas de *Cloud Computing* (nuvem)

Arquivos gravados em nuvens devem ser criptografados, protegidos por senha ou certificado digital. Somente usar sistemas de *Cloud Computing* homologadas e ou contratadas pelo IFMT.

19.1.8. Acesso à Internet

A utilização da internet pelos servidores, estudantes, terceiros e parceiros do IFMT será permitida, desde que seja de forma a agregar valor para os objetivos e atividades do IFMT. Dessa forma, o IFMT tem política de uso da internet, que deve ser respeitada em todo o seu conteúdo, salvo exceções que deverão ser autorizadas pelos gestores da área responsável.

Toda informação transmitida, reproduzida, acessada ou recebida pela internet está sujeita à divulgação e auditoria. O IFMT poderá, a qualquer momento, monitorar, registrar ou bloquear todos os acessos à rede sem aviso prévio. Poderá também, a qualquer momento, bloquear sem aviso prévio o acesso a sites, aplicativos, comunicador instantâneo, download, lista de discussão ou qualquer outra tecnologia que possa surgir na internet.

A internet disponibilizada pelo Instituto aos seus servidores, estudantes, terceiros e parceiros poderá ser utilizada para fins pessoais, desde que não prejudique o bom funcionamento da internet e da produtividade do trabalho.

19.1.9. Uso de Correio Eletrônico

O uso do correio eletrônico corporativo deverá ser obrigatório, quando se tratar de mensagens com conteúdo de interesse institucional. O seu uso implica o reconhecimento de que os sistemas de comunicações eletrônicas e todas as mensagens geradas e/ou transmitidas através dele são de propriedade do IFMT, podendo ser auditadas.

19.1.10. Uso Autorizado

Os sistemas de comunicações eletrônicas do IFMT deverão ser usados unicamente para atividades do trabalho. Para o uso do correio eletrônico será obrigatória a utilização de senha e *login* pessoais e intransferíveis.

O recebimento de mensagens instantâneas, de vídeo e de áudio pelo colaborador poderá ocorrer em horário diverso de sua jornada de trabalho. Contudo, as solicitações por este canal deverão ser respondidas e/ou executadas pelo colaborador somente em seu horário normal de trabalho, salvo se expresso o contrário pelo superior hierárquico com poderes de aprovação de hora extra.

No caso de ausência prolongada do colaborador (férias ou atestado médico), este

deverá adicionar uma mensagem de resposta automática avisando o remetente acerca da sua ausência e quem pode tratar dos assuntos ligados ao IFMT na sua falta.

19.1.11. Acesso ao E-mail Pessoal

O uso ocasional de correio eletrônico particular, tais como Hotmail, Gmail, Yahoo ou qualquer outro, será permitido desde que não interfira na produtividade. Sendo assim, o acesso é permitido desde que:

- Não interfira na produtividade.
- Não tenha prioridade sobre nenhuma atividade do IFMT.
- Não seja proibido pela Política de TI local, seus anexos e procedimentos.

19.1.12. Computação Móvel e Trabalho Remoto

Antes de ser concedido o acesso remoto ou o uso de um computador portátil, o usuário deve ter conhecimento desta política e assinar eventuais termos de responsabilidade conforme os procedimentos determinados pela equipe da TI.

19.1.13. Elegibilidade dos Acessos Remotos para Colaboradores

Os acessos remotos externos, permitidos para gestores, plantonistas ou outras pessoas cuja necessidade de acesso seja reconhecida e aprovada pelo seu gestor, deverão ser reconhecidos e autorizados pela área de Recursos Humanos.

Não é permitido conceder a realização de acesso remoto para pessoas que estão de férias, afastamento por licença médica ou licença maternidade.

19.1.14. Uso de Telefone (Fixo e Celular)

Todo o histórico de ligações recebidas e efetuadas poderá ser monitorada pelo IFMT, sempre que for necessário e sem aviso prévio aos colaboradores, ficando vedada a gravação das ligações, salvo casos com consentimento do usuário ou por ordem de autoridades competentes.

O servidor que receber um aparelho celular do IFMT será responsável por toda a informação armazenada no telefone, pelo seu bom uso e por manter o aparelho de forma a garantir a sua usabilidade durante o horário de trabalho.

19.1.15. Segurança

Diretrizes para as senhas, os níveis de acesso à rede, proteção contra vírus, confidencialidade e o uso de dados.

- **Gerenciamento da segurança em redes**

As redes de dados deverão ser monitoradas para detectar ameaças e garantir segurança e níveis de serviço estabelecidos.

- **Segregação de redes**

A DSTI e as coordenações locais e/ou assessorias de TI serão responsáveis por implementar controles para segregar as redes de dados em domínios lógicos com a finalidade de diminuir a oportunidade de acesso não autorizado. O tráfego entre as redes deve ser analisado para garantir que a Política de Tecnologia da Informação esteja sendo cumprida.

- **Redes sem fio**

As redes sem fio disponíveis são categorizadas como administrativas, alunos e visitantes. A rede administrativa deve ser usada exclusivamente por colaboradores do IFMT. Quanto à rede alunos, deve ser usada para uso dos discentes nos *campi*. A rede visitante é disponibilizada para terceiros e visitantes que estejam nas dependências físicas do IFMT.

- **Segurança das mídias**

Deve ser definido quem são as pessoas autorizadas a enviar, transportar e receber as mídias. Ao armazenar ou transportar informação classificada como Confidencial ou Restrita, é obrigatório o uso de mecanismos de proteção tecnológica homologados pela TI, visando garantir a confidencialidade das informações.

- **Mídias removíveis**

Como mídia removível, para efeito desta Política de Segurança, entende-se: disquete, CD-ROM, CD-R, CD-RW, DVD, disco ZIP, pen drives, hd externo e similares. Acerca do descarte de mídias removíveis, estas devem ser destruídas antes do descarte, de tal maneira que o acesso ao conteúdo seja impossibilitado.

- **Acesso remoto**

É responsabilidade da DSTI e das ordenações locais e/ou assessorias de TI garantir que todo acesso remoto aos sistemas do IFMT seja feito através da VPN, quando se fizer necessário. O acesso remoto deverá ser utilizado para fins profissionais, relacionados aos trabalhos desenvolvidos pelo servidor, de acordo com os limites necessários ao cargo ocupado e a atividade exercida. Todos os acessos remotos usando a VPN do IFMT serão considerados uma extensão da infraestrutura, sendo assim, estão sujeitos às políticas e normas do IFMT.

- **VPN**

Toda solicitação de acesso VPN deve ser previamente autorizada pelo gestor e encaminhado à área de TI para análise e aprovação. Todo equipamento que necessite acessar a rede do IFMT remotamente deve possuir cliente VPN. As configurações do cliente VPN devem obedecer aos critérios de segurança estabelecidos pela DSTI. Antes de ser concedido o acesso remoto ou o uso de um computador portátil, o usuário deve ter assinado eventuais termos de responsabilidade e confidencialidade conforme os procedimentos do IFMT.

- **VPN e requisitos de acessos para colaboradores**

Os acessos remotos devem ser estritamente controlados. Controles serão garantidos via autenticação com senhas de utilização única para acessos de servidores ou certificado digital. Em nenhum momento os servidores deverão repassar seu *login*, certificado digital ou senha de acesso a outras pessoas. Quando o acesso remoto via VPN for realizado, todas as outras redes são automaticamente desabilitadas, ficando o acesso restrito somente à rede corporativa do IFMT. Todos os computadores que se conectarem à rede corporativa do IFMT via acesso remoto devem possuir software de antivírus atualizado.

- **VPN e requisitos de acessos para organizações**

Acessos remotos para outras organizações devem ser realizados via VPN (site a site). O termo de confidencialidade deve ser preenchido, assinado e entregue à área de TI do IFMT. A configuração da VPN (site a site) será realizada pela equipe de TI em conjunto com a equipe técnica da organização que deseja realizar a conexão de acesso remoto. Os acessos remotos de empresas terceiras serão realizados estritamente para interesse do IFMT, com

parceiros ou fornecedores. Acessos remotos realizados a partir de qualquer ferramenta de colaboração estarão sujeitos aos mesmos controles. Os acessos remotos de terceiros serão autorizados em caráter de suporte, apenas para servidores que estarão em ambiente de desenvolvimento/homologação. Acessos de terceiros aos servidores de produção somente serão autorizados mediante aprovação da Diretoria da DSTI. Toda e qualquer alteração feita no ambiente IFMT pela empresa terceira será de responsabilidade do colaborador solicitante do acesso remoto.

- **Perfil de acesso**

É responsabilidade da DSTI e das coordenações locais e/ou assessorias de TI implementar controles que evitem a visibilidade, por parte de usuários com acesso remoto, de todo o ambiente de rede ou sistemas do IFMT. Nos casos em que a necessidade de negócio exija um acesso com esta visibilidade será de responsabilidade da diretoria implementar controles para monitoramento de cada acesso permitido.

19.2. Disaster Recovery

Diretrizes para a recuperação de dados em caso de um desastre e os métodos de backup de restauração de dados.

- **Gestão de vulnerabilidades técnicas**

É responsabilidade da DSTI implementar uma política de gestão de vulnerabilidades. Esta política deverá garantir que se obtenham em tempo hábil correções para vulnerabilidades em equipamentos e sistemas conforme são disponibilizadas pelos fabricantes.

Antes de serem colocadas em produção as políticas de gestão de vulnerabilidades, devem-se efetuar os devidos testes em ambiente segregado para não comprometer as operações, devendo contemplar no mínimo os seguintes requisitos:

- Varredura e correção das vulnerabilidades.
- Periodicidade das varreduras.
- Metas de tratamento das vulnerabilidades por período.
- Auditoria e aplicação dos baselines de segurança de TI.
- Papéis e responsabilidades.

- **Verificação da conformidade técnica**

Os sistemas de informação deverão ser verificados anualmente quanto à conformidade com os requisitos técnicos implementados. Tais verificações deverão incluir testes de intrusão e verificações de vulnerabilidades técnicas realizadas por profissionais experientes e competentes para a sua execução. Esta verificação deverá servir de entrada para o processo de análise/avaliação de riscos da segurança da informação.

- **Indisponibilidade de sistemas**

Em caso de indisponibilidade de sistemas e serviços, as equipes são notificadas pelo sistema de monitoramento. A partir desta comunicação, as equipes responsáveis serão acionadas para análise e solução da indisponibilidade.

- **Política de backup**

É responsabilidade da DSTI e das coordenações locais e/ou assessorias de TI implementar processo para realização de cópias de segurança dos dados armazenados e processados, exclusivamente, nos servidores corporativos.

Os usuários de computadores (desktop, notebook e mobiles) serão responsáveis pelas informações neles armazenadas. É de responsabilidade do usuário manter os dados considerados sensíveis na rede, para que as devidas cópias de segurança sejam realizadas.

O processo deverá contemplar as ações necessárias para que as informações sejam recuperadas, em casos de emergência, no menor tempo possível. O servidor que produzir ou modificar informações ou conjunto de dados em arquivos ou sistemas corporativos será o responsável pela integridade destas informações.

É permitido ao servidor solicitar restauração de informações quando houver remoção dos dados ou houver alteração indevida.

O colaborador autorizado a solicitar restauração deverá ser o gestor da informação ou usuário-chave da informação. Para informações críticas de sistemas ou classificadas como confidencial, a TI solicitará autorização formal dos chefes ou diretores do setor.

As restaurações serão executadas nos sistemas ou servidores do IFMT. Ao solicitar uma restauração, o colaborador responsável deverá indicar: a informação ou conjunto de informações desejadas, período e o local de destino.

- **Restrições**

É vedado ao colaborador:

- Solicitar restaurações para informações das quais não é o gestor ou usuário-chave.
- Solicitar restaurações para mídias removíveis.
- Solicitar restaurações para cópia a parceiros de negócio, fornecedores ou outros colaboradores.

- **Responsabilidades da TI**

É de responsabilidade da TI:

- Cópia de Segurança (backup): planejar, executar e verificar os backups de todas as informações sensíveis geradas pelos sistemas, processos de negócios e usuários armazenados nos servidores e sistemas corporativos.
- Executar testes da solução de backup para garantir a integridade dos dados.
- Desenvolver e garantir uma política técnica de backup contendo: as frequências, tempo de retenção, método de armazenamento e demais dados para garantir a correta recuperação.
- As cópias de segurança devem ser armazenadas em locais protegidos, conforme padrões de segurança física e ambiental, que assegurem a integridade, disponibilidade e confidencialidade dos dados contidos nestas mídias.
- As cópias de segurança de dados críticos e sensíveis do IFMT deverão possuir senhas de acesso e/ou dispositivos de criptografia que impossibilitem a restauração dos dados fora do ambiente do IFMT.
- Restauração (Restore): restaurar, quando solicitado, as informações referentes aos usuários, servidores e sistemas corporativos.
- Utilizar criptografia e assinaturas digitais, caso os backups sejam armazenados em ambiente externo.
- Executar testes de restauração das informações dos ambientes tecnológicos de forma periódica.
- Desenvolver e manter a documentação dos procedimentos de restauração sempre atualizada.
- Toda a recuperação e/ou restauração de uma cópia de segurança deve ser realizada

em um ambiente diferente do original, sempre que tecnicamente possível, evitando danos aos dados atuais.

- Todos os testes deverão seguir os procedimentos definidos pela equipe de TI.

- **Necessidades adicionais**

Caso a necessidade do proprietário da informação não seja atendida pelo procedimento de backup oficial, este deverá solicitar à DSTI a adequação do backup para sua necessidade. Estas necessidades devem ser baseadas na classificação das informações (grau de sigilo), requisitos legais e de negócio do IFMT.

19.3. Infraestrutura Tecnológica – IFMT

A base tecnológica disponível considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica no Data Center local do IFMT, possui no-breaks profissionais, gerador de energia, equipamentos redundantes de estabilização e proteção elétrica de alta capacidade, de forma que, em caso de instabilidades elétricas, os equipamentos não sejam afetados.

Nossos sistemas acadêmicos e a tecnologia de educação a distância dispõem de uma solução complexa, que utiliza também de nuvem pública, além de inúmeras tecnologias para prover a confiabilidade necessária para suportar toda carga de utilização demandada pelo IFMT. A solução é composta principalmente pelas soluções de serviços como backup, replicação, virtualização e armazenamento integradas.

As cópias de segurança (backups) do IFMT estão em redundância com recurso de recuperação de alta disponibilidade, com recurso de recuperação **disponível no SLA 24x7**. Nosso site Recovery replica os dados, minimizando os problemas de recuperação ao sequenciar a ordem de aplicativos com várias camadas em execução em várias máquinas virtuais e garantindo a conformidade do plano de recuperação de desastre sem impactar nossas cargas de trabalho de produção.

O appliance responsável pela alta disponibilidade dos serviços alocados no Data Center utiliza o conceito de virtualização de storage para conseguir tanto efetuar o balanceamento de carga entre sites do Data Center, como em caso de indisponibilidade de um deles, jogar a carga para outro sem que isso afete os serviços.

19.4. Redundância – Plano Contingência

Para garantir a alta disponibilidade, conta com links de dados redundantes, sendo eles: link de dados dedicados da RNP e de uma operadora contratada através de licitação.

19.4.1. Infraestrutura de Execução e Suporte

A infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços e meios apropriados para sua oferta.

O suporte às soluções de Tecnologia da Informação (TI) oferecidas pelo IFMT é dividido em níveis. No primeiro deles, os técnicos de TI para as demandas locais, que identificam as demandas relatadas pelo usuário, com base no seu conhecimento e recursos disponíveis, solucionam a demanda ou encaminham para outro nível de atendimento. No segundo nível, são atendimentos relacionados aos sistemas ofertados globalmente, cuja interferência exige vasto conhecimento para aplicação de correções e ajustes, de impacto é imediato. Caso a demanda necessite de maior especialidade/nível de acesso, ela será encaminhada para o último nível. O terceiro nível é composto por duas áreas: Sistema e Infra, elas provêm os serviços demandados da Instituição e suporte especializado.

Para o controle dessas demandas, o suporte é sistematizado através de ferramenta de chamados, cujos registros nos oferecem indicadores essenciais nas tomadas de decisão da gestão. Na ferramenta, todos os usuários têm acesso para a abertura das solicitações (chamados), bem como todos os integrantes dos níveis apresentados acima utilizam a ferramenta para tratamento e solução das demandas.

19.4.2. Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos

A gestão da Tecnologia de Informação envolve diagnóstico, planejamento, abrangendo habilidades, competências, hardware, software, redes, sistemas de informações, infraestrutura e pessoal para atender às necessidades de informação com ações estratégicas, táticas e operacionais necessárias ao IFMT. Identificando os meios necessários (estruturas, processos, recursos humanos e materiais), implementa-se no nível tático, de forma a contemplar o desenvolvimento institucional esperado para os próximos anos.

A DSTI, vinculada diretamente ao reitor, é o órgão responsável por alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação, por meio do Plano Diretor de Tecnologia da

Informação, com os objetivos estratégicos, apoiando a priorização de projetos a serem atendidos tendo suas atribuições definidas no art. 113 do Regimento Geral do IFMT.

19.4.3. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

Os recursos de tecnologias de informação e comunicação (TIC) do IFMT viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantem a acessibilidade comunicacional, permitem a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica, podendo ser verificada através do portfólio de serviços de TIC. Entre os principais recursos estão:

- Participação da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). A CAFe é um serviço de gestão de identidade que reúne instituições de ensino e pesquisa brasileiras através da integração de suas bases de dados. Isso significa que, por meio de uma conta única (modelo single sign-on), o usuário pode acessar, de onde estiver, os serviços do IFMT e os oferecidos pelas outras organizações que participam da federação. Entre os principais benefícios desta participação, está o acesso ao portal de periódicos da CAPES, que é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 38 mil títulos com texto completo, 134 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.
- Plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizado, através do Moodle: sistema referência na criação de ambientes virtuais de aprendizagem. Seu uso no IFMT engloba tanto a parte do currículo de cursos presenciais quanto as pós-graduações integralmente a distância.
- Desempenha um papel fundamental na capilarização do IFMT nas cidades em que não se faz presente com um *campus*.
- Sistema para a gestão dos processos administrativos da Instituição via Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), do qual utilizamos os módulos: Almoxarifado, Contratos, Frota, Patrimônio, Protocolo e Gestão de Pessoas.
- Central de serviços e suporte ao usuário via GLPI como ferramenta de apoio.
- Sistema para automação de processos de biblioteca via Gnuteca.
- Plataforma de gerenciamento do portal e páginas institucionais.
- Sistema de gestão acadêmica integrada via Q-Acadêmico.
- Sistema de gestão de processos seletivos via Q-Seleção.
- Sistema de cadastro de fiscais via Adempiere.

- Serviço de telefonia interna de Voz sobre IP (VOIP) via elastix.
- Sistema de registro de diplomas e certificados via Adempiere.
- Sistema analítico de dados acadêmicos via Tableau.
- Gerenciamento completo do ciclo de vida de redes convergentes com e sem fio do Data Center e da rede local da Reitoria e de alguns *campi* (em processo de expansão a outros *campi*) via Cisco Prime.
- Plataforma de Webconferência via MConf da RNP.
- Plataforma centralizada de gestão de rede sem fio na Reitoria e em expansão para alguns *campi*.
- Sistema de gestão de projetos via Redmine.
- Implementação do Fone@RNP na Reitoria e em alguns *campi*.
- Serviço de emissão de certificados digitais qualificados pela GlobalSign via ICPEdu.

Dos recursos de Tecnologia da Informação ofertados pelo IFMT, podemos destacar como soluções tecnológicas comprovadamente inovadoras:

- Plataforma de Conferência Unificada, com a possibilidade de realizar videoconferências e webconferências integradas, além de transmissões ao vivo e gravações na mesma solução.
- Implantação de novos módulos no SUAP, como a integração com o CNPq para a importação e sincronização do Currículo Lattes dos pesquisadores/estudantes do IFMT.

19.5. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O IFMT disponibiliza o AVA através da plataforma Moodle, que é um sistema referência na criação de ambientes virtuais de aprendizagem. Seu uso no IFMT engloba desde: 1) ferramenta para auxílio no ensino presencial; 2) parte do currículo de cursos presenciais; 3) graduações e pós-graduações integralmente a distância.

O ambiente Moodle está integrado com o sistema acadêmico de forma que permite ao docente registrar apenas no AVA a avaliação do estudante, que é importada para o registro escolar, otimizando a disponibilidade do docente, garantindo transparência e atendendo todo o ciclo do processo ensino/aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância.

O Moodle utilizado garante a interação entre todos os envolvidos, com adoção de recursos como salas de chats e fóruns entre os discentes, docentes e tutores.

Como principais recursos inovadores, podemos destacar que a plataforma foi implementada com o recurso de responsividade, permitindo sua completa adaptação ao dispositivo utilizado para acesso. O AVA muda sua aparência e disposição com base no tamanho da tela em que é exibido.

O AVA é utilizado como um espaço de aprendizagem, um conjunto de ferramentas disponíveis aos estudantes, docentes e tutores para a efetivação das propostas didático-pedagógicas, rompendo a ideia de sala de aula convencional para o de aprendizagem sem barreiras. Considerado muito além de repositório de materiais, possibilita a interação entre pessoas de diferentes realidades na formação de grupos de estudo e comunidades virtuais de aprendizagem, bem como o acesso rápido a material contemporâneo, permitindo o emprego de variados recursos pedagógicos interconectados, situação que multiplica o número de opções de estratégias pedagógicas para o aprendizado.

De modo geral, tal ferramenta é acessada mediante login e senha pessoal por qualquer dispositivo conectado à internet. O AVA é uma das principais plataformas de sustentação das atividades dos estudantes dos cursos na modalidade EaD do IFMT, possibilitando o acesso aos conteúdos disponibilizados pelos docentes, com postagem de atividades, debates sobre temas em fóruns de discussão, mensagens com dúvidas e considerações, entre outros recursos.

Destaca-se que o acesso do estudante aos materiais didáticos acontecerá de forma irrestrita, estando tudo disponibilizado para seus estudos a partir do primeiro dia de aula do trimestre e assim permanecendo até o final deste período. Será possível, ainda, interagir com materiais de disciplinas já cursadas.

No ambiente virtual de aprendizagem do IFMT, estão disponíveis aos estudantes os materiais didáticos próprios das disciplinas específicas de seu curso, além de materiais relevantes a todos os cursos, bem como as ferramentas usadas para interatividade e promoção da aprendizagem. Destaca-se que o IFMT fez a customização do AVA para atender as necessidades didático-pedagógicas propostas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e as necessidades de aprendizagem dos estudantes.

Cada disciplina terá, quando for o caso, os seguintes materiais próprios:

- plano de ensino;
- plano de estudos;
- acesso a e-books, quando disponíveis;
- videoaulas;

- materiais complementares;
- exercícios;
- avaliações;
- workshops;
- softwares específicos (quando necessários);
- materiais comuns às disciplinas;
- calendário acadêmico;
- manuais e tutoriais de apoio;
- pesquisa de satisfação com a disciplina – de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação e da Coordenação do Curso;
- comunicados e avisos;
- acesso à biblioteca;
- ferramentas de interação (materiais de interatividade) disponíveis;
- fórum – no mínimo 1 (um) em cada disciplina;
- ferramenta de tutoria EaD (fale com o tutor);
- ferramenta de estágio e TCC (para os cursos em que se aplica).

O AVA também tem integração com o sistema acadêmico para lançamento das notas das atividades realizadas, disponibilizando o boletim e o histórico dos estudantes.

Com este ambiente, será possível acompanhar todo o processo de aprendizagem dos estudantes por meio de relatórios sobre performance e progresso. Dessa forma, é possível trabalhar de forma assertiva em possíveis problemas que possam ocorrer, garantindo a eficácia do processo e do ambiente virtual de aprendizagem como um todo.

O IFMT busca eliminar todo e qualquer tipo de barreira no processo de ensino e aprendizagem, seja ela de ordem metodológica, instrumental ou comunicacional. Assim, na questão metodológica, os estudantes, além do acesso aos conteúdos e interação com docente/tutores, participam de ações comunitárias (social, artística e cultural) através dos projetos de extensão, desenvolvidos nos polos de apoio presencial, onde são acompanhados e certificados pelo Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão do IFMT, e também de workshops.

Além dos recursos tecnológicos citados, o IFMT busca a superação de barreiras metodológicas, atitudinais, comunicacionais e de instrumentos, priorizando, sobretudo, a qualidade do processo de inclusão plena, pelo AVA. Dessa forma, são disponibilizadas

ferramentas tecnológicas de auxílio (softwares) para deficientes visuais: Dosvox, Jaws e/ou LeaderSpeaker, e todas as videoaulas contarão com interpretação em Libras. O IFMT irá iniciar a capacitação da equipe para produção de audioaulas, ou seja, aulas em que haverá audiodescrição para atender diferenciadamente o estudante deficiente visual. O atendimento ao estudante com diferentes necessidades especiais será realizado via NAPNE, com integração da coordenação de cada curso e de docentes, tutores e técnicos administrativos que atuam em cada curso.

O conjunto de recursos do AVA permitirá aos gestores de ensino de cada *campus*, polo de EaD ou ambiente profissional vinculado ao curso planejar, juntamente com as coordenações, uma variada gama de estratégias para assegurar a acessibilidade pedagógica e metodológica aplicada ao AVA, buscando-se o aprimoramento do aprendizado dos discentes.

O desenvolvimento e a customização do AVA do IFMT não estão fechados em si. Ao contrário, deseja-se que o usuário tenha uma boa experiência educativa e, assim, a participação colaborativa do docente, tutor e do discente é fundamental para a efetiva construção do ambiente. Haverá regularidade de pesquisas sobre a funcionalidade do AVA, bem como levantamento de participações de estudantes nos canais de comunicação para constante avaliação da percepção deles sobre o espaço de aprendizagem, inclusive do ponto de vista da acessibilidade pedagógica ou da qualidade gráfica, estética e pedagógica dos materiais. Assim, o AVA também está e estará permanentemente sendo (re)avaliado para servir ao usuário e proporcionar melhoria na aprendizagem.

19.6. Política de Uso de Laboratório de Informática

Os laboratórios de informática ou ambientes equivalentes do IFMT são de natureza pedagógica, destinando-se, prioritariamente, ao desenvolvimento de atividades acadêmicas. Esses laboratórios dispõem de estações de trabalho com softwares básicos e de diversas outras categorias educacionais e de possível aplicação pedagógica, além de acesso às mídias eletrônicas, ópticas e acesso à rede mundial de computadores (internet). Parte dos softwares disponíveis nesses laboratórios de informática segue a política de uso do software livre, a qual preconiza a utilização, cópia e redistribuição desses softwares, possibilitando alteração de seu código fonte, tornando público e sem ônus seu uso, os demais são devidamente licenciados e registrados junto às empresas distribuidoras dos mesmos.

19.6.1. Políticas de Funcionamento

19.6.1.1. Usuário

Entende-se por usuário dos laboratórios de informática, docentes, tutores, técnicos administrativos e estudantes (técnico de nível médio, graduação, pós-graduação, extensão, etc).

É responsabilidade do usuário utilizar os equipamentos de forma adequada. Cabe ao usuário prover parcial ou totalmente os danos causados por má utilização.

Quanto à infração das normas pelo usuário:

- na primeira infração, este receberá advertência;
- com a reincidência, o usuário receberá a segunda advertência e será encaminhada comunicação ao coordenador do curso em que o estudante está matriculado. No caso de ser servidor do IFMT, será comunicado ao seu superior imediato, para que tome ciência de que o usuário está utilizando os laboratórios de informática de forma indevida;
- em uma terceira ocorrência, os infratores estarão sujeitos à perda do direito total ou parcial de acesso aos laboratórios de informática.

19.6.1.2. Do Acesso

O acesso aos laboratórios de informática é restrito aos usuários supracitados. Os estudantes só poderão ter acesso e permanecer nos laboratórios de informática devidamente acompanhados pelo docente, coordenador, por um técnico administrativo ou estagiário do IFMT.

19.6.1.3 Dos Horários

O horário de funcionamento dos laboratórios de informática é de acordo com os horários das atividades acadêmicas do IFMT, determinado por cada *campus*.

A utilização dos laboratórios de informática é feita sob duas modalidades: em aula ou aberto para estudo. Um laboratório estará “em aula” quando houver um docente ou instrutor/monitor fazendo uso do laboratório para aula da matriz curricular de algum curso mantido pelo IFMT, ou quando o treinamento (cursos de extensão). Já “aberto para estudo” é quando o laboratório está sendo utilizado por estudantes para realização de trabalhos acadêmicos devidamente acompanhados.

Os usuários têm livre acesso aos laboratórios de informática nos horários em que estes estiverem abertos para estudo, de acordo com as disponibilidades.

Nos horários em que os laboratórios estiverem alocados para aulas, só podem estar presentes docente e estudantes matriculados nas disciplinas em curso, devendo qualquer outro usuário verificar a disponibilidade dos laboratórios antes de acessar o recinto.

19.6.1.4 Das Normas

Em qualquer situação em que estas normas forem omissas, será resolvida pela coordenação do laboratório ou chefia do respectivo departamento, sendo estes os órgãos competentes para tomar decisões referentes aos laboratórios de informática, ressalvada a competência de instâncias superiores.

As normas que regem o funcionamento dos laboratórios de informática podem sofrer alterações de acordo as necessidades do IFMT. As alterações nas normas só serão válidas mediante nova publicação.

19.6.1.5. Dos Recursos Computacionais

Os microcomputadores dos laboratórios de informática e demais equipamentos (fones, impressora, etc.) devem ser utilizados exclusivamente no recinto dos laboratórios de informática, não podendo ser removidos.

A utilização dos laboratórios de informática e seus equipamentos é exclusivamente para finalidades acadêmicas, não devendo ser utilizados para fins particulares dos usuários ou outras atividades.

Quanto à utilização dos recursos, deve-se atentar que:

- É terminantemente proibida a utilização dos laboratórios de informática para fins não acadêmicos, tais como jogos, trabalhos particulares ou para terceiros, acesso a informações pornográficas, uso de programas de bate-papo, dentre outros que possam denegrir a imagem do IFMT.
- O IFMT se reserva o direito de autorizar ou não a utilização dos recursos computacionais dos laboratórios para atividades não acadêmicas.
- O acesso à internet nos laboratórios de informática é livre, desde que não desobedeça às proibições descritas nos itens anteriores.

- É permitida a gravação e leitura de arquivos por parte dos usuários nos computadores dos laboratórios. O IFMT não se responsabiliza, entretanto, pela integridade dos dados, já que o acesso é global e não há qualquer política neste sentido.
- É terminantemente proibido o acesso ou permanência nos laboratórios portando alimentos ou bebidas de qualquer natureza, ou de pessoas fumando.
- O perfil dos laboratórios de informática, definido no final do período letivo para o período seguinte, não pode ser alterado em hipótese nenhuma, durante o período letivo.
- O suporte de TI local do IFMT se reserva o direito de aceitar ou não pedidos de instalação de software fora dos prazos previstos.
- A instalação e a configuração de qualquer software nos laboratórios de informática são de responsabilidade exclusiva do suporte TI do IFMT.

O corpo técnico de TI de cada *campus*, quando não possuir técnico de laboratório dedicado, é responsável por garantir o bom funcionamento do laboratório no que diz respeito à manutenção das necessidades dos laboratórios para a realização das atividades para as quais tenham sido designados e para garantir o cumprimento das normas comportamentais.

19.6.2. Competências

19.6.2.1. Suporte TI/ Técnico de Laboratório

É responsabilidade do suporte TI ou técnico de laboratório do IFMT prover a manutenção de hardware e de software dos laboratórios de informática.

A requisição de compra de suprimentos (cabos, conectores, teclados, etc) para a utilização nas dependências dos laboratórios de informática é feita pelo responsável escolhido pelo suporte TI do IFMT.

19.6.2.2. Coordenação dos Cursos

É de responsabilidade das coordenações de cursos definir os softwares necessários para a prática educacional de seus respectivos cursos, desde que sejam gratuitos ou tenham a licença de utilização para o devido fim.

É responsabilidade dos coordenadores de curso fazer o levantamento das necessidades de seus cursos quanto aos suprimentos computacionais (cabos, conectores, cdroms, etc) para satisfazer estas necessidades.

É responsabilidade dos coordenadores dos cursos efetuar planejamento da utilização dos laboratórios de modo a alocá-los apenas para disciplinas que efetivamente necessitem de recursos computacionais. Para alocações extras, o docente deve recorrer ao controle acadêmico.

19.6.2.3. Docentes e Tutores

No decorrer das aulas, o docente e/ou tutor é responsável por todos os equipamentos existentes nos laboratórios, devendo comunicar ao suporte TI/técnico de laboratório qualquer evento anormal envolvendo o hardware ou software de qualquer equipamento do laboratório.

Qualquer dano em equipamentos existentes nos laboratórios cujas responsabilidades estejam atribuídas aos docentes e/ou tutores no horário do acontecimento, serão estes os responsáveis por sanar os danos de forma a atribuir ao causador a responsabilidade por arcar com despesas necessárias.

O docente é responsável por fazer cumprir as normas deste documento relativo aos estudantes sob sua custódia dentro do horário de aula.

É responsabilidade do docente e/ou tutor zelar pelo bom uso dos recursos computacionais dos laboratórios, orientando seus estudantes para que procedam à correta utilização dos equipamentos e softwares.

É terminantemente proibido ao docente e/ou tutor utilizar laboratórios de informática para ministrar aulas ou promover outro evento se este não estiver previamente alocado para sua disciplina.

É responsabilidade do docente e/ou tutor impedir o acesso ou a permanência nos laboratórios de pessoas portando bebidas ou alimentos de qualquer espécie ou de pessoas que estejam fumando.

É responsabilidade do docente e/ou tutor orientar seus estudantes e efetuar cópia de segurança (backup) dos trabalhos executados nos microcomputadores dos laboratórios de informática.

É responsabilidade do docente e/ou tutor cumprir os horários de início e término das suas aulas, ficando terminantemente proibido excederem o horário de uso dos laboratórios em mais do que 10 minutos.

É responsabilidade do docente e/ou tutor a solicitação e a entrega da chave, a abertura e o fechamento do laboratório, bem como o desligamento de todos os equipamentos (computador, impressoras, ar-condicionado, luzes, etc).

19.6.2.4. Estudantes

A permanência do estudante nos laboratórios de informática fora dos horários de aula ocorrerá mediante a apresentação de identidade estudantil. Obrigatoriamente, o estudante deverá estar regularmente matriculado.

Mesmo que não seja solicitada a apresentação regular da identidade estudantil, o estudante tem a obrigação de sempre estar portando-a.

Os técnicos ou estagiários poderão solicitar a apresentação da identidade estudantil sem nenhum motivo especial, pois se trata de procedimento de rotina.

O estudante tem o dever de retirar-se do laboratório quando solicitado pelo docente, técnico ou estagiário.

É dever do estudante verificar periodicamente os horários disponíveis dos laboratórios, bem como outras informações de interesse dos usuários dos laboratórios.

Os estudantes estão automaticamente de acordo com as normas e procedimentos dos laboratórios de informática no ato de sua primeira utilização das dependências dos laboratórios de informática.

É obrigação do estudante tratar de forma cordial os docentes, técnicos e estagiários do IFMT, em qualquer circunstância, podendo o estudante ter seu acesso aos laboratórios proibido por tempo indeterminado.

19.7. Política de Uso de Tecnologia da Informação no IFMT

19.7.1. Políticas Administrativas

Com o objetivo de prover a segurança, a disponibilidade e a integridade dos dados e das informações institucionais em meios eletrônicos e aprimorar o uso dos recursos de

informática no desenvolvimento exclusivo de atividades administrativas e acadêmicas, o IFMT estabelece as seguintes diretrizes:

a) Política de segurança

A política de segurança da informação do IFMT está contida na POSIC (), disponível no site do Comitê de Tecnologia da Informação (<http://cti.ifmt.edu.br/>).

b) Credenciais de acesso

A política referente às credenciais de acesso do IFMT está contida na POSIC (), disponível no site do Comitê de Tecnologia da Informação (<http://cti.ifmt.edu.br/>).

c) Ambiente virtual de aprendizagem (AVA)

Aos docentes (cursos presenciais e a distância) e tutores EaD do IFMT é disponibilizado o ambiente virtual de aprendizagem através da plataforma de ensino Moodle, que tem por objetivo facilitar o relacionamento entre o docente/os tutores e os estudantes.

Este ambiente estabelece um canal de comunicação virtual entre o docente e o estudante que permite a disponibilização de arquivos e mensagens e agendamento de atividades, bem como coordenar e monitorar o estudo.

O docente/tutor deverá realizar exclusivamente no ambiente virtual de aprendizagem os registros acadêmicos e administrativos da sua turma, como: a chamada on-line (registrando a frequência do estudante e seu grau de participação), o registro do desenvolvimento dos itens previstos no plano de ensino e o registro das menções das avaliações.

d) Salas Google Classroom

Aos docentes e tutores do IFMT é disponibilizado acesso a Salas Classroom do Google.

e) Acesso, armazenamento e uso de software

É vetado o uso dos recursos computacionais do IFMT para obtenção, armazenamento ou uso de softwares e arquivos que infrinjam a legislação sobre direitos autorais ou outra legislação ou norma em vigor (download de livros, músicas, vídeos, softwares piratas e outros que não foram adquiridos ou autorizados).

Não é permitida a instalação de qualquer aplicativo, software e outros recursos de informática sem a análise prévia da TI do IFMT.

f) Uso de e-mail institucional

Todos os docentes e técnicos administrativos recebem um e-mail institucional com espaço ilimitado, identificado com o e-mail: nome.sobrenome@ifmt.edu.br.

Todos deverão utilizar apenas o e-mail institucional para o envio e o recebimento de mensagens com conteúdo referente às atividades que exercem no IFMT, sendo vetado o uso deste e-mail para mensagens de cunho particular como piadas, correntes, anúncios, de cunho religioso ou que possam ser consideradas ofensivas ou constrangedoras.

O usuário do e-mail institucional deverá incluir na assinatura do e-mail sua identificação, contendo, pelo menos, as seguintes informações: nome do colaborador, função que exerce no departamento ou setor, telefone de contato e nome da unidade à qual está vinculado.

As mensagens por e-mail são elementos de formação da imagem institucional, por isso merecem o mesmo tratamento de uma mensagem impressa, evitando expressões impróprias e com a devida atenção às normas da língua portuguesa.

É vetado o uso de e-mail particular (não institucional) mantido por provedores externos para envio e recebimento de mensagens referentes a sua atividade no IFMT.

g) Uso do Hangouts (chat e conferência)

O Hangouts do Google é uma ferramenta disponibilizada pelo IFMT que permite a comunicação individual ou de grupos por meio da internet, mediante a troca de mensagens escritas em tempo real (chat) ou videoconferências.

Todos os computadores, dentro e fora do IFMT, possuem acesso à ferramenta Hangouts, que pode ser instalada como uma extensão do navegador. Essa ferramenta deve ser priorizada como a alternativa às reuniões presenciais ou aos e-mails institucionais quando o registro não for necessário, e deve permanecer ativa durante o período em que o colaborador estiver conectado a um dos computadores do IFMT.

É vetado o uso ou a instalação nos computadores do IFMT de ferramentas de chat externas, como WhatsApp, Yahoo Messenger, Facebook Messenger, conversação em sítio

web ou outros mensageiros instantâneos quando não previamente autorizados pela gerência das áreas ou coordenações de curso.

h) Uso de computadores particulares

É vetada a inclusão de computadores particulares na rede administrativa ou acadêmica, com o fim de evitar riscos de contaminação por vírus, possibilidade de invasão aos dados institucionais, distribuição indevida de software, entre outros problemas.

i) Arquivos, links e aplicativos de origem desconhecida

É vetada a execução de arquivos ou acesso a links de origem desconhecida, independente da origem: e-mail, mídia de armazenamento ou a partir de páginas da internet.

Em caso de dúvida quanto à segurança ou origem do arquivo, o servidor deve encaminhá-lo à equipe de TI do IFMT para análise de segurança e quanto à existência de vírus ou softwares mal intencionados.

j) Acesso à internet

É vetado o uso recreativo da internet. O acesso a sites impróprios ou ofensivos, abrangendo preconceito, privacidade, violação de privacidade dos direitos da mulher, da criança e do adolescente, pornografia, pedofilia, racismo, apologia a drogas e à violência, jogos e fotos de interesse particular, sites de relacionamento ou redes sociais (Facebook e assemelhados), quando não previamente autorizados, ferramentas de chat (Skype e assemelhados), ferramentas de controle remoto do computador (LogMein e assemelhados), entre outros, está proibido.

Caso tenha necessidade de acessar alguma página na internet que tenha sido bloqueada indevidamente por se tratar de um acesso legítimo e que pode ajudar a desenvolver as atividades dentro do setor, o servidor pode solicitar a liberação da página por e-mail ou contato com a equipe local de TI, que irá analisar a solicitação e proceder com a liberação, caso entenda que a página não acarreta risco ou desvio desta política.

É proibido o uso de softwares indevidos, como de compartilhamento de arquivos ponto a ponto (bittorrent, kazaa, etc), mensageria instantânea não homologada (Skype, Messenger, etc) ou softwares específicos para acesso anônimo ou camuflado como proxies e Ultrasurf.

Lembramos que o uso da internet pode ser monitorado e o usuário questionado, estando ciente da possibilidade de penalidades, nos termos da legislação vigente, pelo descumprimento da presente norma.

k) Vírus, código e aplicações maliciosas

O antivírus é a ferramenta corporativa com ações automatizadas para proteção dos equipamentos que evita a instalação de vírus ou aplicações maliciosas nos computadores do IFMT.

Normalmente, a equipe técnica do IFMT se encarrega da administração do antivírus, mas é sempre importante o apoio dos servidores.

Nas máquinas que o servidor utiliza, deve verificar sempre se existe o antivírus instalado com sucesso, observando o ícone da ferramenta na barra de tarefas, localizado no canto inferior direito do seu monitor.

Evite o uso de CDs ou pendrives desconhecidos ou de terceiros. Quando necessário, faça sempre uma verificação de vírus. Caso não saiba como proceder, solicite o apoio da equipe de TI. Sempre reporte comportamento suspeito em seus computadores, principalmente de aplicações que você executa e não acontece nada.

l) Políticas institucionais

É responsabilidade do colaborador consultar periodicamente as Políticas Institucionais do IFMT, que são atualizadas sempre que necessário.

19.7.2. Sanções

Compete aos responsáveis pelos departamentos garantir o cumprimento destas diretrizes e encaminhar advertência formal à Gestão do IFMT, caso necessário, para que sejam aplicadas as sanções decorrentes da não observância a estas normas.

19.7.3. Apoio Técnico

Compete à DSTI, juntamente com as coordenações locais e/ou assessorias de TI do IFMT, implementar mecanismos que assegurem estas diretrizes, atender às dúvidas dos usuários, fazer a manutenção nos equipamentos do IFMT e a instalação de qualquer software, analisando as solicitações conforme as regras citadas, cabendo-lhe encaminhar à Assessoria Jurídica do IFMT situações que suscitam dúvidas.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. A terceira alternativa. In: **Dilemas da atualidade**. São Paulo: CES, 1997.
- BERNSTEIN, B. M. On the classification and framing of educational knowledge. In: YOUNG, M. **Knowledge and control**. 6. ed. Londres: Collier Macmillan, 1980. p. 49-69.
- BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 30 de dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 14 jun. 2013.
- BRUNO, Lúcia. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- CIAVATTA, Maria; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.
- COSTA, Luiz Cláudio. In: **Ciência & Tecnologia para o desenvolvimento nacional**. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.
- DALMÁS, Ângelo. **Planejamento Participativo na Escola: Elaboração, Acompanhamento e Avaliação**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M; RAMOS, M. A gênese do Decreto nº. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: _____. **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 21-56.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do conflito.** São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **Pedagogia da Práxis.** 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

GANDIN, Danilo. GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto político-pedagógico.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. **O planejamento como prática educativa.** 11. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

JAPIASSU, Hilton. Prefácio. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1979.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da Educação.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

KUENZER, Acácia. CALAZANS, Maria Julieta. GARCIA, Walter. **Planejamento e educação no Brasil.** 8. ed. São Paulo: Cortez Editora. Nova Coleção Questões da Nossa época. 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática.** 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

_____. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LOCH, Jussara Margareth de Paula. Avaliação na escola cidadã. In: ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: uma busca prática em busca de novos sentidos.** 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JONAS, Eline (Org.). **Violências esculpidas.** 1. ed. Goiânia: Editora UCG, 2007.

MANACORDA, Mario A. **Marx e a pedagogia moderna.** São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

MARX, Karl. **A ideologia alemã.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade Oliveira (org.). **Gestão democrática da educação; desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANT'ANA, Tomás Dias et al. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI, Um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino**. Alfenas-MG. 2017.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino e aprendizagem e projeto político pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos. **As dimensões do projeto político pedagógico**. 5. ed. São Paulo: Editora Papyrus, 2007.